

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
CEAM - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania

***Fica Vivo!:* Imperativo de vida, cotidiano de morte**

Aline Cristina Campos de Souza

Brasília

2018

***Fica Vivo!:* Imperativo de vida, cotidiano de morte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rita Laura Segato

Brasília

2018

SS0729f Souza, Aline Cristina Campos de
Fica Vivo!: imperativo de vida, cotidiano de morte /
Aline Cristina Campos de Souza; orientador Rita Laura
Segato. -- Brasília, 2018.
152 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Direitos Humanos e
Cidadania) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Raça. 2. Racismo. 3. Segurança Pública. 4. Fica Vivo!.
5. Direitos Humanos. I. Segato, Rita Laura, orient. II.
Título.

A banca abaixo aprovou a dissertação em 23/10/2018

Banca Examinadora:

Profª Drª Rita Laura Segato - PPGDH/CEAM Unb (Orientadora)

Profª Drª Regina Sucupira Pedroza - PPGDH/ CEAM – Unb (Membro interno)

Drª Ana Cláudia Juquetto Pereira - ONU Mulheres (Membro externo)

Profº. Drº Wanderson Flor Nascimento – PPGDH/CEAM Unb (Suplente)

Dedico esta dissertação aos ancestrais, pessoas sequestradas no continente africano que mantiveram sua subjetividade, conhecimento, humanidade, mesmo sob as condições às quais foram submetidos. Eles são o motivo para eu seguir em frente e de cabeça erguida.

Agradecimentos

Agradeço a meu filho, João Francisco (Jãojão, ou João Francisco Pé-de-feijão), por ter escolhido compartilhar sua existência comigo e auxiliar no entendimento sobre amor e ampliação de olhar sobre a vida.

Agradeço a minha mãe Fátima e aos meus irmãos Tiago e Eduardo, que me apoiaram em tudo o que precisava, inclusive no auxílio da mudança de cidade para realização do estudo. Minha mãe em especial, agradeço a ajuda com o cuidado tão carinhoso com o João.

Este tempo de pesquisa foi também o começo de um relacionamento com meu grande amor, Ricardo! Agradeço o apoio, força, trocas! Falávamos sobre a questão racial, artística, cultural, movimento social e político de pessoas negras, resistência, revolução, afetos, dentre outros temas que foram tão importantes nas reflexões aqui expostas. Também agradeço por compartilhar a experiência de um relacionamento afetivo libertador.

Agradeço a Carol e a Luana que me apontaram Brasília como possibilidade. Carol foi importante, principalmente na minha entrada na UnB e no entendimento sobre o mestrado e a estrutura da pós-graduação. Luana foi minha grande vizinha, trocamos ideias sobre a vida, sobre estudos, trabalho, meninos, além de açúcar, café, sobremesa, e outros. São mulheres negras com trajetórias incríveis e muito inspiradoras!

Agradeço aos colegas de turma por compartilhar conhecimentos e trajetórias de vida e produção acadêmica: Ana Cortez, Ana Teresa, Cristiane, Erina, Francisco, Guilherme, Henrique, Jósimo, Juliana, Lucas, Luciana, Mayane, Renata, Renata Staud, Rodrigo, Sávio. Um agradecimento especial a Júlio e Paulo, que se tornaram grandes amigos!

Agradeço as equipes de trabalho do Fica Vivo!, que ouviram boa parte das questões que apresento na dissertação, em especial a Liliane, Henrique e Lucas! Tem ainda pessoas com as quais eu conseguia trocar uma ideia real sobre os pontos críticos do trabalho: Sheila, Graci, Ana Paula, Marília, Marcelle.

Experiências paralelas à pesquisa influenciaram diretamente na produção de conhecimento. Fiz um estágio no UNFPA, onde conheci e convivi com mulheres fantásticas

que contribuíram para a mudança do meu olhar profissional, agradeço a Anna, Ana Cláudia, Fernanda, Raíla, pelo reconhecimento e valorização do meu trabalho, e também a Noel, pelas trocas de conhecimento sobre *advocacy* e políticas públicas. Trabalhei ainda no Projeto Cartas do Cárcere com uma equipe maravilhosa, Thula, Felipe e Luciana, como coordenadores; Júlia e Natália como companheiras do grupo de bolsistas da pós-graduação; Artur, Arthur, Doane, João, Lana, Rafael, Tayane, como bolsistas da graduação. Foi um convívio intenso, com leituras das condições de vida do sistema carcerário; a vivência de trabalho em equipe e o cuidado entre todas/os, sustentou nossa vida e psicológico.

Conheci muitas pessoas negras na pós-graduação na Unb que me fizeram acreditar que uma outra universidade é possível: Tarsila, Nailah, Bruna, Marcos, Ana Paula, Kelly, Denise, Obirin, Marcelo, Fernanda, Emília, Ana Laura, Rosana, Fernanda, Laís, Denise, além dos Professores Leonardo Ortegá, Evandro Piza, Wanderson Flor Nascimento, Joaze Bernardino Costa; Ivair, Mário Theodoro.

Agradeço a Rita, Lourdes, Luana, Benjamim e Nico, por terem se tornado minha família em Brasília.

Agradeço por fim a Rita Laura Segato, minha orientadora, que desde o início percebeu a importância da pesquisa e da discussão do tema, e por fomentar em suas aulas e orientações o melhor sentido para a ideia de produção de conhecimento. O convívio com Rita foi fundamental para minha vontade de permanecer trilhando o percurso acadêmico. Agradeço ainda às pessoas que aceitaram estar em minha banca e debater as questões propostas, Ana Cláudia, Regina e Wanderson.

Resumo

Esta dissertação é sobre a não nomeação da raça e do racismo na construção de políticas de segurança pública. A base para análise é o Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo! da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. A pesquisa apresenta como foram tomadas as decisões iniciais que fundamentaram as ações do programa e sua institucionalização, utilizando, principalmente, as narrativas das pessoas entrevistadas. O Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! foi criado, segundo os responsáveis pela formulação, para lidar com questões referentes à consideração do aumento das violências e criminalidades no estado de Minas Gerais. Foi gestado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e contou, após a experiência do Projeto-piloto, com o apoio da antiga Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais, Ministério Público, Polícia Militar e a Prefeitura de Belo Horizonte. Na pesquisa desenvolvo também uma discussão a partir da autoetnografia, onde trabalho elementos percebidos ao longo do exercício da função como técnica social no mesmo programa. As técnicas sociais tem um conjunto de responsabilidades, dentre as quais, acompanhar oficinas e oficinairos e realizar o atendimento aos jovens, reuniões com moradores e lideranças comunitárias, mobilização de jovens, reunião com polícia e instituições que atuam nas localidades em que o Centro de Prevenção à Criminalidade está instalado. Na discussão sobre minhas percepções a respeito das escolhas da política pública, considero o tempo de trabalho (quatro anos e meio) somados a minhas vivências como mulher negra e moradora da periferia, discutindo meu olhar sobre este programa e anotações/reflexões de reuniões, espaços de formação, e outras atividades junto a oficinairos e comunidades. Apresento, ao final, as estratégias identificadas nas entrevistas realizadas com gestores/as públicos/as que fizeram parte das construções iniciais do programa.

Palavras chave: Raça; Racismo; Segurança Pública; Fica Vivo; Direitos Humanos.

Abstract

This dissertation is about the non-nomination of race and racism in the construction of public security policies. The basis for analysis is the “Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!” (Homicide Control Program - Stay Alive!) of the Secretariat of Public Security of Minas Gerais. The research presents how the initial decisions were taken that based the actions of the program and its institutionalization, mainly using the narratives of the people interviewed. The Homicide Control Program - Stay Alive! was created, according to those responsible for the formulation, to deal with issues regarding consideration of the increase of violence and criminality in the state of Minas Gerais. It was created at the Federal University of Minas Gerais (UFMG) through Center for the Study of Crime and Public Safety (CRISP) and, after the experience of the Pilot Project, counted with the support of the former Secretary of Social Defense of Minas Gerais, Public Ministry, Military Police, Belo Horizonte City Hall. In the research I also developed a discussion, based on autoethnography, where I work elements perceived throughout the exercise of the function as a social technique in the same program. The social techniques have a set of responsibilities, among which, to follow workshops and workshops and provide youth service, meetings with residents and community leaders, youth mobilization, meeting with police and institutions that work in the localities where the Center for Prevention crime is in place. In the discussion about my perceptions about public policy choices, I consider the work time (four and a half years) added to my experiences as a black woman and a resident of the periphery, discussing my view of this program and notes / reflections of meetings, spaces training, and other activities with clerks and communities. I present, at the end, the strategies identified in the interviews conducted with public managers that were part of the initial constructions of the program.

Keywords: Race; Racism; Public Security; Stay Alive; Human Rights.

Lista de siglas

CEAPA - Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas

CPC - Centro de Prevenção à Criminalidade

CPEC - Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

DESEPAZ - Programa Desarrollo, Seguridad e Paz

FRIMISA - Companhia Frigorífica de Minas Gerais

SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social

GEPAR - Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco

GIE - Grupo de Intervenção Estratégica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PARCES - Participação, Convivência, Educação, Superação

PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PCC - Primeiro Comando da Capital

PIAPS - Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência

PRESP - Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

ROTAM - Rondas Táticas Metropolitanas

SEDS - Secretaria de Defesa Social

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEPLANSEGS - Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública

SPEC - Superintendência de Prevenção à Criminalidade

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 11 |
| Racismo e Suas Implicações..... | 14 |
| Homicídios e as Respostas de Minas Gerais..... | 16 |
| Estrutura dos Capítulos..... | 19 |
| Capítulo 1. Racismo, Raça, Colonialidade do Poder..... | 22 |
| 1.1 Construção Histórica do Racismo: Carlos Moore | 23 |
| 1.2 Colonialidade do Poder | 32 |
| 1.3 Não Nomeação da Raça e do Racismo e Colonialidade na Estruturação da Sociedade Brasileira..... | 35 |
| 1.3.1 Questão Racial nas Ciências Sociais Hegemônicas..... | 42 |
| Capítulo 2. O Palco da História Contada: Segurança Pública, Anos 1990 e a Criação do Programa Fica Vivo!..... | 47 |
| 2.1 Década de 1990 e Segurança Pública..... | 47 |
| 2.1.1 Três Paradigmas de Segurança Pública | 52 |
| 2.2 O Projeto-piloto do Programa Fica Vivo!..... | 55 |
| 2.2.1 Morro das Pedras | 57 |
| 2.2.2 Principais Ações do Projeto-piloto | 60 |
| 2.2.3 Institucionalização..... | 61 |
| 2.3 <i>Ceasefire e Programa de La Seguridad</i> | 68 |
| 2.3.1 <i>Programa Desarrollo, Seguridad y Paz</i> | 72 |
| 2.4 Considerações Acerca da Segurança Pública..... | 76 |
| Capítulo 3. Cotidiano de Trabalho de uma Técnica Social..... | 81 |
| 3.1 Autoetnografia e o Relato de Si | 82 |

| | |
|---|-----|
| 3.2 O Trabalho Como Técnica Social e Um Breve Histórico da Região de Atuação: O Bairro Primeiro de Maio..... | 87 |
| 3.2.1 O Trabalho com os (as) Jovens | 90 |
| 3.2.2 Primeiras Questões sobre Raça e Racismo | 92 |
| 3.3 Capacitações Semanais e Trimestrais – ou “Ah, essa fala foi muito agressiva”..... | 98 |
| 3.4 Discussão de Raça e Racismo com Oficineiros/as | 101 |
| 3.5 Dinâmica Social das Violências e Criminalidades | 104 |
| 3.6 Cotidiano de Morte..... | 108 |
| Capítulo 4. Estratégias de Não Nomeação da Raça e do Racismo..... | 111 |
| 4.1 “A discussão da Questão da Raça-cor é dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial”..... | 114 |
| 4.2 “Proteção à vida, do Direito à Vida Independente da Raça” | 123 |
| 4.3 “Nós Já Sabíamos” | 132 |
| 4.4 “Não é questão de estar morrendo por ser negro, eles estão morrendo porque são pobres, não é só negro, é pardo” | 136 |
| Considerações Finais..... | 140 |
| Referências Bibliográficas | 144 |

Introdução

Quando moramos em favelas/periferias presenciamos ou escutamos rotineiramente notícias de mortes. Pessoas que chegam a essas localidades por meio de instituições, as pessoas “de fora”, tendem a pensar que naturalizamos as mortes pela forma com que aparentemente lidamos com a informação sobre ela. É que nem sempre o choro ou a tristeza se manifestam no imediato momento de recebimento da notícia, as lágrimas não são a única forma de demonstração de sofrimento. A morte, está por ali, rondando. Sabemos que a cada dia uma pessoa morre “de morte matada”, e que a próxima notícia pode ser sobre qualquer um/a de nós – parentes, vizinhos/as, amigos/as. Alguém de perto, da nossa “quebrada”, que de forma direta ou indireta, está no círculo de convivência. Sentimos na pele e vemos quem está morrendo, são os jovens, “quase todos pretos/ ou quase pretos/ ou quase brancos/ quase pretos de tão pobres” (VELOSO e GIL, 1993). Talvez, devido à presença cotidiana quase palpável da morte, não falemos dela, ela já está perto o suficiente, e não expressar a sua presença não significa deixar de sentir o seu impacto.

Reflexões sobre a morte me trouxeram para questionamentos sobre minha própria vida e trajetória. Ao longo da escrita desta dissertação, percebi que pensar sobre segurança pública, sobre o Fica Vivo! era lembrar de histórias de mortes de minha infância, adolescência e juventude. Era entender, cada dia com mais força, o que é ser mulher negra mãe de um menino negro. Um dos dias de escrita foi o 15/03/2018, data em que Marielle Franco (quinta mais bem votada vereadora do Rio de Janeiro) foi assassinada com quatro tiros. Marielle estava saindo de um evento na Casa das Pretas, no bairro Estácio, na região central do Rio de Janeiro, onde mediou um debate com jovens negras. Marielle era uma mulher negra de 38 anos criada no Complexo da Maré (um dos maiores complexos de favelas do Rio de Janeiro); estudou em pré-vestibular comunitário, graduou-se em Sociologia e fez Mestrado em Administração Pública. Duas semanas antes do assassinato ela havia integrado a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e comporia o grupo que investigará as denúncias sobre a

intervenção militar no Rio. Eu, Aline Cristina, 34 anos, moradora do Felicidade, bairro da periferia de Belo Horizonte, estudei em pré-vestibular comunitário, graduei-me em Ciências Sociais, sou mestranda (mestre) em Direitos Humanos e Cidadania, e participante de movimentos que debatem a temática racial e a inserção de pessoas pretas nos espaços de poder e decisão. A comparação foi imediata.

Escrever sobre racismo e segurança pública, ciente de que pessoas negras são assassinadas todos os dias por uma estrutura racista, traz um sentido muito mais amplo para este trabalho. Faz pensar nos olhares sobre a segurança pública, que têm sido construídos e discutidos, principalmente pela perspectiva de pessoas brancas. Esta pesquisa tem uma data de início relacionada à escrita da temática de pesquisa para o processo de seleção do mestrado. Isso faz com que, a cada vez que reflito sobre a temática e o porquê de minhas escolhas, eu identifique motivações que datam de tempos bem anteriores: ora volto à adolescência, ora recuo, até mesmo, à infância.

Quando criança, em uma tarde chuvosa no bairro Felicidade, criado a partir da desocupação de uma fazenda fruto do Movimento dos Sem Casa e Igreja Católica; eu estava na janela de casa de onde tinha uma visão bem ampliada da região. Percebi uma movimentação grande na avenida comercial, muitos carros de polícia, pessoas correndo e se escondendo. Aos poucos entendi que se tratava de uma perseguição a uma pessoa que cometeu diversos crimes, era a mais procurada pela polícia do bairro, um jovem negro conhecido como Chacal. Como estava de longe e do alto, consegui ver o Chacal se esquivando de toda a armadilha feita para pegá-lo. Os policiais enlouquecidos, com jeito de muita raiva. Ele se mostrou muito ágil, um chacal de fato. Era uma lenda, sempre ouvíamos histórias de suas fugas. E, de repente, eu estava ali naquela janela vendo uma história sua ao vivo.

Depois dessa tarde não ouvíamos novas histórias sobre ele. Nunca soube se ele, abusando de toda sua agilidade, fugiu para muito longe e se escondeu “para sempre”, se foi preso em outra situação, ou ainda, se foi morto pela polícia. De acordo com nossas vivências

cotidianas, com informações estatísticas, e devido ao sumiço, a última opção se apresenta como a mais lógica. Essa memória é de morte e também da ação violenta da polícia. A perseguição ao Chacal era a perseguição a todas as pessoas daquele local. Não foi apenas por causa da chuva que estávamos todos em casa. Não foi à toa que a notícia chegou, veio rápido, trazida por quem, passando pelo local, corria para evitar ser alvo. Aprendemos a intuir que quando a polícia chega, instaura-se o medo e, quem sabe a morte, por isso ninguém fica por perto para saber.

Entrelaçando os tempos eu volto ao presente para contar mais uma história importante do passado. Em uma sessão de terapia falei sobre um sonho que tive com uma amiga da fase da adolescência. Falar do sonho e dela na terapia despertou algo que estava bem escondido em mim e me fez entender mais uma motivação para eu fazer minha pesquisa. Percebi o quanto lembrar-me dessa minha amiga foi (e ainda é) um processo doloroso. Aline era o seu nome. Tínhamos a mesma idade, ela mais velha por uma diferença de 20 dias. Era filha de uma mulher negra, criada sem presença do pai, tinha um irmão e uma irmã. Novamente uma comparação, eu, com dois irmãos, filha de uma mulher negra, criada sem a presença do pai. Nós duas convivemos por muito tempo, desde o ensino fundamental até os nossos 18 anos. Os últimos anos de convivência foram os mais próximos. Aos 18 anos, Aline teve um filho e disse-me que eu seria madrinha. O nome dele é Farley e agora deve estar com 16 anos. Depois dos primeiros meses do nascimento do Farley, ela e o companheiro se mudaram para outra cidade. Perdemos o contato, pois ela não quis contar para ninguém o seu destino. Eu, porque estava no processo de estudos no pré-vestibular comunitário, também me afastei. Depois disso, só soube o que aconteceu por meio de histórias vindas dos antigos vizinhos e vizinhas.

Ouvi que Aline havia se separado de seu companheiro e vivia com os filhos em uma casa de aluguel. Parece que ela teve cinco filhos no total. Ela se mudava de casa com grande frequência. Estava usando, e, ao que parece, vendendo diversas drogas. A última história que ouvi foi a mais impactante, e ainda hoje provoca muita dor. Alguém entrou na casa de Aline e a matou com pedradas. Quem a encontrou morta foi sua irmã mais nova, que estava morando

lá depois do falecimento da mãe delas. Lara pensou que Aline estivesse dormindo, pela forma como a encontrou deitada na cama. Apenas com a falta de reação da irmã que percebeu o que tinha acontecido.

Esta não foi a única história de morte violenta de pessoas negras próximas a mim, e, poderia ter sido a minha história. O que pode ser feito para que essas mortes saiam deste lugar de rotina? Como evitar que não seja o futuro de crianças ou continue como realidade de tantos adolescentes e jovens? Estas são algumas dentre tantas questões que motivaram a escrita da dissertação.

Racismo e suas Implicações

A principal escolha deste texto está no princípio da centralidade da raça na formação da sociedade. Esse princípio interfere na concepção de Estado, na relação estabelecida entre países, entre pessoas, na construção sobre si e sobre o outro (e em como lidar com esse outro), nas decisões sobre como serão utilizados recursos destinados a políticas públicas. O racismo é um fenômeno historicamente construído que perpassa culturas e civilizações, está inscrito em religiões, filosofias, modos de produção, ideologias. Os atos racistas não são apenas relacionados ao âmbito dos sentimentos individuais de quem os pratica, eles se converteram em um sistema normativo da realidade social, tendo, entre outras, consequências nefastas como restrições de acessos a direitos, dentre os quais alimentação, saúde, educação, habitação, cultura, esporte.

Discutir racismo no Brasil é uma tarefa altamente complexa, visto que a sociedade se organiza de forma racializada, e, de maneira geral, não admite as desigualdades raciais. Além disso, a estrutura racista gera benefícios sociais, culturais, financeiros, políticos para uma raça em detrimento de outra. Há um conjunto de privilégios em jogo, o que faz com que a discussão sobre racismo produza questionamentos acerca do *status quo*. Há no imaginário de grande parte dos brasileiros a ideia da “democracia racial” (convivência harmoniosa entre as

raças desde o período da escravidão). Apesar da inegável vitória do movimento social negro no sentido da refutação do conceito de democracia racial, este ainda se nota tanto no senso comum quanto nas colocações públicas e no pensamento dominante das ciências sociais. De acordo com os partidários da democracia racial, a discussão sobre raça gera conflitos inexistentes em nosso país. O povo brasileiro, dizem estes, seria fruto da miscigenação, motivo pelo qual não caberia falar em desigualdade racial e sim em desigualdade social.

A perspectiva da raça e do racismo como elemento central para a análise social faz parte de uma mudança epistemológica, proposta principalmente por intelectuais negras/os, que analisam como as estruturas racistas moldam todo o restante das formas de ser e estar no mundo, o tratamento desigual a pessoas pretas, dentre outras abordagens. No caso da discussão da presente dissertação, moldam a concepção e construção de políticas de segurança pública, da polícia, das ações destinadas a jovens negros moradores de “área de risco”. Entender a questão racial como central no debate e análises da situação da violência no Brasil, implica o entendimento de como o processo de escravização interferiu na criminalização das pessoas, modos de vida, acesso a recursos, dentre outros.

Estudar a centralidade da raça, e analisar o racismo, é enfatizar a importância do entendimento da construção histórica e social da raça. Por meio desta perspectiva, é possível compreender que a população atingida pela desigualdade racial, será a população mais criminalizada, será a população morta pelos diversos mecanismos de racismo estrutural, dentre outras tantas consequências perversas para as populações não brancas. Estudos sob essa perspectiva são parte de denúncias dos processos de genocídio, que se manifestam por meio do extermínio de jovens negros, do epistemicídio no ambiente acadêmico, do encarceramento em massa, das diversas violências contra as mulheres negras, e outras mortes infligidas às pessoas negras. Ao mesmo tempo, surgem como alternativas ao modo de pensar nos direitos humanos e ciências sociais, e no modo de agir por parte das pessoas que estão à frente das decisões sobre políticas do Estado.

Homicídios e as Respostas de Minas Gerais

A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. São 63 mortes por dia, mais de 1800 mortes por mês, mais de 600 mil por ano. Essas informações são da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Senado sobre assassinatos de jovens e foi apresentada em 2016. A principal base de investigação da CPI foi o diagnóstico apresentado no estudo “Mapa da violência de 2014: os jovens do Brasil”. O estudo de Waiselfisz mostra os homicídios como a principal causa de mortes entre jovens de 15 a 29 anos. Os dados indicam que as causas externas (acidentes de trânsito, homicídios dolosos, suicídio) foram responsáveis por 71,1% das mortes de jovens. Sendo 38,4% dessas mortes relacionadas a homicídios. Das mortes relacionadas a homicídios, 93% das vítimas pertenciam ao sexo masculino. A vitimização de jovens negros para o período foi de 168,6%, significando que para cada jovem branco assassinado no período, morreram 2,7 negros. Proporcionalmente morrem mais jovens negros que brancos. Os números são tão alarmantes que movimentos sociais como as Mães de Maio, o movimento Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, o Levante Popular da Juventude, a Anistia Internacional e outros, falam em genocídio da população negra e extermínio dos jovens negros.

Em dados estatísticos, isto significa que se para a população total, entre os anos 1980 e 2002, a taxa de homicídios por cem mil habitantes variou de 21,3 para 21,7, em relação ao grupo etário entre 15 e 25 anos, nota-se um aumento de 30,0 (por cem mil jovens), em 1980, para 54,5 (por cem mil jovens), em 2002. E ainda, se os homicídios são responsáveis por 62,3% dos óbitos na população total, correspondem, por sua vez, a 88,6% da causa da morte entre jovens. Se considerarmos o item raça separadamente, nota-se que os homicídios de jovens pardos e negros são 65,3% maiores que os homicídios de jovens brancos (WASELFISZ, 2004, p.8).

O aumento de homicídios de jovens vem ganhando espaços de discussões desde a década de 1990. Em Minas Gerais, em 1997, o CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) criou um grupo de

estudos para discutir e analisar dados relativos ao aumento da criminalidade violenta no estado de Minas. O Centro de Estudos desenvolveu pesquisas a partir de coletas realizadas entre os anos de 1991 a 2001. Os estudos do CRISP deram origem a um projeto de diminuição de homicídios que foi executado no Morro das Pedras, um aglomerado da região oeste de Belo Horizonte, formado por sete vilas (Antena, Santa Sofia, São Jorge I, II, III, Leonina e Pantanal).

O objetivo do Programa Fica Vivo! é “controlar e prevenir a ocorrência de homicídios dolosos em áreas com altos índices de criminalidade violenta em Minas Gerais, melhorando a qualidade de vida da população” (MINAS GERAIS, 2015), e tem como público jovens entre 12 e 24 anos moradores das áreas de abrangência dos Centros de Prevenção à Criminalidade. As atividades do programa são organizadas a partir de dois eixos de atuação: proteção social e intervenção estratégica:

- Intervenção estratégica: o grupo reúne os órgãos de Defesa Social, o Poder Judiciário, o Ministério Público e as prefeituras municipais. Esse eixo tem como responsabilidade o planejamento e a coordenação de uma repressão qualificada e eficiente.
- Proteção social: o eixo se constitui a partir de ações de atendimento e de trabalho em rede. Os atendimentos têm como objetivo favorecer a construção de modos de vida distintos do envolvimento direto com a criminalidade e suas ações são realizadas por meio de oficinas, projetos locais, multiplicadores e grupos de jovens (MINAS GERAIS, 2015, p. 43).

Atualmente o programa está locado na Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC), onde estão os programas: - Mediação de Conflitos, que trabalha com orientações sócio jurídicas, ações de mediação, articulação e fomento da organização em comunidade e institucional; - CEAPA (Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas), e o PRESP (Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional). A redução de homicídios foi pensada a partir da prevenção (realizada por profissionais das ciências humanas, rede de proteção social, moradores, etc.) e da repressão qualificada

realizada pela polícia militar, por meio do GEPAR (Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco).

A principal forma de atendimento aos jovens são as oficinas, que se apresentam como estratégia de aproximação dos jovens, sendo implantadas a partir da consideração de “aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos” (MINAS GERAIS, 2015, p. 44).

Os focos das oficinas são a prevenção à criminalidade, a potencialização do acesso dos jovens aos serviços e aos espaços públicos, a possibilitação da vivência do direito de ir e vir, o favorecimento da inserção e da participação dos jovens em novas formas de grupos, a discussão de temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos e a criação de espaços de resolução de conflitos e rivalidades (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2015, p. 44).

Outras formas de atendimento são os atendimentos individuais, projetos locais e institucionais. Os atendimentos individuais são realizados pela equipe técnica (profissionais das áreas de Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais, História ou Pedagogia), e consistem no atendimento a jovens que estão envolvidos com a criminalidade ou que sofrem interferência da dinâmica criminal. Os projetos institucionais são elaborados pela Diretoria do Programa no Estado e executados anualmente. Os projetos locais são elaborados e executados pelas equipes técnicas e oficineiros de cada território, e são pensados a partir da leitura das violências e criminalidades da região de atuação. Trata-se de dispositivos de aproximação e atendimento aos jovens e de intervenção em determinadas regiões (GOVERNO DE MINAS GERAIS, 2009).

A primeira função que exerci no Fica Vivo! foi de Agente de Campo, com a responsabilidade de acompanhar o funcionamento das oficinas do programa. Depois me tornei Técnica Social, com atribuições de acompanhar oficinas e oficineiros na realização do atendimento aos jovens, dentre outras. Contando o período de trabalho nessas duas funções, fiquei em contato cotidiano com a política de prevenção por quatro anos e meio.

Nos documentos orientadores do Programa Fica Vivo! aparecem dados relativos a homicídios tentados e consumados. Há um enfoque para a faixa etária, local de maior ocorrência dos homicídios, sexo e cor dos jovens. De acordo com o documento produzido SPEC (Superintendência de Prevenção a Criminalidade), em 2009:

Pesquisas realizadas em 2002 pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFGM) deram visibilidade ao acentuado crescimento do número de homicídios em Belo Horizonte. Além desse crescimento, a análise espacial da ocorrência dos homicídios revelou que o fenômeno concentrava-se em determinadas regiões da cidade, de forma marcante em certas vilas e favelas. Os envolvidos com os homicídios eram, em sua maioria, **jovens, negros, do sexo masculino e com idade entre 15 e 29 anos** (Governo do Estado de Minas Gerais, 2009) (Grifo meu).

A informação sobre a cor dos jovens que mais morrem aparece desde os primeiros diagnósticos elaborados. Esta dissertação irá discutir como esse dado foi abordado no processo de formulação do Programa de Homicídios – Fica Vivo!; e, também irá apresentar um relato do cotidiano do trabalho a partir do exercício da minha função de técnica social. As técnicas de pesquisa utilizadas foram pesquisa documental, com análises do Projeto de Controle de Homicídios Fica Vivo!, formulado em 2003 como parte da apresentação da proposta de institucionalização do programa; do livro *Prevenção Social à Criminalidade: a Experiência de Minas Gerais*, de 2009; e produções acadêmicas (teses, dissertações e artigos). Outras técnicas utilizadas foram a auto etnografia e entrevistas com gestores públicos que fizeram parte da construção inicial do programa.

Estrutura dos Capítulos

No capítulo um abordarei a construção histórica do racismo de acordo com o pensamento de Carlos Moore, apresentado no livro *Racismo e Sociedade* de 2012. Além de trabalhar o racismo e a raça pelo olhar histórico, proponho o diálogo com a concepção da colonialidade do poder. O entendimento da colonialidade do poder propicia a percepção de

como o fenômeno da raça o do racismo se manifestaram e fundamentaram mentalidades na América Latina. Para discutir o conceito dialogo com Aníbal Quijano e Rita Laura Segato. Por fim apresento, de forma breve, como a democracia racial foi debatida no Brasil a partir do olhar das ciências sociais hegemônicas construídos nos primeiros anos do século XX.

No capítulo dois apresento como foram tomadas as decisões iniciais que fundamentaram as ações do programa e sua institucionalização. Em diversas partes do texto serão utilizadas as narrativas das pessoas entrevistadas. Também irei descrever dois projetos que serviram de inspiração para o Fica Vivo! O *Ceasefire* (Boston e Chicago) e o *Programa del Desarrollo Seguridad y Paz* (Colômbia). Antes das apresentações dos programas, será feita uma discussão sobre segurança pública, no nível nacional, para entendermos, de maneira ampla, o contexto que favoreceu o desenho do Programa e os discursos e paradigmas que o fundamentaram. Apresento um breve contexto dos anos 1990, que foi a base de análise para ocorrência de homicídios em Minas Gerais, e que movimentou, em nível amplo, discussões sobre violência e segurança pública.

No capítulo três debatarei questões percebidas por mim no período de trabalho na política de prevenção e as observações sobre as relações raciais no cotidiano do Programa Fica Vivo! Foram situações diversas envolvendo o grupo de pessoas que exercia a mesma função que a minha, de técnica social, além de jovens, oficinheiros, diretoria, gestão e supervisão metodológica do programa. O cotidiano estava relacionado a reuniões, formações, visitas e implantação de oficinas, atividades com os moradores da região de instalação do CPC (Centro de Prevenção à Criminalidade). Compartilho informações e percepções a partir da base metodológica da autoetnografia em conjugação com o conceito de relato de si de Judith Butler.

O capítulo quatro tem a formulação sobre não nomeação e raça, racismo no Brasil e as estratégias identificadas nas entrevistas realizadas com gestores públicos que fizeram parte das construções iniciais do programa. As entrevistas foram realizadas por meio de uma pergunta orientadora, e, a partir das respostas, outras questões eram associadas. A pergunta

central foi: como o homicídio dos jovens negros foi abordado na formulação do Programa Fica Vivo? Começar pelo problema central de análise não é um método usual em pesquisas qualitativas. Acontece, que nesse caso em particular, interessava entender como o argumento seria construído a partir da pergunta que apresenta o dado raça como relevante. Já que a raça e o racismo são tratados como um assunto sobre o qual não se diz, como lidar quando ele é tratado abertamente? Quais reações e respostas suscita? Após este capítulo teço as considerações finais.

Capítulo 1

Racismo, Raça, Colonialidade do Poder

Neste capítulo irei abordar a construção histórica do racismo a partir do pensamento de Carlos Moore. A principal referência serão as questões apresentadas no livro *Racismo e Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para Entender o Racismo*, de 2012. Carlos Moore é escritor e Doutor em Ciências Humanas e Etnologia, dedica seus estudos à história e cultura africana e afro-americana. Nasceu em Cuba em 1942 e trabalhou na juventude como tradutor do Ministérios das Comunicações e Relações Exteriores, quando entrou em conflito com os princípios revolucionários que ignoravam o racismo em Cuba, foi preso diversas vezes e deixou o país em exílio em 1963. Ao longo do exílio residiu e trabalhou na França, Senegal, Lagos (Nigéria), Flórida, Trinidad e Tobago, e Brasil.

Além de trabalhar o racismo e a raça pelo olhar histórico, proponho o diálogo com a concepção da colonialidade do poder. O entendimento da colonialidade do poder propicia a percepção de como o fenômeno da raça o do racismo se manifestaram e fundamentaram mentalidades na América Latina. Esta concepção foi formulada pelo intelectual peruano Aníbal Quijano, que nasceu em 1930 e morreu em maio de 2018. Quijano era sociólogo e pensador humanista, foi fundador do grupo Modernidade/Colonialidade, e um dos principais pesquisadores do pensamento decolonial. Rita Laura Segato é uma importante disseminadora do pensamento de Quijano, ela é antropóloga, feminista e uma grande intelectual que investiga, principalmente, questões de gênero em povos indígenas, também pesquisa a violência de gênero, a sua relação com racismo e colonialidade na América Latina. Nasceu na Argentina em 1951 e reside entre Brasília e Tilcara.

Por fim apresentarei, de forma breve, como a democracia racial foi debatida no Brasil a partir do olhar das ciências sociais hegemônicas produzidas nos primeiros anos do século XX; como este pensamento faz parte da construção da mentalidade do Brasil e da identidade nacional, e como contribuiu para o processo de não nomeação da raça e do racismo.

1.1 Construção Histórica do Racismo: Carlos Moore

Carlos Moore nos informa no início do livro que a maior parte da produção acadêmica que debateu sobre racismo ao longo do século XX, se orientou por dois grandes desastres da humanidade: “o holocausto judeu sob o III Reich e a escravidão negroafricana” (MOORE, 2012, p. 18). Entendeu-se, por muito tempo, que o racismo das sociedades anglo-saxônicas, principalmente do século XV, era relacionado à “sistematização de ideias e valores do europeu acerca da diversidade racial e cultural dos diferentes povos no momento em que a Europa entrou pela primeira vez em contato com eles” (MOORE, 2012, p. 18). Nesse sentido, a consideração era que o racismo estava relacionado ao conceito de raça. Dentro desta linha de raciocínio, raça vem antes do racismo, dito de outro modo, o racismo é a consequência da divisão científica da raça.

O conceito de “raça” foi citado pela primeira vez por Carl von Linné (1707 a 1778) pesquisador de zoologia e botânica. A palavra “raça” foi usada para classificar vegetais. “Raça” vem do italiano *razza*, e a origem etimológica é do latim *ratio*, que significa categoria, espécie. Linné encontrou 24 classes ou “raças” de plantas. Rapidamente a classificação se expandiu para outros campos, raça também definia descendência e linhagem, passando a abranger os seres humanos. “Raça”, como conceito científico aplicado aos seres humanos, fundamentou visões de hierarquização das sociedades e justificou atrocidades que há milênios estavam em prática.

Moore propõe uma outra construção epistemológica, uma mudança paradigmática para as categorias raça e racismo. O autor observa que “uma compreensão sistemática e racializada da diversidade humana, operada nos séculos XVIII e XIX, apenas foi possível em função do critério fenotípico em escala planetária” (MOORE, 2012, p. 18). A tese defendida é que as diferenças fenotípicas observáveis, orientaram as relações desde os primeiros contatos dos grupos humanos. O uso do termo fenótipo está relacionado tanto às características e

mutações de acordo com o meio, quanto às diferenciações visivelmente perceptíveis inter e intra espécies. O fenótipo se desenvolve “ao longo de complexos processos nos quais as mutações genéticas randômicas favoráveis são fixadas pela seleção natural” (MOORE, 2012, p 30). As diferenças morfofenotípicas são uma maneira básica de identificação que ocorre entre as espécies e no contato com outras, são “realidades objetivas no mundo animal” (MOORE, 2012, p.30). É importante que a investigação sobre o impacto das diferenças observáveis desde os primeiros encontros entre grupos com fenótipos diferentes faça parte dos estudos:

Cabe perguntar: os hominídeos conheceram, como nós, seus descendentes, as carnificinas, os genocídios e as guerras permanentes em torno da posse de recursos e de territórios? Qual pode ter sido o papel desempenhado pelas diferenças morfofenotípicas como linhas de autorreconhecimento e agrupamento entre os humanos arcaicos? De que modo o surgimento das diferentes tonalidades de cor da pele influíram nas linhas de identificação de si mesmo e das demais espécies? Essas questões devem gravitar, cada vez mais, no centro de nossas investigações. (MOORE, 2012, p. 30).

Carlos Moore observa que tratar destes temas, nesta perspectiva, possibilita o conhecimento “da origem do racismo na história” (MOORE, 2012, p. 31). O autor considera raça uma construção sociopolítica, por isso reafirma sua existência. Mesmo trazendo conceitos da biologia para seus estudos, o autor descarta a raça como fator biológico. O Racismo é um “fenômeno eminentemente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos” (MOORE, 2012, p. 31). É um fenômeno que existe antes mesmo de ser nomeado como tal.

Na primeira parte do livro Carlos Moore apresenta teses a respeito de locais de origens dos primeiros hominídeos e *homo sapiens* e fala sobre migrações nas diversas regiões do planeta. Dois pesquisadores são apontados como fonte para os estudos: Fournier-González, que realizou suas pesquisas no final do século XIX, e, Cheikh Anta Diop, que escreveu sobre este assunto entre os anos 1974 e 1989. Ambos, trazendo para o centro do debate a anterioridade dos povos negros, e analisando evidências sobre a origem da humanidade na

África há cerca de dois milhões de anos. Esses dois teóricos trabalham com informações referentes ao início da humanidade anatomicamente moderna entre 150 e 200 mil anos. Com o surgimento do *homo sapiens* há cerca de 40 e 50 mil anos, que foi igualmente o início das migrações pelo planeta. Fournier-González e Diop citam ainda o surgimento de populações leucodérmicas entre 6 e 12 mil anos atrás.

No contexto da sociedade racializada que herdamos historicamente e que hoje tem se globalizado, esses dados possuem - sim - uma relevância que perpassa a mera informação. Essas descobertas convergentes impactam favoravelmente no imaginário social - onde precisamente se enraíza o racismo -, na medida em que sublinham com força o fato de que todos os humanos partilhamos do mesmo patrimônio genético, procedemos de um berço geográfico comum e usufruímos de uma longa história genética comum. As diferenças hoje observáveis entre os humanos - e que foram erigidas em altos muros de animadversão racial e política -, são ou a consequência de mudanças genéticas aleatórias, ou ainda o resultado de pressões seletivas que nada tem a ver com a nossa vontade ou consciência individual ou grupal. (MOORE, 2012, p. 39)

A pesquisa de Cheik Anta Diop aborda uma comparação entre a história dos povos da Europa e África do Norte na antiguidade. Ele constrói uma perspectiva de como foram os confrontos entre esses grupos. A partir dos elementos tratados por Carlos Moore, é possível perceber que os conflitos foram de muita violência, que tiveram o racismo como um dos principais subprodutos, e que ocorreram em torno do Mediterrâneo, por mais de três mil anos (a.C). O período, destes conflitos, corresponde ao Neolítico. Os grupos estudados tinham modelos políticos e socioeconômicos totalmente distintos. Um dos grupos, nomeado de setentrional, se refere ao modelo euro-asiático “enraizado na vida nômade, desenvolvida originalmente em espaços reduzidos e de clima gelado, com a predominância do masculino” (MOORE, 2012, p. 192). O outro modelo é o meridional, “representado por Egito, suméria, Elam e a civilização Harappa (Vale do Indo), que se desenvolveu no marco de uma atividade sedentária e agrícola pautadas em normas coletivistas que testemunham de um forte cunho feminino”. (*Ibid.*, p. 192). Carlos Moore, nos explica ainda que o Neolítico:

...implicou movimentos de migração massivos como nunca antes vistos em toda a história da humanidade, em grande parte em virtude da drástica mudança de clima após a retirada da última glaciação (Würn). Isso gerou um contexto geral de grandes encontros entre populações que, até então, se desconheciam completamente, revertendo em prolongados e traumáticos confrontos entre povos euro-asiáticos leucodérmicos (europeus brancos, semitas ou amarelos asiáticos) e povos meridionais melanodérmicos (afro-dravidiano-melanésios). Esses grandes momentos das graves crises nas histórias das relações humanas, hoje completamente esquecidos, desembocaram no mesmo resultado: no confisco violento de vastos territórios e na substituição populacional dos povos nativos, assim como o surgimento de uma nova ordem na sociedade baseada em conceitos raciológicos (MOORE, 2012, p. 193).

Esses conflitos duraram séculos. Tudo indica que os povos leucodérmicos eram minoritários, e, para impor sua presença, submeteram os povos melanodérmicos a uma mestiçagem violenta. A mestiçagem violenta tem o objetivo de estimular o crescimento biológico do setor dominante, é uma “vigorosa política de agressão sexual contra mulheres do segmento subalternizado”. (MOORE, 2012, p. 213). Ela consiste no estupro destas mulheres e na ideia de que um “macho” pode fecundar várias “fêmeas”, aumentando o número de mestiços em poucos anos; e depois criando mecanismos ideológicos de aproximação dos mestiços ao grupo dominante. Além disso, esses povos criaram todo um sistema simbólico em cima de suposições de “superioridade inata” e se utilizavam das diferenças fenotípicas, oposições, mitos e símbolos que fundaram o racismo.

O racismo seria uma ordem sistêmica de grande profundidade histórica e de grande cobertura geográfica, que se teria desenvolvido, fundamentalmente, com o objetivo de garantir a separação automática de um determinado segmento humano do usufruto de seus próprios recursos. Em sua gênese, apresenta-se como uma forma de consciência grupal historicamente constituída, da qual proviriam depois, construções ideológicas baseadas no fenótipo/raça. Sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de forma racialmente seletiva, de acordo com o referido fenótipo/raça (MOORE, 2012, p. 197).

Em outra parte do livro o autor aponta que o imaginário coletivo dos povos euro-asiáticos formou-se a partir dos elementos simbiológicos construídos nesses conflitos. Eles se diferenciavam em relação a outros povos, os autóctones de pele negra. A visão construída sob

a ótica da diferença foi consolidada com a escravidão racial dos povos negros, e, para Carlos Moore, ela teve início a partir do século IX. O fenômeno que se observa de repulsa a esses povos pode ser percebido em velhos mitos da Europa, Oriente Médio e Ásia Meridional. Carlos Moore se refere à Bíblia, de origem judaica, os textos védicos (particularmente o Rig Veda), os textos fundadores do Zoroastrismo persa (Zend Avesta) e, finalmente o Alcorão. Rig Veda é o mais antigo da trilogia dos livros sagrados indianos. Foi composto entre 2000 e 1000 a.C. Há algumas passagens do livro que retratam a invasão da Índia pelas tribos arianas, que aconteceu por volta de 1500 (a.C). Essa invasão destruiu a grande civilização harapeana do Vale do Indo.

De entrada, nota-se que a autodenominação das tribos leucodérmicas invasoras, procedentes do sul do Irã e da Ásia Central, é *arri* ou *ária* (traduzido por: “gente de pele nobre”), e que seus oponentes, os negros dravidianos, são designados globalmente de *dasyu* (denominação coletiva para “negros”) ou *anasha* (“gente de nariz chato”). Assim, o *Rig-Veda* relata que Indra, suposto líder dos invasores arianos, logo transformado em semi-deus, ordenou a seus súditos guerreiros para destruir o *dasyu* e “eliminar a pele negra da face da terra”. (MOORE, 2012, p. 41).

Para MOORE (2012), as citações dos textos antigos mostram como foi violento o choque entre as populações melanodérmicas autóctones e populações leucodérmicas invasoras. Os embates ocorreram há mais de três mil anos a.C, no Oriente Médio, na Ásia e na Europa Meridional (parte mediterrânea). Os povos que passaram a se identificar como gregos e romanos, também viveram conflitos bélicos similares. Na Grécia antiga, foram trabalhadas noções de superioridade, pureza e perfeição como forma de marcar as diferenças com outros povos. Os gregos faziam uma divisão binária entre gregos e bárbaros. Todos os “não gregos”, eram bárbaros. O autor aponta que por volta do século V (a.C), havia escravos negros em Atenas, o que significa que as divisões que utilizamos para dizer de um processo muito diferenciado de escravização de pessoas por parte dos gregos, pode ser falho.

As pessoas escravizadas eram as consideradas “não gregas” e retroalimentavam o sistema de guerras e expansão territorial. Havia também outra vertente que gerava a parte

ideológica da submissão de bárbaros. Os intelectuais gregos associavam a “continuidade entre características físicas e mentais; a relação entre traços mentais, físicos e morais do grupo, inalteráveis pela vontade humana”. Para eles as condições de geografia e clima, determinavam as características humanas. Dessa maneira, classificavam os povos “não gregos” como naturalmente escravos e submissos. Nesse sentido, ergueram os fundamentos do princípio de pureza racial, o que justifica escravizar povos fenotipicamente diferentes. Carlos Moore apresenta trechos de textos de Platão e Aristóteles que propõem a eugenia como modelo de manter o império.

A partir de elementos desse contexto, não é difícil presumir que a mestiçagem foi tacitamente condenada pelo pressuposto da pureza de sangue. Platão sistematizou essa noção ao formular a ideia de que entre seres humanos, como em qualquer outra espécie animal, a mistura faz com que se percam caracteres típicos desta ou daquela raça, sempre deteriorando a todos. Em sua obra “República”, tece o seguinte comentário: “Primeiro, que os melhores homens tenham relações sexuais com as melhores mulheres tão frequente quanto possível, enquanto o contrário deve se dar com os homens e mulheres mais inferiores; e, segundo, se é para o nosso grupo ser o de melhor qualidade, a descendência dos primeiros deve ser criada, mas não a dos últimos. E tudo isso deve ser feito sem que seja notado por outros a não ser pelos governantes, para que nosso bando de guardiões continue tão livre da discórdia quanto possível (PLATÃO *apud* ISAAC, 2004, p.124)”. Para atingir seu objetivo de linhagem racialmente pura - tal como assinalado por Isaac - Platão chega a sugerir o infanticídio, ainda que de forma sutil, não explícita. (MOORE, 2012, p. 59).

Associar essas informações a este período é muito importante para pensarmos como esse conhecimento foi usado depois. Percebemos os mesmos traços no pensamento eugenista das primeiras décadas do século XX. É interessante notar que são milênios de pensamento racista se consolidando e se apoiando em diversas áreas do conhecimento e religião, e, fundamentando os modos de vida dos povos. É uma imagem do “outro total” constituída de formas variadas por colonialismos e imperialismos surgidos em períodos diferentes. A partir do Império Romano, o “outro total” é designado em termos xenofóbicos, acrescentando elementos como feições, cor da pele, textura dos cabelos, “é de pele negra, de cabelos crespos, de feições ‘toscas’ e habita simbólica e concretamente um continente distante, escuro e ameaçador” (MOORE, 2012, p. 107).

A partir da queda do Império Romano, o continente africano e sua população de pele negra, foram os grandes alvos dos sistemas escravagistas do Oriente Médio e da Europa. O tráfico transoceânico do mundo árabe privilegiava o continente africano e os principais destinos eram Oriente Médio, Ásia Meridional, e, posteriormente, a Península Ibérica. Carlos Moore faz um recorte entre os séculos VII e XIV (d.C) para buscar elementos de sua tese sobre a historicidade do racismo. Para o autor, a marca deste período é a expansão do “regime de exploração exclusiva de mão-de-obra africana escravizada” (MOORE, 2012, p. 68). No universo árabe-islâmico textos religiosos e científicos criaram “sofisticadas teorias sobre a ‘inferioridade’ intrínseca dos povos de pele preta da África e de sua vocação natural para a escravização” (MOORE, 2012, p. 71). Entre os séculos VII e XV, a expansão do território árabe-muçulmano, que, a princípio, teve caráter religioso, passou a ser uma expansão com fins estritamente econômicos. Comercializava-se ouro, madeira e marfim; e, fortalecia-se o sistema de compra e venda de pessoas, que era o negócio mais rentável.

Os oceanos Índico e Atlântico, o Mar Vermelho, o Mediterrâneo e a costa da África do Norte, eram os espaços geográficos mais disputados politicamente entre árabes, persas, gregos, bizantinos, pois dominar estes espaços significava dominar o tráfico de escravos e o poder de subjugar política, econômica e socialmente os demais estados. (MOORE, 2012, p. 78).

Foram oito séculos do sistema escravista árabe. A África do Norte era o principal foco, era onde se buscava pessoas para escravizar e realizar trabalhos domésticos, serviços de armas, trabalho agrícola, e também para serem utilizadas como moedas de troca internacional. Essa maneira de comerciar pessoas fez escola e chegou até a Europa, onde o sistema foi sofisticado com requintes de crueldade.

Pode-se afirmar que o modelo de escravidão racial - que elege um grupo racial como alvo - foi um modelo erigido, defendido, fortalecido e divulgado pelos árabes muçulmanos entre os séculos VII e XV. Destaca-se como uma das principais consequências desse processo a devastação religiosa, cultural, social, econômica e política do Continente Africano e das diversas civilizações que o compunham, pois desse continente, milhões de vidas de indivíduos de pele preta foram tragadas pelo

violento modelo de escravidão racial iniciada pelos árabes muçulmanos. No processo de expansão do Império Muçulmano, as elites dirigentes árabes determinaram que o Continente Africano, a partir da África do Norte, seria fonte fornecedora da mercadoria em questão: os escravos. Tratava-se de uma determinação e não de uma escolha aleatória, visto que a África já era caracterizada pelos árabes, não em termos geográficos, mas em termos raciais, como sendo a *Bilad as Sudan* (terra dos negros). Essa designação conformava-se com a prática estabelecida durante o longo período de hegemonia greco-romana de também identificar esse continente em termos raciais: *Aethiopia* (terra dos caras pretas). (MOORE, 2012, p. 84-85).

Carlos Moore distingue três grandes modelos de escravatura a partir do período Neolítico. A primeira é a escravidão doméstico-serviçal ancorada na estrutura de família; modelo que atingia um número baixo de pessoas na sociedade. Este tipo foi observado na “Ásia antiga ‘medieval’ (China, Japão, Coréia, Índia e Indonésia); no Oriente Médio Semita pré-islâmico; na América pré-colonial (Olmeca-Sih, Inca, Maia, Asteca); e, na África.” (MOORE, 2012, p. 175). Segundo modelo, a escravidão econômica generalizada. Esse modelo surgiu na civilização greco-romana, onde havia um conjunto de pessoas livres que sustentava sua liberdade em torno de uma classe de escravizados, que era “violentada, reprimida, implacavelmente vigiada, considerada jurídica e moralmente como coisa” (*Ibid.*, p. 175). Terceiro modelo é a escravidão racial de *plantation*, que surgiu no Oriente Médio, no século IX, foi praticada com maior potência a partir do século XV e seguiu até o século XX. Seu modo de operar é muito parecido com o segundo modelo, a diferença “reside no fato de que o estatuto de escravo é reservado exclusivamente a uma raça alvo: a chamada raça negra” (*Ibid.*, p. 175).

O racismo persiste ao longo da história pela inteligibilidade, pela sua grande capacidade de adaptação, por sua flexibilidade. Três dinâmicas se encontram na gênese do fenômeno do racismo:

1. o processamento simbiológico pelo qual, uma coletividade, convertida em grupo dominante, secreta uma consciência grupal para rejeição de uma alteridade especificamente fenotípica, com a finalidade de exercitar uma dominação grupal permanente sobre essa última;

2. a organização da sociedade numa ordem sistêmica, segundo um critério especificamente genotípico, para exercer uma gestão monopolista dos recursos globais, de modo a excluir o grupo dominado e subalternizado;
3. a elaboração de estruturas intelectuais normativas (ideologias), especificamente destinadas a: primeiro, regulamentar as relações entre dominados e dominantes; segundo, inculcar um sentimento permanente de derrota no segmento subalternizado; terceiro, criar uma convicção narcísica de inquestionável superioridade permanente e invulnerabilidade no setor dominante. (MOORE, 2012, p. 199).

A conclusão que se apresenta é de que “o racismo teria surgido como uma consciência grupal totalizante, arraigada na antiguidade, e não um fenômeno gerado ideologicamente, em respostas a desigualdades sociais recentes”. (MOORE, 2012, p. 198). Carlos Moore, ao apresentar o racismo como fenômeno historicamente construído nos mostra sua plasticidade e capacidade de adaptação. “O racismo paira acima do mundo racional-consciente, na forma de uma meta-consciência envolvente, altamente plástica e mutante, e sempre estruturadora das relações” (MOORE, 2012, p. 201).

O entendimento de plasticidade e adaptação auxilia a refletir os processos de mudança sobre a questão racial observados no Brasil. Nesta pesquisa em que discuto as estratégias de não nomeação da raça e do racismo, é possível perceber como algo que é tão evidente, fica escamoteado por diferentes mecanismos. Daí a importância de tratar tanto as situações do cotidiano quanto formas institucionalizadas de operação do racismo.

A constituição da América Latina, ou Améfrica Landina (conceito de Lélia Gonzalez, uma mistura de América, África, Latina, Andina, de acordo com esta intelectual, este o termo mais adequado para se referir ao continente), permite analisar como o racismo opera no Brasil. Parto do pressuposto de que o período de invasão e colonização das Américas, e, de colonização da África, trouxe novos elementos para o racismo, definindo-o como um mecanismo definitivo de exclusão. Debaterei abaixo o conceito de colonialidade do poder para começarmos a afunilar o olhar para a realidade latinoamericana e brasileira.

1.2 Colonialidade do Poder

Rita Laura Segato, no livro *La Crítica de la Colonialidad en Ocho Ensayos y una Antropología por Demanda*, apresenta uma análise de alguns conceitos utilizados por Aníbal Quijano. Para Segato (2015), a perspectiva da colonialidade do poder, faz parte de uma das quatro teorias originais de solo latinoamericano que tiveram impacto e permanência no pensamento mundial. As outras três são a Teologia da Libertação, a Pedagogia do Oprimido e a Teoria da Marginalidade. A perspectiva da colonialidade do poder foi formulada por Quijano, e representa uma quebra de paradigmas nas Ciências Sociais. Segato (2015), em um dos textos do livro, contextualiza historicamente este pensamento a partir das mudanças provocadas com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. Esses acontecimentos alteram a perspectiva da história do pensamento crítico latinoamericano e mundial, e marcam a diluição do paradigma setentista e da polaridade capitalismo x comunismo.

A perspectiva crítica da colonialidade do poder tanto impactou as áreas de conhecimento da história, ciências sociais e filosofia, quanto foi inspiração para uma reorientação dos movimentos sociais e lutas políticas. É uma perspectiva que se refere à América Latina e ao conjunto do poder globalmente hegemônico, imprimindo um novo rumo à leitura da história mundial. Para Segato (2015) existe um antes e um depois da teoria da colonialidade, sendo difícil voltar ao pensamento anterior depois de sua compreensão e assimilação. É uma teoria que reposiciona o continente latinoamericano no contexto mundial e constrói novas categorias sobre a complexidade e pluralidade da realidade latinoamericana. Segato (2015) nos informa que Aníbal Quijano não corrobora com explicações monocausais e sistêmicas para a América Latina. Quijano entende que a pluralidade e diversidade desta região abriga experiências distintas, que convivem simultaneamente. *Mythos* e *logos* coexistem e não constituem términos excludentes.

Aníbal Quijano considera o capitalismo colonial, moderno e eurocentrado, como um novo padrão de poder mundial que nasceu ao longo do século XVI. A invasão das Américas

foi o ato fundante desse novo sistema-mundo, gerou uma reordenação da história e uma nova construção narrativa. O modo de narrar incluiu um novo e único vocabulário e novas categorias para apreender o mundo. Neste sentido, a América inventa a Europa e funda o espírito da modernidade.

A novidade americana significou: colonialidade, como distância em um *ranking* de estados e fronteiras administrativas definidas pela autoridade colonial; etnicidade, com a criação de categorias étnicas antes não existentes, que acabaram se convertendo na matriz cultural de todo o sistema mundial (índio, negro, branco, conforme o eixo anterior); racismo, como invento colonial para organizar a exploração no moderno sistema mundo; o conceito de novidade em si mesmo. (SEGATO, 2015, p.45)¹.

Uma das bases para esse novo “padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça” (QUIJANO, 2005, p. 117), além de uma nova divisão geopolítica do mundo. Raça, para o autor, é uma construção mental que expressa a experiência básica de dominação colonial, por isso tem um papel central na compreensão deste modelo e de como ele persiste nas estruturas e pensamentos. Segato (2015), explica o porquê desta perspectiva:

Uma pergunta que surge e se repete quando enunciamos esta perspectiva é “porque raça e não classe”, a resposta é decolonial: porque apenas raça remete ao horizonte que habitamos, marcado pelo evento fundacional da Conquista, e permite reconstruir o fio das memórias afetadas por múltiplas censuras da colonialidade, enquanto a classe obstrui este horizonte, mascara até o encerrar, induzindo assim ao esquecimento sobre quem somos e a ignorância dos rios de sangue que mancham o solo que pisamos até hoje, conduzindo ao equívoco de que é possível pensar da mesma forma do Norte ao Sul. É importante notar também a precedência do racismo sobre a raça, porque é aquele que cria esta: a raça é um produto da estratégia racista do expropriador. (SEGATO, 2015, p. 18)².

¹ Tradução livre do trecho: “La novedad americana significó: colonialidad, como distancia en un ranking de estados y fronteras administrativas definidas por la autoridad colonial; etnicidade, con la creación de categorías étnicas antes no existentes que acabaron convirtiéndose en la matriz cultural del entero sistema mundial (índio, negro, blanco, conforme el eje anterior); racismo, como invento colonial para organizar la explotación en el moderno sistema mundo; y “el concepto de novedad misma”

² Tradução livre do trecho: “Una pregunta que surge y se repite cuando enunciamos esta perspectiva es “por qué raza y no clase”, la respuesta es decolonial: porque solo raza remite al horizonte que habitamos, marcado por el evento fundacional de la Conquista, y permite reconstruir el hilo de las memorias intervenidas por la múltiples censuras de la colonialidad, mientras la clase oblitera ese horizonte, lo enmascara y hasta la forclusa,

Vale salientar que este ponto é comum no pensamento de Carlos Moore e da colonialidade do poder. A ideia de que a raça é uma criação do racismo. E porque evidenciar este ponto? Porque ainda hoje ouvimos que a criação do conceito de raça foi responsável pelo fenômeno do racismo. As teses apresentadas nesta pesquisa reiteram a todo instante que o movimento foi contrário.

Uma perspectiva da colonialidade do poder, que considero como um de seus principais elementos, é a análise de que as independências ocorridas no continente latinoamericano não desfizeram a colonialidade. A colonialidade permaneceu e se reproduziu como padrão que utilizou a elaboração do conceito de raça como elemento para dominação associada a hierarquias, lugares e papéis sociais; fundamentou as formas de exploração do trabalho, da administração política e da subjetividade dos povos. A colonialidade, como algo que estrutura os pensamentos e ações, consolida a ideia de hierarquia, classificando inclusive os Estados. Podemos perceber, por exemplo, que as colônias eram a parte mais baixa, e, durante três séculos, todos os estados das Américas foram colônias subordinadas aos Estados europeus. Esta divisão codificou as diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, onde conquistadores (invasores) eram da raça superior, e os conquistados, naturalmente inferiores.

Quijano trabalha a ideia de raça em seu sentido moderno. Reconhece que havia, antes da invasão das Américas, referências a diferenças fenotípicas. Mas, interpreta que há um elemento novo, que é a formação de relações sociais fundada na categoria raça. As identidades de “índios”, “negros”, “mestiços”, “europeus”, foram “associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes constitutivos. Raça e identidade racial foram estabelecidos como instrumentos de classificação social básica da população”. (QUIJANO, 2005, p. 117).

induciendo así el olvido de quienes somo y la ignorancia de los ríos de sangre que manchan el suelo que pisamos hasta hoy, conduciendonos al equívoco de que es posible pensar de la misma forma desde el Norte y desde el Sur. Es de notar también la precedencia del racismo sobre la raza, porque es aquél que crea ésta: la raza es un producto de la estrategia racista del expropiador”.

A invasão da América gerou a constituição de uma “identidade” para a Europa e uma naturalização das relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (QUIJANO, 2005). Este estilo de dominação demonstrou ser eficaz e durável. Tudo o que dizia (e diz) respeito a esses povos foi hierarquizado e desconsiderado, tanto traços fenotípicos, quanto suas descobertas mentais e culturais. As identidades históricas foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global do trabalho que ganhou o seguinte formato na América do Sul: indígenas eram servos; negros “escravos”; portugueses e espanhóis, eram assalariados, comerciantes, artesãos, agricultores e produtores independentes; os nobres ocupavam médios e altos postos da administração colonial, civil e militar. Essa prática desenvolveu entre os europeus a mentalidade de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. Em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa pode impor seu domínio colonial a todas as regiões e populações do planeta. O que implicou um processo de reidentificação histórica dessas regiões e populações com a atribuição de novas identidades geoculturais. Depois da criação da ideia de América e Europa, foram estabelecidas África, Ásia e Oceania.

O novo padrão de poder mundial tem em seu escopo, “todas as formas de controle de subjetividade da cultura, e em especial do conhecimento e da produção de conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121). O eurocentrismo e o racismo epistêmico dão a base para esse modo de produzir sentido, que gerou no continente latinoamericano a mentalidade da colonialidade do saber. A colonialidade do saber implica na discriminação de saberes e produções, reduz civilizações, valores, capacidades, criações e crenças, tudo o que estiver vinculado à *episteme* dos conquistados e colonizados (SEGATO, 2015).

As elites dos países latinoamericanos, socialmente reconhecidas como brancas, reproduziram (e ainda reproduzem) todo o sistema da colonialidade, com suas hierarquias, divisão do trabalho, eurocentrismo e racismo epistêmico. Para consolidar esse processo, criaram formas diversas de violência contra a população negra.

1.3 Não Nomeação da Raça e do Racismo e Colonialidade na Estruturação da Sociedade Brasileira

Apresentei a construção histórica e plasticidade do racismo e a colonialidade do poder e a construção da ideia de raça como elemento fundador da modernidade. Trabalho agora, com a concepção da não nomeação da raça e do racismo. A questão da nomeação aqui se refere a admitir a existência social da raça e do racismo e de como estão estruturados na sociedade brasileira, que segue, no sentido geral, com dificuldade de nomear o fenômeno e suas consequências. Começo a reflexão com a seguinte pergunta: o que acontece quando se nomeia?

Nomear é um verbo transitivo, o que significa que precisa de complemento para ter sentido. Quem nomeia, nomeia algo ou alguém. Nomear tem alguns significados: designar pelo nome, chamar, denominar, nominar, citar ou designar; fazer menção ou referência a algo, citar, referir; conferir dignidade; falar de (alguém); se refere a atribuir ou atribuir-se qualidades, intitular, chamar-se. As palavras que se relacionam com nomear são nomeação, nominar, nomeada, nomeado, denominar, indigitar, chamar³.

Nomear a raça e o racismo significa evidenciar estas duas categorias como fenômenos que têm consequências incalculáveis na vida das pessoas classificadas como negras. Especialmente no caso brasileiro, significa o reconhecimento de como a sociedade e sua mentalidade foram formadas, e de como as estruturas racistas operam privilegiando um grupo em detrimento de outro. Interpretando pelo viés de formulação de políticas públicas, implicaria uma (re)orientação do modo de construir e olhar, e um novo uso de recursos públicos, o que abre para grandes disputas, pois o controle das verbas públicas está diretamente relacionado ao poder político e econômico.

Apresento agora duas questões que considero como primeiras estratégias. Elas são parte de um modo de contar a história e antecedem a formulação de uma política pública.

3 (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013) Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/nomear> [consultado em 16-05-2018].

Uma das questões é da constituição do Estado. Nos séculos do sistema escravagista, a construção do Estado relacionou-se à proteção das elites, seus modos de vida e formas de exploração, neste caso, as ameaças eram povos negros e indígenas, seu saber, formas de vida e organização social, cultural e política. A narrativa da história, no caso brasileiro, se fundamenta na construção da identidade nacional.

O racismo pela perspectiva histórica permite pensar como esta prática vem sendo construída e aperfeiçoada há mais de cinco mil anos. Já a colonialidade do poder auxilia na compreensão da mentalidade colonial presente no continente latinoamericano. Estes dois fenômenos se completam e possibilitam profundas reflexões sobre a fundação do Estado brasileiro. Parto do pressuposto de que racismo e colonialidade operam nos âmbitos estatais, jurídicos, sociais, culturais, nas relações sociais e nas construções de conhecimento. Falarei abaixo na perspectiva do Estado, a partir da atuação do poder caracterizado como polícia e do sistema de justiça para a população negra. Em outro ponto trabalho como as ciências sociais hegemônicas auxiliaram na construção da identidade nacional pautada no mito da democracia racial e como esse mito fundador contribuiu para a não nomeação da raça e do racismo.

De acordo com Achille Mbembe a expressão última da soberania reside amplamente no poder e capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Mbembe relaciona a soberania com as relações de guerra e com o biopoder. A soberania consiste em exercer o controle sobre a mortalidade, nesse sentido, o controle sobre a vida é a manifestação do poder. Noções genocidas foram parte fundamental do pacote colonial no Brasil, guerras contra a população indígena promoveram extermínio de grande parte dos povos; a concentração/junção de poderes legitimou as ações violentas e também de extermínio contra a população negra. O terror do Estado no continente americano faz parte de:

Uma história única, antiga e contínua, em que o encarceramento seletivo, a tortura na prisão e as execuções policiais da atualidade, assim como as ditaduras do passado recente, fazem parte da sequência iniciada pelo extermínio e da expropriação iniciada pelos fundadores da colonialidade continental. (Segato, 2007, p. 143-144).

Por volta de 1530 foram trazidos para o Brasil as primeiras pessoas escravizadas do continente africano. Em 1535 o comércio escravista já estava regularmente constituído e organizado. Movimentos populares eram implacavelmente reprimidos, e a contestação à ordem recebia nomes distintos de acordo com as classes às quais as pessoas pertenciam.

Assim, movimentos que expressavam a insatisfação de frações das próprias elites eram chamados de “revolução”, como Farroupilha, a Praieira, e a Liberal de Minas e São Paulo. “Rebelião” ou “revolta” eram os termos mais comuns para as contestações populares, enquanto “insurreição” era usada para os movimentos armados de negros e escravos. Os movimentos armados populares de grandes proporções, eram também chamados de “guerras”, como se fossem disputas contra um inimigo externo, como em Canudos e no Contestado, o que cumpria a função de legitimar a escravização ou o extermínio dos derrotados. (ROLIM, 2014, p. 78).

As punições no período do Brasil colônia eram extremamente severas, com mutilações físicas e penas de morte para grande número de delitos. Os governantes portugueses praticavam inúmeras atrocidades, sempre contra a população negra e indígena escravizada. A severidade das punições era aplicada exclusivamente aos não-brancos. Rolim (2014) cita uma frase de um viajante que esteve no Brasil em 1860: “quantas vezes aconteceu no Brasil que um homem rico e influente tivesse sentado no banco dos réus a fim de justificar seus crimes?” (ROLIM, 2014, p. 82). Condenação à morte pela força, mutilação de cadáver, nunca foram punições consideradas dignas de “homens de bem”. E mesmo com tanta atrocidade, as elites tinham a opinião de que se vivia uma situação de impunidade e exigiam punições mais severas (esse é o mesmo discurso da atualidade em relação a jovens negros moradores das regiões periféricas como podemos verificar por meio da mídia hegemônica).

Segundo Passos (2008), há uma ficção no Brasil que atribuiu a existência do estado de exceção aos períodos de 1930 a 1945, e de 1964 a 1985. Esse “princípio de classificação, de ordenamento e atribuição [...] organizou e organiza profundamente a memória pública” (PASSOS, 2008, p. 8). A construção da história nesse formato anula o fato de que “há, no curso da história do Brasil, um *continuum* classista e racista de terrorismo de Estado

perpetrado pelas polícias em face das classes subalternas” (*Ibid.*, p. 8). Passos (2008) se dirige contra a memória excepcionalista que se ocupa apenas da Era Vargas e da Ditadura Militar para construir conhecimentos hegemônicos a respeito da história das polícias e do terror de Estado. Em sua tese, o pesquisador fará um levantamento crítico sobre alguns estudos que dizem da criação das polícias civis e militares (1808 e 1809), e apontar que sua gênese institucional tem traços de violência, corrupção e seletividade empregadas para punição e criminalização de grupos específicos. Passos (2008) se interroga também sobre o silêncio da academia frente ao estado de exceção permanente operado pelas polícias brasileiras contra a população pobre e negra. Um dos propósitos da pesquisa de Passos é:

Subsidiar uma tese antiexcepcionalista, que sustenta a versão segundo a qual a violência estatal racista e classista movida pelas polícias brasileiras contra as classes subalternas fez-se ininterrupta, de modo que os períodos de democracia limitada jamais representaram trégua que implicasse avanço na consolidação de direitos civis (PASSOS, 2008, p. 12).

Esse discurso de excepcionalismo fica no eco do vocabulário das ciências sociais que fala em crise institucional da polícia, de uma instituição despreparada, corrompida, “como se em algum momento da história as polícias brasileiras tivessem apresentado saldo positivo em termos de cidadania” (PASSOS, 2008, p. 12). Passos pretende mostrar que, “sem qualquer interrupção, a história das polícias brasileiras corresponde a um programa genocida, jamais abandonado pelo Estado, do período colonial aos tempos do atual Estado neocolonial/policial” (*Ibid.*, p. 13).

De acordo com Rita Laura Segato:

O Estado que exerce hoje o terror entre os despossuídos é herdeiro jurídico e patrimonial dos Estados metropolitanos que instauraram a colônia mediante a conquista e lançou as bases para que seus sucessores, os Estados nacionais, controlados por elites criolas brancas ou branqueadas, continuassem garantindo o processo de expropriação dos bens e do trabalho dos povos não brancos. Todos os movimentos contra-hegemônicos mais importantes e convincentes do presente apontam, sem dúvida, nessa direção: desmascarar a persistência da colônia e enfrentar o significado político da raça como princípio capaz de desestabilizar a

estrutura profunda da colonialidade. Perceber a raça do continente, nomeá-la, é uma estratégia de luta no caminho da decolonização. (Segato, 2007, p. 144)⁴.

Flauzina (2006), ao analisar os sistemas penais, observa que na América Latina esses sistemas operam à margem do aparato legal sem impedimentos. A autora identifica que esse sistema é genocida, pois a morte é seu principal produto, é seu signo, o que lhe atribui poder. A pergunta de Flauzina é: porque o sistema penal age dessa maneira? Quais os fundamentos de tamanha violência? Para dialogar sobre, a pesquisadora nos diz que a situação deve ser avaliada em dois níveis interdependentes: primeiro, “a atuação dos sistemas penais está intimamente relacionada ao tipo de pacto social a que deve dar sustentação. Em segundo lugar, que sua forma de agir está condicionada pelos seus destinatários”. (FLAUZINA, 2006 p. 30). Para a autora, o racismo que dá conta dessas formulações, “é o fundamento que justifica a existência de sistemas penais de caráter genocida em nossa região” (*Ibid.*, p. 30). A partir de uma perspectiva da criminologia, de formulações teóricas que levam em conta as questões da desigualdade e da raça, Flauzina (2006) analisa os sistemas penais inscrevendo “o racismo como fonte de uma política de Estado historicamente empreendida para o controle e extermínio das populações negra e indígena na América Latina”. (*Ibid.*, p. 35).

O empreendimento colonial desarticulava os setores subalternos por uma metodologia de dominação (pautada na eliminação do outro considerado sub-humano), e de estratégias de controle para conter as resistências. Entre 1500 e 1822 o sistema de punição era de base fundamentalmente corporal. A atuação do sistema penal desse período estava relacionado a práticas no domínio do privado por meio de duas dimensões: “A primeira e mais difundida relaciona-se à face mais visível de um aparato da barbaridade que, pela apropriação dos

⁴ Tradução livre do trecho: “El Estado que ejerce hoy el terror entre los desposeídos es heredero jurídico y patrimonial de los Estados metropolitanos que instauraron la colonia mediante la conquista y sentaron las bases para que sus sucesores, los Estados nacionales controlados por elites criollas blancas o blanqueadas, continuaran garantizando el proceso de expropiación de las posesiones y del trabajo de los pueblos no blancos. Todos los movimientos contrahegemónicos más importantes y convincentes del presente apuntan sin duda en esa dirección: desenmascarar la persistencia de la colonia y enfrentarse al significado político de la raza como principio capaz de desestabilizar la estructura profunda de la colonialidad. Percibir la raza del continente, nombrarla, es una estrategia de lucha esencial en el camino de la descolonización”.

corpos e a imposição de toda sorte de mazelas, que vão da tortura psicológica às mutilações, investiu no disciplinamento da mão de obra, no controle das fugas e em todos os episódios de insurreições mais latentes que encontravam a morte como limite de sua expressão”. (FLAUZINA, 2006, p. 48). A contenção às resistências representadas pelos quilombos agregou instrumentos como legislação repressiva, recrutamento de milícias e capitães do mato, além de um sofisticado aparato de tortura.

A segunda dimensão do sistema penal é o foco no controle, na gerência do modo de vida dos segmentos mais vulneráveis, trabalhando com a difusão do medo e mecanismos de interiorização de inferioridade e desconfiança de caráter (o discurso racista foi incorporado pelos grupos que exerciam funções de controle) e desconfianças entre os próprios membros.

Segundo Flauzina (2006), nesse período, no mundo das ideias, havia um paradoxo entre as concepções do liberalismo e a escravidão no Brasil. Além dessa situação de contradição entre práticas e princípios, uma crise financeira a nível mundial afetava o comércio de açúcar e algodão. Esse era o pano de fundo das revoltas populares das décadas de 1830-40. Farrapos, Cabanagem, Sabinada, Balaiada e Revolta dos Malês, que fizeram emergir um medo branco. O projeto liberal se converte em um projeto policial de controle dos corpos e modos de vida da população negra, arquitetando-se possibilidades de extermínio desse contingente. (FLAUZINA, 2006).

Todo um arcabouço jurídico foi organizado para conter os corpos e manifestações religiosas das pessoas negras. Leis municipais delimitavam toda a possibilidade de circulação, ocupação da cidade ou ascensão social. A criminalização da vadiagem representa a criminalização da liberdade das pessoas negras livres. É a partir do gerenciamento da criminalização da vadiagem e de centralização do processo penal, que a polícia se torna a principal agência de sustentação do projeto pós-independência.

O controle sobre essas populações determinou as características raciais de pessoas que seriam vistas e tratadas como “marginais” e todo o sistema de justiça e polícia foram construídos voltados para a manutenção da ordem e controle destas populações. Esta situação

permite refletir a respeito do apagamento dessas violências e de suas consequências. A mentalidade colonial construiu a história do período de escravização como sendo inevitável. Reforço que estou discutindo nesta pesquisa a construção hegemônica que influencia ainda hoje a organização da sociedade em diversos níveis. Como parte fundamental desta mesma história, é importante reconhecer que processos de resistências e revoluções aconteceram ao longo dos mais de trezentos anos do sistema escravocrata. Clóvis Moura, dentre outros pesquisadores, têm uma densa pesquisa sobre as resistências negras e formação de quilombos.

1.3.1 Questão Racial nas Ciências Sociais Hegemônicas

O fim do sistema escravocrata em 1888 marca “uma questão até então crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional” (MUNANGA, 1999, p. 51). As elites, apoiadas em teorias racistas, preocupavam-se com o contingente de pessoas que se encontravam na categoria de ex-escravizadas. Era um grupo, que, “representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca” (MUNANGA, 1999, p. 51).

Renato Ortiz no livro *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* entende que alguns escritores foram os primeiros a elaborar um pensamento sobre o Brasil. De acordo com a análise de Ortiz (1994), foram Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, estes autores receberam este título de Ortiz pelos estudos sobre a sociedade brasileira que empreenderam, e também porque o discurso produzido por eles, foi base para o desenvolvimento de escolas posteriores, como a de antropologia e sociologia.

Segundo Ortiz (1994), “a questão racial tal como foi colocada pelos precursores das Ciências Sociais no Brasil adquire na verdade um contorno claramente racista” (ORTIZ, 1994, p.13). As teorias que tinham impacto na produção do conhecimento dominante dos finais do século XIX e início do século XX, foram “o positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer” (ORTIZ, 1994, p. 14). O evolucionismo propunha

explicar a existência de ligação entre as sociedades humanas, postulando que havia uma “evolução” entre o “simples” (primitivo) e o “complexo” (civilizado). Esta teoria foi utilizada para legitimar “ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental”. A “superioridade” da civilização europeia torna-se assim decorrente das “leis naturais que orientam a história dos povos” (ORTIZ, 1994, p. 15).

Ao utilizarem esta teoria para explicar o Brasil, os intelectuais aceitaram a tese de que a realidade brasileira estaria em um patamar “inferior” no estágio civilizatório em relação aos países europeus. De acordo com Ortiz (1994):

A especificidade nacional, isto é, o hiato entre teoria e sociedade, só pode ser compreendido quando combinado a outros conceitos que permitem considerar o porquê do “atraso” do país. Se o evolucionismo torna possível a compreensão mais geral das sociedades humanas, é necessário porém completá-lo com outros argumentos que possibilitem o entendimento da especificidade social. O pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça” (ORTIZ, 1994, p. 15).

Sílvio Romero dividia a população entre povos “das matas, das praias e margens de rio, dos sertões e da cidade”. Nina Rodrigues desenvolveu pesquisas a partir das teorias de Cesare Lombroso. Lombroso “impulsionou internacionalmente a tese de que a prática de crimes estava enraizada em características biológicas” (ORTEGAL, 2016, p. 534). Nina Rodrigues desenvolveu a tese de que havia uma predisposição da população negra e indígena à criminalidade.

Neste momento torna-se corrente a afirmação de que o Brasil se constitui através da fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio. O quadro de interpretação social atribuída porém à raça branca uma posição de superioridade na construção da civilização brasileira. As considerações de Sílvio Romero sobre o português, de Euclides da Cunha sobre a origem do bandeirante nordestino, os escritos de Nina Rodrigues, refletem todos a ideologia da supremacia racial do mundo branco (ORTIZ, 1994, p. 20).

A perspectiva de análise da realidade brasileira de acordo com “meio” e “raça” tem considerações pessimistas em relação às possibilidades nacionais.

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência, seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro desta perspectiva, a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é, na verdade, uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira (ORTIZ, 1994, p. 21).

O branqueamento é uma política de eliminação das raças consideradas “inferiores”. No processo de formação da identidade nacional, recorreu-se a métodos eugenistas que visavam o embranquecimento da sociedade (MUNANGA, 1999). Ideologicamente, o embranquecimento pressupõe a construção da sociedade no modelo racial e cultural branco. O que “subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criação de uma nova raça e uma nova civilização, ou melhor, uma verdadeira raça e uma verdadeira civilização” (MUNANGA, 1999, p. 90).

A ideologia do branqueamento sofreu maior influência de Oliveira Viana. Para este autor, a mestiçagem poderia levar ao branqueamento da sociedade brasileira. Viana fazia uma classificação entre mestiços “inferiores”, de pele escura, com aparência próxima à de pessoas negras, e os mestiços “superiores”, de pele clara, com características próximas de pessoas brancas. A tendência é a eliminação do mestiço “inferior”, por causa de sua “miséria moral e física”, e a clarificação do mestiço “superior”, que teria o sangue “apurado” após quatro ou cinco gerações. Oliveira Viana defendia que havia igualdade e harmonia entre todos os segmentos étnico-raciais. Para ele, todos tinham iguais oportunidades econômicas, sociais e políticas. As desigualdades eram devidas a fatores psicológicos presentes em mestiços “inferiores”, negros e indígenas, e não pela estrutura política, econômica, social.

Gilberto Freyre também discute a questão da identidade nacional e desloca a análise do eixo raça para o conceito de cultura. Ao narrar a história do período escravista dos séculos XVI e XVII, Freyre aponta um desequilíbrio pela escassez de mulheres brancas. Senhores

brancos, teriam então se aproximado de escravizadas negras e indígenas. A miscigenação teria acontecido devido à flexibilidade característica dos portugueses. Freyre transforma a mestiçagem em um valor “positivo”, dizendo que a mesma influenciou no estilo de vida, alimentação, vestimentas e nas relações sexuais. “Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia” (GUIMARÃES, 1999, p. 62). Após essa mudança no modo de compreender a sociedade brasileira, as ciências sociais passaram a rechaçar o conceito de raça, atribuindo ignorância e racismo a quem usava.

É muito interessante notar como esse ideário antirracista entranhou-se na maneira de ser brasileira. De certo modo, tornou-se lugar-comum, entre os brasileiros, a afirmação de que as raças não existem, e de que o que importa no Brasil, em termos de oportunidade de vida é a classe de alguém (GUIMARÃES, 1999, p. 62).

Esse comportamento de oposição ao racismo, de crítica à ideia de raças biológicas, fundiu-se à negação do racismo como fenômeno social.

Refletindo sobre a ideia de mestiçagem, proponho um olhar crítico a partir dos apontamentos de Carlos Moore apresentados na primeira parte deste capítulo. O autor traz a ideia de mestiçagem violenta, que foi usada para estimular o crescimento biológico do setor dominante. Onde Freyre atribui um valor “positivo”, de “flexibilidade” dos portugueses para relacionamentos interraciais, identificamos uma política de agressão sexual, de estupro de mulheres negras e indígenas. A mestiçagem violenta tem o objetivo de aumentar o número de mestiços, e por meio de mecanismos ideológicos, aproximar estes ao grupo dominante. A classificação utilizada por Oliveira Viana entre mestiços claros e mestiços escuros mostra nitidamente esta ideia em operação, para ele os mestiços claros se aproximam do branco, fazendo com que o grupo dominante cresça.

Os estudos sobre o pensamento brasileiro, citados acima, auxiliam a percepção de como foi abordada a questão racial. Parte-se da população negra, indígena e mestiça como problema para a construção da identidade nacional, e chega-se à solução com a solidificação

do mito da democracia racial, que tem o poderoso efeito de manter a discussão sobre racismo fora da arena política. Produções hegemônicas posteriores adotaram a prática de estudos voltados para classe, cultura (samba, capoeira), religião (umbanda, candomblé), comunidades tradicionais, violência urbana, cultura popular, dentre outros. Acontece que as mudanças de termos não significaram a mudança de pensamento. Se trocamos os termos apontados acima por raça, ou melhor, se os estudos trouxerem cor/raça dos povos pertencentes às manifestações citadas, vamos entender o modelo de dominação, pois os povos que se encaixam nessas categorias são os “outros”, negros e indígenas, enquanto os formuladores do pensamento, seguem hegemonicamente como o grupo “branco”.

O racismo e o pensamento colonial seguem como estrutura da sociedade brasileira e o mito da democracia racial cada dia se fortalece no imaginário social. Essa é uma grande estratégia de não nomeação da raça e do racismo. A produção hegemônica das ciências sociais sobre criminalidade e violência continuam trilhando este caminho de tratar racismo como fenômeno transversal. E esta área do conhecimento está em evidência porque como veremos no próximo capítulo, foi a principal base para a construção do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!

Capítulo 2

Segurança Pública, Anos 1990 e a Criação do Programa – Fica Vivo!

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! faz parte da Política de Segurança Pública do estado de Minas Gerais. Passou pelos processos de conceituação, formulação, implantação, monitoramento e avaliação. Apresentarei neste capítulo como foram tomadas as decisões iniciais que fundamentaram as ações do programa e sua institucionalização. Em diversas partes do texto serão utilizadas as narrativas das pessoas entrevistadas. Também irei descrever dois projetos que serviram de inspiração para o Fica Vivo! O *Ceasefire* (Boston e Chicago) e o *Programa del Desarrollo seguridad y paz* (Colômbia). Antes das apresentações dos programas, será feita uma discussão sobre segurança pública, no nível nacional, para entendermos, de maneira ampla, o contexto que favoreceu a o desenho do Programa e os discursos e paradigmas que o fundamentaram.

2.1 Década de 1990 e Segurança Pública no Brasil

A década de 1990 é apontada em diversos estudos (ADORNO, 2002; ZALUAR, 1999; BEATO, 1999; SOARES, 2003), das ciências sociais, como um período de aumento das taxas de violência urbana nas diferentes modalidades de manifestação deste fenômeno: crime comum, crimes violentos (homicídios, estupros, periclituação da vida e da saúde, corrupção e sedução de menores). Adorno é um dos poucos autores que inclui nessa lista as graves violações dos direitos humanos (falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação, moradia, saneamento).

Esse conjunto complexo de violências e violações de direitos humanos é parte do cotidiano das periferias no Brasil há alguns anos. Os Racionais MC's trazem diversas análises e retratos deste cenário em suas produções artísticas. A música “O homem na estrada”, do

disco *Raio-X do Brasil*, de 1993, nos dá elementos para visualizá-lo, trago aqui alguns trechos:

Um homem na estrada recomeça sua vida
 Sua finalidade: a sua liberdade
 Que foi perdida, subtraída
 Quer provar a si mesmo que realmente mudou
 Que se recuperou e quer viver em paz
 Não olhar para trás
 dizer ao crime nunca mais
 [...]
 Me digam quem é feliz, quem não se desespera
 Vendo nascer seu filho no berço da miséria.
 Um lugar onde só tinham como atração
 o bar e o candomblé pra se tomar a benção
 Este é o palco da história que por mim será contada
 um homem na estrada
 [...]
 Equilibrado num barranco, um cômodo mal acabado e sujo
 Porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio
 Um cheiro horrível de esgoto no quintal
 Por cima ou por baixo, se chover será fatal
 Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou
 Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou
 Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas
 Logo depois esqueceram, filhas da puta!
 Acharam uma mina morta e estuprada
 deviam estar com muita raiva
 "Mano, quanta paulada!"
 Estava irreconhecível, o rosto desfigurado
 Deu meia noite e o corpo ainda estava lá
 coberto com lençol, ressecado pelo sol, jogado
 O IML estava só dez horas atrasado
 [...]
 São dez horas, a rua está agitada
 uma ambulância foi chamada com extrema urgência
 Loucura, violência, exagerado
 Estourou a própria mãe, estava embriagado
 Mas bem antes da ressaca ele foi julgado
 Arrastado pela rua o pobre do elemento
 o inevitável linchamento, imaginem só!
 Ele ficou bem feio, não tiveram dó
 Os ricos fazem campanha contra as drogas
 E falam sobre o poder destrutivo dela
 Por outro lado promovem e ganham muito dinheiro
 Com o álcool que é vendido na favela

[...]

Um mano meu tava ganhando um dinheiro
 Tinha comprado um carro
 Até Rolex tinha!
 Foi fuzilado a queima roupa no colégio
 Abastecendo a playboyzada de farinha
 Ficou famoso, virou notícia
 Rendeu dinheiro aos jornais, ham!, cartaz à polícia
 Vinte anos de idade, alcançou os primeiros lugares
 Superstar do notícias populares!
 Uma semana depois chegou o crack
 Gente rica por trás, diretoria
 Aqui, periferia, miséria de sobra
 Um salário por dia garante a mão-de-obra
 A clientela tem grana e compra bem
 Tudo em casa, costa quente de sócio
 A playboyzada muito louca até os ossos
 Vender droga por aqui, grande negócio.

[...]

No seu braço a tatuagem, DVC, uma passagem, 157 na lei
 No seu lado não tem mais ninguém
 A Justiça Criminal é implacável
 Tiram sua liberdade, família e moral
 Mesmo longe do sistema carcerário
 Te chamarão para sempre de ex presidiário
 Não confio na polícia, raça do caralho.
 Se eles me acham baleado na calçada
 Chutam minha cara e cospem em mim é
 Eu sangraria até a morte
 Já era, um abraço!.
 Por isso a minha segurança eu mesmo faço

Nos trechos destacados da música é possível observar algumas questões como: o encarceramento em massa e suas consequências; a descrição do “berço da miséria”, quando se diz do local de moradia; falta de acesso a serviços básicos, como saneamento, esgoto, serviços de saúde, educação; e habitação precária. Percebemos ainda a informação sobre quais as únicas instituições que chegavam às regiões periféricas naquele período, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que trabalha com a contagem da população; e o, IML (Instituto Médico Legal), recolhimento de corpos e investigação de mortes; e Polícia, com repressão, controle, tortura, corrupção, abuso de poder. O imenso vazio institucional narrado se contrasta com a constante presença da polícia, aliás todas as incursões da polícia são

associadas a ações violentas. O contexto nos mostra ainda outras violências como estupro e o linchamento propiciadas ou permitidas pela omissão e ausência do Estado.

O grupo de *rap* critica a distorção das informações sobre as histórias vividas pelos moradores da periferia pela mídia, a desumanização e estigmatização das pessoas que passam pelo sistema carcerário e o total descrédito da polícia e sistema de justiça de forma geral. A base do comércio ilegal de drogas é evidenciada em suas diversas formas e vertentes. Começando pelas pessoas com recursos e articulações políticas o suficiente para financiar o desembarque das drogas ilegais em solo brasileiro; passando pela descrição dos compradores e vendedores; chegando ao ponto do processo de morte e prisão das pessoas que serão condenadas pela justiça criminal. A música fala ainda a respeito da vida das crianças e jovens e deixa nítido qual a população que mais sofre com todas essas violências e violações de direitos.

Esta é uma parte do cenário, a década de 1990, período em que a questão da violência e da segurança pública estão cada vez mais presentes em estudos e nas formulações de políticas públicas. A violência, que antes era uma discussão realizada principalmente pela área jurídica e policial, ganhou espaço na sociedade como um todo, principalmente pelos meios de comunicação que disseminam informações sobre assaltos, homicídios, sequestros, arrastões, com a proliferação de discursos sobre insegurança e sobre modos de combater a violência (ADORNO, 1996). A constante disseminação e afirmação da insegurança nos meios de comunicação ganha força uma vez que extrapola os limites dos espaços considerados vulneráveis, ou seja, já não eram apenas os moradores das periferias as vítimas da violência. Os sequestros e ataques aos bens patrimoniais, por exemplo, começaram a causar pânico nas classes médias e altas.

Neste contexto, políticas públicas de enfrentamento e combate à criminalidade são (re)formuladas atendendo à pressão das grandes mídias e ao clamor de setores da população.

Sensação de insegurança nas cidades, alimentada pela explosão dos homicídios de adolescentes e jovens nas periferias [...], mais segurança privada [...] O combate à

impunidade se torna norte de uma política de segurança pública capilarizada no tecido social. Se a primeira dessas correntes apostava nos direitos e na cidadania universais, a segunda figurava uma sociedade cindida pelo próprio direito – as garantias de uns estavam constantemente ameaçadas por outros – a repressão e a eliminação da voz destes últimos, favorecia a paz entre os primeiros. (FELTRAN, 2012, p. 238).

A construção da ideia de violência e criminalidade se reproduz e ganha potência por meio de informações estatísticas. Além disso, fortalece um mito que associa pessoas com características bem definidas à insegurança e as torna alvo de controle. Geralmente, as variáveis são as mesmas, nesse sentido os resultados se repetem. Mas, qual o problema dessa construção? Ela não agrega outros conhecimentos produzidos, e reforça a imagem das pessoas negras como corpos a serem mortos. Não dizem de todo tipo de violência, apenas dos homicídios. Falam de pessoas se matando entre si, dizem pouco das mortes provocadas pelo Estado e pelas instituições.

Utilizo muitas vezes a palavra violência no texto. Repetida de maneira generalizante e irrefletida, pode gerar entendimentos diversos e ser associada a elementos visíveis. Ao tratar de violência neste texto, estarei me referindo à violência social, que abarca os atos e os estados de violência. Os atos de violência implicam ações diretas e visíveis, como assaltos, massacres, crimes de morte, dentre outros. O estado de violência envolve a dimensão institucional, que é realizada pelas instituições burocráticas, pelo Estado e por serviços públicos. As formas de manifestação da violência social ocorrem por meio de “dois tipos básicos: violência direta, que é o emprego imediato de força física; e violência indireta (latente) que inclui os diversos modos de pressão [...] ou então a ameaça do emprego de força” (SODRÉ, 1992, p. 12). Olhar por este viés nos permite alcançar os “aspectos organizativos que a violência pode assumir” quando tratamos de contextos específicos (SODRÉ, 1992). Violência social nos permite olhar para além das formas visíveis de sua manifestação e perceber as formas sutis de violência.

As políticas públicas são ações intervencionistas e imperativas produzidas por setores das instituições governamentais e políticas, com diferentes níveis de poder. A construção de

políticas públicas é influenciada por (e também influencia) valores, estruturas, ideais que estão na base da sociedade, que diz também da relação entre povos e da concepção de Estado. A maneira pela qual os problemas são conceituados no processo de formulação de políticas e as alternativas apresentadas e selecionadas são questões fundamentais para a compreensão da dinâmica da ação estatal. “Compreender como questões se tornam relevantes num determinado momento, mobilizando esforços e recursos, são também questões importantes, porém ainda pouco exploradas pela produção acadêmica” (CAPELLA, 1996, p. 45).

A criação do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!, também ocorreu neste cenário dos anos de 1990. A justificativa apresentada para a relevância do programa está na análise sobre o fenômeno da violência, com foco nos atos de violência, com preponderância para as ocorrências de homicídios e seu impacto na sociedade:

A violência sempre esteve presente em todas as sociedades nas suas diversas formas, porém o avanço da mesma nas sociedades modernas tem mobilizado a promoção de diversas iniciativas no intuito de controlar o crescimento desordenado do fenômeno no meio social. E entre estas diferentes manifestações uma vem merecendo especial atenção devido ao aumento vertiginoso apresentado nos últimos anos: os crimes contra a pessoa; em especial os homicídios que deterioram a qualidade de vida principalmente nos centros urbanos, bem como assolam a sociedade pelo sentimento de medo e insegurança constantes. Neste sentido é que torna-se possível compreender a relevância deste projeto, evidenciada pela constatação real e absoluta, de que os homicídios vêm elegendo a cada dia, um número maior de vítimas, conforme diagnóstico a seguir da evolução das taxas de homicídios em todo o Estado de Minas Gerais – região pretendida de análise. (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2003, p. 2)

2.1.1 Três Paradigmas de Segurança Pública

Para compreender as alternativas traçadas na formulação e implantação do Programa Fica Vivo!, será importante observar as mudanças pelas quais passaram as concepções de Segurança Pública no Brasil. Para isso, trabalharei com a divisão proposta por Freire (2009), que orienta sua análise a partir de três paradigmas principais na área de segurança pública. Delimita como recorte temporal de sua pesquisa o período da Ditadura Militar (1964 – 1985) até o início dos anos 2000. Os três paradigmas apresentados pela autora/pesquisadora são:

Segurança Nacional; Segurança Pública; e Segurança Cidadã. Antes da descrição de cada paradigma, vale ressaltar a compreensão da autora sobre os paradigmas e como entende a articulação e influência dos mesmos sobre as políticas públicas:

Um paradigma não é uma política pública. Os paradigmas são crenças, valores e conceitos que predominam no governo e na sociedade em determinada localidade e em determinado período. Mas isso não quer dizer que essas mesmas crenças, valores e conceitos sejam automaticamente traduzidos em políticas públicas. Estes, podem sim, influenciar a sua formulação ou indicar possíveis tendências, mas vários outros fatores – como variáveis políticas, orçamentárias, técnicas, etc – também incidem na conformação final das políticas. (FREIRE, 2009, p. 50).

O paradigma da Segurança Nacional foi adotado no Brasil no período da Ditadura Militar (1964 a 1985). Sua prioridade era a defesa do Estado e a ordem política e social. A base conceitual era fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra. A ideologia era sustentada na contenção do perigo de expansão do comunismo, assumindo, inicialmente um inimigo externo. Posteriormente, qualquer pessoa percebida como contrária à ordem vigente, também era tratada como inimiga. Tudo o que era entendido como contrário ao Estado e aos seus interesses, era visto como ameaça. Para a preservação do Estado e do poder, adotavam-se medidas repressivas que atuavam na eliminação das ameaças, ocorrida pela mobilização das forças armadas e outros órgãos criados para este fim. A Lei e a Doutrina de Segurança Nacional deram sustentação política e ideológica ao regime militar, e envolveu um arcabouço político, jurídico e institucional, adotando-se um rigoroso controle social sobre a população.

No período da ditadura militar, as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal passaram a ser controlados pelo exército, e os estados perderam sua autonomia [...]. Uma das estratégias utilizadas pelos governos militares para garantir o seu completo domínio sobre o Estado brasileiro foi a militarização, que consistiu na ocupação do aparelho burocrático do Estado por setores militares, não apenas nos postos de gerenciamento, como também nos de comando e na formulação de políticas públicas. (VIEIRA DE MOURA, 2016, p. 93).

A Constituição Federal de 1988 (CF-88), é o marco para o paradigma da Segurança Pública, que é promulgada três anos após o fim do período da ditadura militar. Na CF-88 a segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, e deve operar para a defesa da ordem pública, da vida, e do patrimônio. Na CF-88, foram tratados, em profundidade, os princípios de descentralização administrativa, com papéis diferenciados para municípios e estados. Cabendo aos estados, o gerenciamento das Polícias Civil e Militar e a concentração de responsabilidade pela segurança pública. No paradigma de Segurança Pública, percebe-se a continuidade do paradigma da Segurança Nacional ao manter o entendimento de ações voltadas para a ordem pública e defesa do patrimônio, que reforçam práticas de caráter repressivo. Ao mesmo tempo, há um passo além quando a segurança pública é elevada ao patamar de política pública, pois cria abertura para participação de outras instituições e atores nas discussões e decisões sobre os rumos da segurança pública e de sua relação com os direitos humanos.

A perspectiva da Segurança Cidadã surge em meados dos anos 1990 na América Latina. Essa concepção de Segurança Pública parte do princípio de uma atuação interinstitucional e intersetorial a partir da implementação de políticas setoriais de maneira integrada no nível local. A Colômbia é o país que começa a aplicar o conceito em 1995. Conceitualmente, a Segurança Cidadã parte do princípio de que o fenômeno da violência ocorre por fatores multicausais, e defende a atuação da política pública tanto no âmbito do controle da violência e da criminalidade, como na prevenção, por meio de políticas integradas no âmbito local. A violência é vista por essa perspectiva, como um dos fatores que ameaçam o pleno exercício da cidadania. A Segurança Cidadã atribui ao município um papel muito importante, principalmente na gestão das políticas setoriais de prevenção à violência. “As ações comunitárias ganham destaque nesse conceito e a construção de uma cultura cidadã na comunidade, incluindo o respeito às normas de convivência e a resolução pacífica de conflitos, é um dos pilares das ações de prevenção” (FREIRE, 2009, p. 53). No paradigma da Segurança Cidadã o conceito de universalização existe, mas é combinado com ações

focalizadas para públicos que concentram fatores de risco com objetivo de prevenir a violência.

2.2 O Projeto-piloto do Programa – Fica Vivo!

Em 1995, foi criada a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEGS). Essa secretaria, foi transformada, em 1997, na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Alguns dos objetivos da SENASP era: estruturar o Sistema Único de Segurança Pública, elaborar o Plano Nacional de Segurança Pública, criar ouvidorias, discutir e implantar o policiamento comunitário com foco na ideia de segurança cidadã. O reconhecimento de ações já existentes e o fortalecimento de mecanismos de programas de prevenção a violência, começaram a ser elaborados entre 1995 e 2002, período do governo Fernando Henrique Cardoso. Para auxiliar programas com este viés nos âmbitos federal, estadual e municipal, foi criado o Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência (PIAPS). Outra criação do período foi o Fundo Nacional de Segurança Pública. O Programa Fica Vivo! foi criado neste contexto onde havia uma nítida condução das políticas de segurança pública, e onde se evidenciava que tipos de programas e políticas de segurança seriam financiados.

O Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi criado em 1997 com o objetivo de gerar análises, metodologias e modelos de intervenção para controle e prevenção do crime. As primeiras ações deste grupo ocorreram junto à Polícia Militar de Minas Gerais no intuito de criar abordagens para redução de crimes contra a propriedade. Após essa experiência, o CRISP liderou a criação de um modelo de intervenção relativo ao aumento da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais. Segundo Alves (2008), Beato (2010) e Silveira (2007), as orientações iniciais se basearam na literatura sociológica sobre criminalidade e segurança pública, e em experiências de iniciativas que conseguiram resultados de redução de

homicídios. São apontadas as experiências em Boston, com o Programa “*The Boston Gun Projects – Operation Ceasefire*”; Colômbia, com o “*Programa de Desarrollo, Seguridad y Paz*” e uma experiência de prevenção na cidade de Diadema em São Paulo.

As análises contemplaram estudos realizados pelo IBGE, informações arquivadas pelas polícias civil e militar, e pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH). Houve também a criação de uma base de dados própria por meio da aplicação de *surveys* de vitimização e identificação de atores chaves (*stakeholders*). Esse diagnóstico inicial subsidiou o delineamento das estratégias e a criação do modelo piloto. Em março de 2002 foi criado um grupo de estudos composto por diferentes instituições públicas: sistema de segurança pública do Estado (polícias civil e militar); sistema de justiça; gestores de políticas sociais da Prefeitura de Belo Horizonte e técnicos do CRISP.

Segundo Silveira (2007), as duas frentes de intervenção do programa (proteção social e intervenção estratégica) apareceram de modo conflitante desde as primeiras reuniões do grupo de estudos. Técnicos que trabalhavam nas políticas de saúde, políticas sociais e culturais, viam os jovens como sujeitos de direitos; analisaram questões estruturais relacionadas às desigualdades; e levantavam violências e violações cometidas pelas polícias. Por outro lado, os representantes da polícia viam a maior parte dos moradores de vilas e favelas como infratores e “marginais” e defendiam medidas de controle. Nesse sentido foram criadas duas frentes: “uma de repressão e prevenção ao crime a ser implantada pela polícia e demais agências da área da justiça criminal e outra de mobilização orçamentária e proteção social” (SILVEIRA, 2007, p. 133).

Ao longo dos encontros e discussões, o grupo fortaleceu o entendimento da importância de ações multissetoriais para a redução da violência e das mortes nas regiões apontadas como sendo as mais violentas da cidade de Belo Horizonte. Em um dos encontros, o grupo chegou à definição do compartilhamento de responsabilidades sobre o problema da segurança pública com outras agências públicas, e, acordou que deveria haver o envolvimento

de equipamentos públicos, associações comunitárias e organizações do terceiro setor da região que receberia o projeto-piloto.

Foram apontadas várias questões a serem abordadas nos outros encontros como escolha da região a sediar o piloto (tendo sido sugerido o Morro das Pedras, Alto Vera Cruz, Barragem Santa Lúcia), melhor definição da população alvo, definição espacial das zonas, necessidade de organizar grupos de discussão por área temática (saúde, educação, assistência social e segurança pública, etc) e organização de fóruns comunitários para apresentação do diagnóstico realizado. (SILVEIRA, 2007, p. 133-134).

Entre uma reunião e outra, houve uma chacina no Morro das Pedras, onde cinco pessoas morreram. Esse evento consolidou o entendimento de que a região era indicada para receber o projeto-piloto. De acordo com Silveira (2007), outras características da região fortaleceram a escolha: era um local com altos índices de homicídios; havia uma população relativamente pequena; haviam diagnósticos relacionados à ocorrência de crimes, e também um diagnóstico sociodemográfico e institucional; e haviam muitas lideranças comunitárias identificadas.

Apresento abaixo um breve histórico de surgimento do Morro das Pedras para ajudar na compreensão de quais espaços receberam este tipo de intervenção relacionada à política de prevenção à criminalidade.

2.2.1 Morro das Pedras

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, e desde sua concepção, trazia um ideal higienista e excludente. Havia uma divisão em três áreas, uma urbana, outra suburbana e a rural. A área urbana foi criada para pessoas com grande poder aquisitivo e ficava dentro de uma avenida, a do Contorno. A Contorno foi criada para “separar” a área urbana das demais. A cidade considerada era a que estava “protegida” pela Contorno, e em seu formato geográfico essa avenida se parece com um círculo. A área suburbana era ocupada por funcionários públicos e integrantes da polícia, na área rural haviam fazendas, matadouros,

dentre outros. Essa divisão não contemplou as pessoas que participaram da construção da cidade, que ficaram sem espaço de moradia. Esses operários, e outros trabalhadores, começaram então uma ocupação de outros terrenos na cidade, formando territórios que hoje denominamos de vilas e favelas.

Com o tempo e o crescimento da cidade, os terrenos que abrigavam o grupo de operários foram usados para construções e edificações como resposta às demandas das classes com maior poder aquisitivo e das empresas. Os primeiros ocupantes destes terrenos foram retirados e levados para o Morro das Pedras. As casas das primeiras famílias, que chegaram entre os anos de 1935 e 1938, foram construídas em encostas e regiões com risco de desabamento. Em 1950, o entorno do Morro das Pedras foi ocupado por bairros de classe média alta, e mais uma vez uma parte da população foi removida.

No ano de 1945, foi criado um “lixão” na região, que recebeu, até o ano de 1971, todo o lixo da cidade de Belo Horizonte. Esse “lixão” atraía muitas pessoas que buscavam materiais que poderiam ser vendidos, como cobre, alumínio, papel, vidros, plástico; como também encontravam alimentos, como carne, peixe, arroz, frutas e legumes. Não havia nenhum controle sobre os materiais despejados; o lixo não era drenado, aterrado, nem compactado. Em 1971 uma explosão no lixão matou dezenas de pessoas. A partir dos anos 1980 a região cresceu, em sentido populacional, devido à migração da zona rural para a capital mineira. Segundo Souza (2010), a população do Morro das Pedras, atualmente, é em torno de 17.000 pessoas.

No diagnóstico elaborado no Projeto-piloto, há um perfil geral sobre a população de vilas e favelas de Belo Horizonte. E foi traçado pelo CRISP da seguinte maneira:

Estas localidades possuem ainda acesso mais precário a serviços como abastecimento de água, luz elétrica, esgoto, transporte coletivo, etc. Do ponto de vista sociodemográfico, chama atenção o maior percentual de analfabetos do que o restante da cidade, maior percentual de trabalhadores no setor informal da economia, e maior percentual de jovens. Nas áreas estudadas aproximadamente 67% das pessoas de sexo masculino têm idade menor ou igual a 29 anos, ao passo que o percentual para a totalidade de Belo Horizonte é inferior a 56%. Quanto às mulheres,

60% tem idade inferior a 29 anos contra 50% para a média geral. No que diz respeito aos chefes de domicílios em Belo Horizonte como um todo, incluindo as favelas, aproximadamente 60% dos responsáveis pelo domicílio são homens. Entretanto, quando se compara a concentração desses responsáveis por idade, verifica-se que nos aglomerados 70% deles tem idade igual ou menor que 49 anos, enquanto no restante do município esse percentual é de 60%. Quando se analisa a escolaridade dos chefes de domicílio, constata-se que os responsáveis nos aglomerados estão fortemente concentrados em uma faixa de baixa escolaridade. No caso das mulheres chefes de domicílio a situação é mais grave, já que 68% delas têm até quatro anos de estudo, contra 59% dos homens. No que diz respeito à renda dos responsáveis pelos domicílios, 81% dos homens ganham até três salários mínimos, o que também vale para 94% das mulheres chefiando lares. Para a totalidade da cidade, esses valores são 40% e 58% para homens e mulheres respectivamente. De qualquer forma, em todos estes locais, a principal queixa das comunidades é falta de espaço para lazer (praças, campos de futebol, centros culturais ou comunitários). Os poucos existentes, muitas vezes estão deteriorados ou ocupados por marginais locais (SILVEIRA, 2007, p. 129-130).

Essa localidade, como outras regiões periféricas, apresenta características como falta de saneamento, falta de oferta de serviços e equipamentos públicos, população com baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade; além de ter sido uma ocupação que se iniciou com a expulsão dos moradores de outras regiões da cidade de Belo Horizonte. Esse conjunto é muito próximo ao que descrevemos no início do capítulo como traços de falta de garantias dos direitos fundamentais. Em relação à raça/cor da população, 78% é composto por pessoas negras (somatório de pretas e pardas).

Para a implantação do Projeto-piloto de Controle de Homicídios – Fica Vivo! no Morro das Pedras, segundo Alves (2010) e Silveira (2007), foram consideradas as características citadas acima e o diagnóstico de número de homicídios e crimes violentos. Será possível perceber como as questões relacionadas aos direitos básicos não são discutidas por esta política. Os locais que recebem a política de prevenção à criminalidade são regiões periféricas, sem garantias de direitos fundamentais, com população majoritariamente negra. As ações do programa, por outro lado, se concentram no dado controle de homicídio. Mesmo observando-se e produzindo-se dados sobre o modo de vida das pessoas no sentido abrangente do termo, há um foco na “violência final”, no homicídio, como se ele fosse descolado das outras questões, como se fosse algo à parte, que pudesse ser isolado.

2.2.2 Principais Ações do Projeto-piloto

As principais ações do Projeto-piloto no Morro das Pedras envolviam reuniões com lideranças comunitárias, representantes de instituições públicas e do terceiro setor; grupos de formação (com o curso “Cidadania e Participação Comunitária na Resolução de Problemas”, oferecido pelo CRISP); ações de técnicos da prefeitura junto aos jovens; e ações de repressão qualificada. Apenas depois das ações iniciais propostas e do local definido é que moradores participam das discussões. As pessoas foram chamadas para reuniões na regional oeste a partir de uma lista de presidentes de associações organizada pela gerência de Assistência Social. Segundo Silveira (2007), nessas reuniões se discutia o diagnóstico sociodemográfico e de criminalidade da região; as possíveis estratégias para reversão do quadro de violência local; e as etapas do processo de implantação do programa.

As lideranças comunitárias que participaram das reuniões se posicionaram firmemente contra a ideia de operarem como “meninos de recado” ou informantes da polícia [...] Nas primeiras reuniões das quais participaram, os líderes apresentaram opiniões sobre a atuação das polícias e das agências públicas locais, suas percepções quanto às causas da violência, suas agendas de reivindicações e suas propostas de soluções para os problemas locais (que não se resumiam à questão da violência), e seus medos, não se dispondo a serem meros avalizadores ou legitimadores da iniciativa estatal. (SILVEIRA, 2007, p. 174).

Segundo Silveira (2007), o processo de execução do Projeto-piloto teve vários problemas, um deles relacionado ao modo de apresentação da proposta. Nos primeiros meses, os policiais estavam à frente das ações. Além de atuarem na repressão, eram os policiais nas reuniões e nas conversas com adolescentes e jovens nas escolas. Essas atividades tinham o objetivo de melhorar a imagem da polícia junto aos jovens e criar mecanismos de aproximação com os mesmos. Mas a condução de policiais nas atividades reforçava todo o conhecimento daquelas pessoas a respeito da instituição. Nas primeiras reuniões os policiais apresentavam fotos das pessoas procuradas da comunidade, nomeando-as como homicidas,

como perigosas, líderes de gangue e do tráfico. Desconsiderando que poderiam haver pessoas nesses espaços com relações de parentesco e afetivas com as pessoas citadas.

Além disso, havia uma premissa de responder ao descumprimento das regras de convivência com a ocupação do Morro das Pedras. Essa regra era, principalmente, de não matar. Caso ocorresse algum homicídio, a polícia ocuparia o Morro gerando dificuldades ao comércio de drogas e realizando prisões dos responsáveis locais pelo tráfico. A ação de resposta rápida aos homicídios não se sustentou. Um dos motivos descritos na pesquisa de Silveira (2007) foi que havia pouco efetivo e estrutura das polícias, pois as ações exigiam um grande número de pessoas e um orçamento maior. Outro problema é que ocupações da polícia geram violações e violências contra todos os moradores, o que reforça a antipatia nessa instituição. Silveira (2007) aponta ainda que essas ocupações não realizavam nem o mínimo a que se propunham, poucas drogas e armas eram apreendidas, as pessoas presas eram de menor expressão. Havia também a percepção de que as informações sobre a ocupação chegavam aos comerciantes de drogas do Morro das Pedras antes da polícia.

Não haviam recursos para as ações de proteção social, elas ocorreram por meio da vinculação com atividades já existentes na própria comunidade e com técnicos da prefeitura. Essa conformação durou até maio de 2003, quando o programa foi institucionalizado.

2.2.3 Institucionalização

Entrevistada 1: Bom, o programa começa, eu trabalhava na prefeitura na área de Defesa Social. É quando a prefeitura começa a pensar a questão da violência, era o governo Célio de Castro. Havia a questão da defesa da vida, com muitas campanhas. Não existia nenhuma ação focada na violência, na segurança pública naquela época, isso em 2003, né? Tem muito tempo, foi 2002, 2003. Nessa condição, a gente montou um grupo de estudos junto com o CRISP e algumas pessoas da prefeitura e outras da universidade interessadas em discutir o tema da violência. Então a gente criou o grupo de estudos, em minha dissertação

inclusive eu faço uma documentação muito rica desse grupo de estudos porque eu acho que o fato de o programa ter surgido nesse ambiente de pesquisas de estudos, deu para ele um grande suporte para pensar as coisas. E aí, ao mesmo tempo, um grupo de pesquisa que não tem só acadêmico, porque tinha trabalhadores da prefeitura, tinha trabalhadores da polícia, então esse fato gerou um modelo de intervenção mais compreensiva a meu ver. Porque você tinha na intervenção um cenário de não ter certeza de nada que era muito possível, o que hoje eu avalio que é muito difícil nas políticas, as políticas não se arriscam muito nisso que eu chamo de experimentalismo. Então a gente criou esse grupo, e esse grupo começou literalmente a se encontrar regularmente uma vez por semana e estudar. Daí surgiu inclusive o curso de pós-graduação lá no CRISP em estudos da segurança pública. E todos nós fizemos o curso, então foi um processo de estudo, de pesquisa do grupo que não era institucionalizado até 2003 quando o governo do estado resolve criar, mudar o modelo da segurança pública no estado com outras estratégias de integração das polícias, até então as polícias eram separadas, não havia ação conjunta.

Então houve uma grande revolução da segurança pública que foi de 2003 em diante, que mudou para defesa social, nessa mudança nós fomos convidados a integrar o governo do estado numa área que também não existia, que era a prevenção ao crime e à violência. Então com a criação da Superintendência de Prevenção ao Crime e à Violência, foi instituído tanto a política de prevenção, e dentro dela um programa específico, colocamos na agenda, isso é o que eu acho mais importante, a pauta dos homicídios de jovens. Então não existia nenhuma, até 2003, nenhuma formalização, nós nos encontrávamos e íamos ao Morro das Pedras que era o nosso campo, fazíamos pesquisa, reuniões com a comunidade, conhecíamos a realidade local, mas éramos muito mais estudiosos, pesquisadores do que trabalhadores dessa área. Quando em 2003 cria a superintendência a gente cria 4 programas. Um deles é com foco na violência juvenil, e aí ficou essa discussão se a violência era do jovem contra o jovem, então havia uma necessidade de conceituar algo que era totalmente natural, porque a gente estava em uma secretaria de segurança. E isso foi muito importante o que a gente tinha feito no ano

anterior, que a gente mostrou dados que eram os jovens. Até então, e eu afirmo com toda certeza, não havia nenhuma produção sobre a morte de jovens, sobre o homicídio de jovens em Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Entrevistado 3: O Programa Fica Vivo!, na verdade o Projeto Fica Vivo!, ele é mais um projeto do que um programa. Ele começou com uma experiência-piloto numa favela de Belo Horizonte, no Morro das Pedras, em 2002, com a iniciativa de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, através do Centro de Pesquisa em Segurança Pública, o CRISP. Envolveu o Comando de Policiamento da Capital, com o Coronel Severo, a Prefeitura de Belo Horizonte através de uma funcionária, uma técnica. Pessoas do Ministério Público, promotores envolvidos, o apoio da CDL. A iniciativa dessas entidades tentando aplicar em Belo Horizonte um projeto de prevenção à criminalidade e violência dos jovens inspirada no modelo de Ceasefire. Então, foi uma primeira tentativa de adaptação, foi no Morro das Pedras, e, ao longo do ano eu acompanhava de longe, eu não estava envolvido diretamente no projeto, só estava de longe. Mas quando eu participei da campanha eleitoral em 2002 que a conversa foi diretamente com o “Entrevistado 4”. Já no plano de governo do Aécio nós dois propusemos a inserção do Fica Vivo! como política pública a ser adotada pelo governo Aécio Neves. Porque em 2002 não era política pública, era uma iniciativa de entidades diversas sem dinheiro público envolvido. Assim foi, o Aécio ganhou a eleição e eu me tornei Secretário Adjunto de Segurança Pública. E uma das primeiras medidas que eu adotei no ano de 2003 foi de montar uma equipe de técnicos da secretaria com representações da Universidade Federal para poder estruturar a proposta Fica Vivo!, assim, escrever o Projeto Fica Vivo! que até aquele momento não existia. Assim, foi feito durante o primeiro semestre de 2003 a metodologia, desenho teórico do projeto ficou pronto. E com isso nós mandamos para Brasília para pleitear recursos federais para financiá-lo e ao mesmo tempo nós conseguimos que esse projeto fosse publicado em decreto pelo Governador ainda em 2003. Se não me engano no segundo semestre de 2003 saiu um decreto do senador Aécio

instituindo o Programa Fica Vivo! na Secretaria de Estado que na época chamava a Secretaria de Estado de Defesa Social. Eu tinha instaurado uma diretoria de prevenção social à criminalidade, e um dos projetos, dentre outros de prevenção, era o Fica Vivo!

O projeto foi desenhado formalizado, montou-se a equipe técnica e já no início de 2004 já tínhamos recebido alguns recursos do Governo Federal. E já começamos a executar o projeto nesses moldes mais institucionalizados. Então, manteve-se Morro das Pedras ao longo de 2004. Nós expandimos ele para se não me engano a Cabana do Pai Tomás e outra região. Então tínhamos feito um planejamento de expansão paulatina ao longo dos próximos anos e assim foi esse o começo do Fica Vivo! Foi dessa maneira que esse projeto começou, como uma iniciativa de entidades diversas lideradas pelo CRISP da UFMG, para se tornar um projeto de governo, uma política pública que agora está completando 15 anos agora em 2017, se a gente considera 2002. Agora 15 anos de Fica Vivo! Foi o começo.

No ano de 2003, no primeiro mandato de governador de Aécio Neves, foi votado o decreto 43334/03, que:

Cria o Programa de Controle de Homicídios e define seu objetivo: reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante ações de prevenção e repressão nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros municípios do Estado cujos indicadores de criminalidade violenta o justifiquem, contando, para sua execução com a ação integrada dos executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações não governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2003, p.2).

O Ministério da Justiça financiou a expansão do Fica Vivo! por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública com um montante de cinco milhões de reais que foram utilizados nos anos de 2003 e 2004. O recurso foi utilizado na ampliação do programa para outras regiões de Belo Horizonte para custear os gastos com oficinas, para criação de estrutura e contratação de técnicos, e para compra de viaturas para o GEPAR e para a polícia civil. A partir de 2004 a Secretaria de Defesa Social passou a financiar o programa e aumentou

gradativamente os recursos para sua expansão em outras cidades de Minas Gerais. No ano de 2016 havia um montante de 28 milhões anuais para custear toda a política de prevenção, que além do Fica Vivo! alocava os seguintes programas: Mediação de Conflitos, que trabalha com orientações sociojurídicas, ações de mediação, articulação e fomento da organização em comunidade e institucional; Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA); e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PRESP).

Com a institucionalização e com os recursos, a proteção social começa a ter mais destaque dentro do programa. É contratada uma liderança da comunidade para exercer a função de técnica social responsável pela articulação de ações locais, são criadas as primeiras oficinas, e o programa passa a ser recebido de maneira diferente pela comunidade e pelos jovens, com as oficinas ganhando cada vez mais visibilidade. Uma das entrevistadas trabalhou como técnica social, no Ribeiro de Abreu, nos primeiros anos de expansão do programa e traz um relato sobre como era realizado o trabalho na prática:

Entrevistada 2: Mas enfim, eu comecei no Fica Vivo! em 2004 quando estava iniciando o processo de expansão [...] Eu acho que é uma coisa importante, que é do início da gestão do PSDB com o Aécio. E você tem, no âmbito Federal, o início de uma gestão do governo Lula. E você tinha como Secretário Nacional de Segurança Pública o Luiz Eduardo Soares que na época começou todo um trabalho de buscar transformar a segurança pública. Então se construiu um Plano Nacional de Segurança Pública, e esse plano buscava orientar os estados na construção de seus planos de segurança pública. Minas construiu seu plano, buscando construir tecnicamente, buscando uma diferença de construção no âmbito da Segurança Pública. A criação da Superintendência de Prevenção à Criminalidade, à qual o Fica Vivo! passou a estar vinculado, é fruto também, não só de Minas, mas também de um movimento Nacional que começou a existir. É o que possibilitou também aporte financeiro. No início o recurso era um recurso Federal. Passou a ser estadual na medida em que a política de segurança pública no nível nacional perdeu a sua força. [...]

Em 2004 eu entro, existia só o Morro das Pedras, que é piloto, e passou a ter onde eu comecei a trabalhar que é o Ribeiro de Abreu. Aí também a Cabana do Pai Tomás, a Pedreira Prado Lopes, o Alto Vera Cruz, acho que eram estes. Eu comecei como técnica, [...] e é muito interessante ver como você tinha uma proximidade dessas figuras (superintendente e diretora do programa) que estavam na coordenação na transmissão do que era o programa. Mas a gente tinha como orientação a fala viva delas assim, é muito assim ‘o jovem, a gente precisa construir um trabalho que permita que esses jovens vivam’. [...] Quando a gente começou a executar, a gente foi se deparando com ‘n’ dificuldades. Por que a gente precisava de uma sede e aí nesse momento você não tinha recurso ainda para ter uma sede então você buscava lugares cedidos. Esses lugares cedidos muitas vezes não davam identidade ao projeto. A gente ficou um ano trabalhando sem uma sede buscando um lugar que fosse estratégico. Inclusive porque os lugares cedidos eram muito pequenos e não comportavam, e, a gente achava que não dava identidade. A gente ficava andando para lá e para cá sem ter uma estrutura, cheio de trabalho, mas ao mesmo, tempo foi muito rico porque permitiu que a gente andasse, conhecesse e fizesse com que o programa fosse conhecido. [...]

E aí a gente construiu, na época eu e “F” (outro técnico do programa na região), o trabalho, o que orientava era isso, os meninos, morreram. Porque eles morreram? Onde eles morreram? Quem eram esses meninos? [...] A minha entrada nessas regiões, começava pela fala das pessoas, pela realidade que ia se descortinando para mim, era tipo de querer conhecer, porque eu não conseguiria fazer o trabalho sem conhecer aquela realidade. Mas também algumas coisas que eu falava como ‘gente eu não aprendi nada disso não na universidade. Eu não sei como intervir assim’. O jovem vira para mim e fala ‘Ah, bacana o Fica Vivo! e tudo, as oficinas, mas o jovem vai poder ir armado para oficina? Porque ele precisa se proteger’. Eu pensava: ‘mas...armado? Arma não protege’. Significa que ele está em risco e o programa não tinha ainda algo que orientasse nesse sentido, então a gente foi se deparando com isso. Porque se você pensar, andar armado é crime, mas para esses meninos andar armado significa proteção, mais proteção que demonstra um risco claro. E aí a gente

foi se deparando com isso, percebendo assim, os homicídios acontecem mais aqui então a gente precisa entrar aqui, aparece [nas falas] que tem um conflito entre jovens que moram nessa região e jovens que moram nessa não [tem conflitos], então preciso chegar com Fica Vivo! aqui nessa região e na outra região. Então a gente ia tentando chegar até o jovem, mas a gente só conseguia chegar se existissem oficinairos moradores, sem eles seria difícil fazer essa ponte.

Quando a gente falava da realidade do Ribeiro era muito diferente da realidade da Pedreira, que era diferente da realidade do Cabana, seja nos conflitos entre os grupos, dos armamentos, de atuação da polícia. Essa forma de atuação da polícia também foi descortinando outro desafio. Que era isso, jovens falando que a polícia contribuiria para os conflitos, [fazendo o seguinte] pegando jovem que tinha conflito com um grupo e deixando ele no meio desse grupo, para ser morto pelo outro grupo. Havia algo que indicava grupo de extermínio. E a gente falava ‘olha, a polícia, ela contribui para a violência’, mas os jovens falavam que quando a polícia chegava dava um tempo na guerra. E a população dizia também que era necessário a presença da polícia. Então, os jovens que estavam mais diretamente envolvidos diziam dessa violência, não estavam diretamente envolvidos diziam de abordagens truculentas, que eles andavam com a nota fiscal da bicicleta que eles tinham ganhado ou comprado porque senão eles iriam ser acusados de ter roubado aquilo, isso acontecia com celulares, com tudo. Você tinha também alguns jovens, uma parcela da população que via na polícia também algo da segurança. Era contraditório, mas a gente percebia que a polícia era necessária. Não conseguiria fazer o trabalho porque na hora que o tiro estava comendo não tinha um modo de intervir, não tinha quem fosse para lá para impedir alguma coisa. E aí então a necessidade de um lugar com a polícia, que foi outro grande desafio da gente conseguir sentar e conversar com os policiais.

E aí foi construído, ao longo do tempo, formas desse diálogo acontecer que eu acho que é uma coisa, uma das coisas fundamentais do Fica Vivo!, ele não recuou dessa necessidade de um lugar com a polícia e com os órgãos do sistema de Justiça. Por mais que

os discursos sejam muito antagônicos, a gente fala que tem que manter o jovem vivo e escuta 'ah, ainda bem que ele morreu'. Mas o fato de a gente não recuar dessa tensão e, por vezes, desse antagonismo, permitiu um certo reconhecimento do programa dentro do sistema e a possibilidade de parcerias com aqueles profissionais da polícia e do sistema de justiça que não pensavam dessa forma. Entendendo que era possível construir uma outra forma de se fazer segurança pública, e, que a legitimidade e a legalidade do trabalho policial era fundamental, não só direito. Eu acho não teve isso assim né, de ver a segurança pública como um direito, que a vida desses jovens é um direito. A morte vai sendo naturalizada não só pela sociedade em geral, mas pelos moradores dessas regiões e muitas vezes por eles mesmos [os jovens falam] 'se eu morrer hoje, amanhã faz dois dias.' 'Ah, essa vida louca é assim mesmo, faz parte e tal.' Eu acho que eram tipo injeções de vida. para tentar construir outros caminhos.

Esse trabalho é um desenho da metodologia do que era esperado. Mas, na prática, isso só se configurava se você tinha bons profissionais e na medida que o programa foi crescendo foi ficando difícil transmitir isso, com a entrada de profissionais que não estavam tão engajados com essa pauta. Nesse sentido era só mais um trabalho. E ter força para bater perna, para sentir medo, mas também para calcular e não ficar paralisado diante desse medo; orientar os oficinairos (que precisavam de um apoio da equipe e não encontravam). Tudo isso também foi demonstrando a necessidade de ter um acompanhamento muito mais próximo da equipe e supervisão. E essa estrutura de supervisão e coordenação foi sendo criada. O gestor não existia, a figura do gestor passa também a existir e aí vira a política pública que eu acho que ele vai se constituindo, o Fica Vivo!, mas também a política de prevenção, vai se organizando, e eu acho que hoje a gente tem uma política de prevenção ainda precisando de uma identidade. Mas ele [o Fica Vivo] sempre foi o carro-chefe.

2.3 Ceasefire e Programa de La Seguridad

Entrevistado 4: Deixa eu te contar, então. É o seguinte, o Fica Vivo! ele começou como um projeto do CRISP, [...], inicialmente ele era uma ideia que a gente teve de utilizar algumas estratégias que um professor aqui nos Estados Unidos tinha desenvolvido em Boston. Chamava Ceasefire o projeto, e, eu tinha vindo aqui, achei muito interessante, e eu falei poxa, vou tentar fazer alguma coisa em Belo Horizonte. O projeto, ele tem várias coisas, a gente acabou fazendo uma coisa diferente porque nós tivemos que envolver vários atores, Polícia Militar, Polícia Civil, a Prefeitura, que tava lá, enfim o Estado, Secretaria de Direitos Humanos também foi envolvida (da Prefeitura e do Estado), um conjunto de atores que a universidade chamou e nós ficamos uns 8 meses, quase um ano, estudando o problema, levantando dados, para ver o que estava acontecendo. Antes a gente tinha ido a uma área específica em Belo Horizonte que na época era a área mais complicada que tinha que era o Morro das Pedras.

De acordo com o *National Institute of Justice*, a Operação *Ceasefire* (cessar fogo) é uma estratégia utilizada para reduzir a violência de gangues, a posse ilegal de armas e a violência armada nas comunidades, identificadas como “*hotspots*” (pontos quentes). O programa teve seu início em Boston com os objetivos de apreender e processar pessoas destas localidades que fizessem transporte ilegal de arma de fogo; deixar sob aviso outras que estivessem infringindo a lei; e evitar que jovens sigam o caminho do envolvimento com o crime. A intervenção parte do pressuposto do cálculo custo-benefício por parte de quem pratica o crime. A partir de um conjunto de ações de atores diversos (polícia e trabalhadores do programa), usa-se uma estratégia de dissuasão focada, através da qual se mostra que os benefícios de prevenir um crime são maiores do que os custos de cometê-lo.

O programa é destinado a jovens identificados como sendo de alto risco. A operação *Ceasefire* usa uma abordagem que eles chamam de alavancagem, que foca a ação em um pequeno número de pessoas para que essas influenciem a decisão das outras. Havia uma mensagem direta para membros de gangues de que os comportamentos violentos provocariam

uma resposta de tolerância zero vinda principalmente da polícia. A ação era focalizada (voltada ao público participante de gangues) e não universal (para todos os jovens de Boston). As táticas incluem mandados de prisão e sentenças longas para “infratores crônicos” (termo usado pelos pesquisadores de Boston, que no Fica Vivo! são chamados de “homicidas contumazes”) e restrições à liberdade condicional. A prevenção é baseada em uma intensa campanha de comunicação envolvendo reuniões com grupos das comunidades e membros das gangues. O programa *Ceasefire* foi aplicado em Chicago no mesmo período.

Trarei agora um conjunto de informações que explicam com mais detalhes o programa. Elas estão no documento de avaliação do programa *Ceasefire* de Chicago encomendada pelo *National Institute of Justice* e realizada por Wesley G. Skogan, Susan M. Hartnett, Natalie Bump e Jill Dubois, com a assistência de Ryan Hollon e Danielle Morris, no ano de 2008. O *CeaseFire* de Chicago é um programa de prevenção à violência administrado pelo *Chicago Project for Violence Prevention* (CPVP), que está localizado na Escola de Saúde Pública da Universidade de Illinois. CPVP foi formado em 1995 com o objetivo de trabalhar programas de prevenção da violência comunitária nas cidades, estados e federações. O programa foi criado em 1999 e expandiu-se ao longo da década de 2000. O foco do *CeaseFire* é mudar o comportamento de um pequeno número de membros cuidadosamente selecionados da comunidade, aqueles considerados com uma grande chance de atentar contra a vida de alguém e também de sofrer um atentado, desferido por arma de fogo. Para auxiliar nesse objetivo, são escolhidos grupos de pessoas que são designados de interruptores de violência, que trabalharam na rua, mediando conflitos entre gangues e intervindo para travar o ciclo de violência, que ocorre por meio de retaliações vindas depois dos tiroteios. Outro grupo de trabalhadores são conhecidos como trabalhadores de divulgação, estes aconselham os jovens atendidos pelo programa e apresentam uma variedade de serviços que podem ser acessados por esses jovens.

O programa é construído com base em uma teoria do comportamento que enfatiza normas, riscos e escolhas, que especifica como agentes de mudança poderiam ser mobilizados

para abordar algumas causas imediatas de violência, identificando, por exemplo, as normas relativas à violência, a tomada de decisão no local por indivíduos em risco de desencadear violência, os riscos percebidos e os custos de envolvimento em violência entre a população alvo. Alguns dos principais conceitos e estratégias do programa foram adaptados do campo da saúde pública.

O *Ceasefire* passou uma mensagem direta ao público do programa e outras pessoas que atuavam como membros e líderes de gangues, que foi a convocação para que parassem de disparar e de matar. Não havia maiores cobranças sobre essas pessoas e um dos principais argumentos dos interruptores da violência é que os tiroteios eram ruins para os negócios porque atraía a polícia e espantava os compradores. O programa trabalha também (com os jovens que davam alguma abertura) com redução de danos e mediação de conflitos intrafamiliares.

O programa seleciona um pequeno número de pessoas, no máximo dez por vez, a partir de um conjunto de critérios: alto de risco de ser atirador ou alvo de tiros; ter idade entre 16 e 25 anos; ter um histórico de passagens pelo sistema de detenção; ser membro de gangue; estar envolvido com atividades de alto risco, como venda de drogas ilícitas.

O programa enfatizou três fatores causais, são eles: normas, decisões e riscos. Estes três fatores poderiam ser utilizados pela equipe de trabalho como alavancas, a serem puxadas para acabar com os tiroteios com um entendimento de que as normas que orientam as ações violentas podem ser alteradas a partir do oferecimento de alternativas às tomadas de decisões e da percepção dos riscos e custos dos tiroteios e assassinatos. Os “puxadores de alavanca” são os trabalhadores de alcance e interruptores de violência, membros-chave da equipe em cada unidade do *CeaseFire*. Esses trabalhadores estimulavam a mudança de norma entre os jovens e atuavam mobilizando a comunidade e o clero. Essa mobilização era feita por meio de debates locais sobre a violência, com a divulgação da mensagem “o assassinato deve parar”, com a realização de vigílias de oração, e distribuição de materiais promocionais; todas estas ações ocorriam imediatamente após um assassinato. A defesa de normas comunitárias para

reduzir a violência e o impacto da violência sobre as famílias, era bastante frisada nas mediações com os jovens e outros membros da comunidade.

Os interruptores da violência trabalhavam nas ruas à noite, geralmente eram ex-membros de gangues. Eles forneciam alternativas novas para as partes em um conflito, promoviam tréguas, negociavam o pagamento de multas, e, em situações difíceis, conseguiam acordar a resolução por meio de luta. Os trabalhadores de alcance davam conselhos aos jovens a respeito de como lidar com conflitos intrafamiliares, com parceiros e polícias, analisavam as necessidades de cada pessoa atendida e tentavam conectá-la a serviços de saúde, educação e emprego. A maior parte dos trabalhadores tinha uma trajetória como ex-membro de gangue e passagem pelo sistema prisional, isso era usado como parte da metodologia de ação do programa pois dava legitimidade. No texto da avaliação há uma passagem em que um gerente sênior diz que eles são “uma tecnologia”. Há o uso da trajetória de vida dessas pessoas para dar credibilidade à mensagem do programa.

A polícia e promotores trabalhavam em uma legislação antiarmas mais rigorosa, com pedidos de processos e sentenças maiores. O programa foi realizado quase que exclusivamente em bairros em que a maioria da população era afroamericana ou latina e pobre.

2.3.1 “Programa Desarrollo, Seguridad y Paz”

As informações a seguir foram retiradas do texto “*Programa Desarrollo, Seguridad y Paz, DESEPAZ de la Ciudad de Cali*”, escrito por Rodrigo Guerrero, em 1999. A proposta do Programa *Desarrollo, Seguridad e Paz* (DESEPAZ), surgiu na campanha eleitoral em 1992. Em 1993, com a eleição, o prefeito da cidade de Cali, na Colômbia, iniciou os trabalhos na área de segurança com a nomeação de um conselho para estudar o aumento de homicídios e a sensação de insegurança vivenciada no município. Os conselheiros deveriam apresentar propostas para enfrentar os problemas listados. Para formar esse conselho, foram chamados

representantes de grupos de guerrilheiros reinseridos; membros dos partidos comunistas e das centrais trabalhistas; representantes de associações industriais e do comércio; representantes da hierarquia da igreja católica; e funcionários da administração municipal.

Segundo Guerrero (1999), os seguintes princípios foram definidos como orientadores do programa:

- **Multicausalidade** – compreensão de que a violência é a expressão de complexos processos sociais e é provocada por fatores multicausais. Nesse sentido, não há uma única solução ao problema, devem ocorrer ações múltiplas e em diversos níveis.
- **Investigação** – entendimento da importância de pesquisas sobre manifestações de violência e necessidade dessas informações serem parte integral de um programa que buscava o controle da violência e da insegurança.
- **Prevenção** – ações de prevenção devem ser prioridade em relação a ações de repressão. A repressão é compreendida como indispensável, mas é necessário trabalhar muito mais com as causas do que com os efeitos.
- **Participação** – ampliação da cidadania em sua totalidade.
- **Tolerância** – tolerância e respeito pelos direitos alheios, devem ser o pano de fundo das intervenções.
- **Equidade** – promoção ativa da equidade e da diminuição das desigualdades existentes na cidade.

Guerrero (1999), diz ainda que a partir do levantamento dos princípios do programa, foram definidas quatro áreas estratégicas:

1 – Investigação e estudo sistemático da violência: O *DESEPAZ* foi composto de uma coordenação epidemiológica. Nesta coordenação haviam representantes da polícia, da *fiscalía* (órgão equivalente à procuradoria-geral do município), do departamento de trânsito, da saúde e do escritório de direitos humanos. O grupo se reunia semanalmente e teve a tarefa de criar consensos: um, em torno das variáveis relacionadas às manifestações de violência; outro, como analisar essas variáveis. Outra tarefa desse grupo era preparar um informe para o

Conselho Municipal de Segurança. Houve também o desenho de um instrumento de medição da opinião pública sobre a qualidade e os problemas de funcionamento da polícia e da justiça.

2 – Fortalecimento institucional: Criação dos Conselhos Municipais de Segurança, com a presença dos responsáveis pelas instituições de segurança e cidadania. Havia comandantes do exército, da polícia metropolitana e departamental; os chefes da *fiscalía*, medicina legal e direitos humanos; secretários de governo, de trânsito e de saúde; diretores do programa *DESEPAZ*. O objetivo do grupo era analisar o que ocorria na semana anterior à reunião e planejar ações para prevenir os problemas.

Dentro da ideia de fortalecimento institucional, houve ações voltadas à melhoria da qualidade da polícia, com incentivo para que agentes concluíssem os estudos e fizessem cursos na universidade. Os cursos foram preparados para os policiais e incluíam módulos como desenvolvimento da comunidade, direitos humanos e princípios constitucionais.

Existem instituições na Colômbia chamadas de *Inspecciones de Policía*. São o local onde se fazem queixas iniciais sobre roubos, assaltos, lesões, etc. Ao longo da implantação do programa houve uma campanha para melhoria na estrutura física, compra de equipamentos, e sistematização dos procedimentos básicos por meio de convênio com a universidade local. Os serviços das *Inspecciones de Policía* foram ampliados com centros de conciliação que buscavam chegar a acordos entre as partes envolvidas em processos judiciais. No mesmo espaço físico, poderiam ser encontrados consultórios que ofereciam assistência jurídica aos cidadãos. Esses consultórios eram mantidos pelas faculdades de direito do município. Outro espaço fortalecido foram as *Comisarías del Familia*, que possuíam profissionais especializados no manejo de problemas de maus tratos a mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

3 – Educação cidadã e comunicação para a paz: Realizavam-se semanalmente reuniões entre secretários, prefeito, líderes comunitários e outros membros da comunidade com o objetivo de discutir planos de ação e revisar o cumprimento dos projetos implementados. Criou-se uma campanha para as crianças se conscientizarem do perigo do uso

de armas de fogo, com isso foi pedido a elas que se desfizessem de suas armas de brinquedo. As crianças que entregavam seus brinquedos, recebiam uma credencial de Amigos da Paz que garantia acesso a espetáculos e parques de recreação. Vários adolescentes participaram dessa campanha entregando armas verdadeiras, essa ação fez com que o programa desenvolvesse uma atenção especial para jovens integrantes de gangues.

Os meios de comunicação veicularam uma campanha publicitária, paga com recursos do setor privado, de cidadania, tolerância e respeito aos direitos dos demais. Os líderes comunitários participaram de cursos desenvolvidos pelas universidades e organizações do terceiro setor com a temática de solução de conflitos e convivência pacífica.

4 – Equidade e desenvolvimento social: No campo educacional, empenhou-se um esforço de garantir educação primária para todas as crianças de Cali. Foram abertas novas escolas para o ensino secundário e criadas centrais didáticas para a educação primária e centrais tecnológicas para a educação secundária. Buscou-se a expansão dos serviços públicos básicos de água potável, iluminação e telefonia para as regiões mais pobres da cidade. Foi desenvolvido também um programa de moradia popular.

Considerou-se prioridade realizar trabalhos com jovens com o objetivo de ressocialização. O Programa PARCES (Participação, Convivência, Educação, Superação) oferece orientação psicológica, atividades recreativas, e auxílios na busca de empregos. Dentro deste programa foram criadas casas da juventude que ofereciam espaços para música, dança e fisiculturismo.

O governo municipal adotou ainda medidas de prevenção ao crime e ao delito. A partir da constatação de que a maior parte dos homicídios ocorria nos fins de semana e à noite, criou-se a lei semisseca que proibia a venda de bebidas a partir de uma hora da madrugada, em dias de semana, e das duas horas da madrugada nos finais de semana e véspera de feriados. Havia também uma campanha de desarmamento da população e ações para prevenção de acidentes de trânsito.

Cali é a cidade com maior número de pessoas negras da Colômbia. Dentre suas regiões, Aguablanca é a mais pobre e a que apresenta maior porcentagem de população negra. O *DESEPAZ* desenvolveu suas principais ações em Aguablanca.

2.4 Considerações Acerca da Segurança Pública

Aproveito esse momento de finalização do capítulo para enfatizar o motivo de reunir o conjunto de informações expostas. Quando entendi a recorrência da informação sobre as influências de outros programas de prevenção na construção do Fica Vivo!, busquei informações detalhadas destes programas. Queria entender os elementos incorporados e descartados pela política de prevenção de Minas Gerais. Minha intenção também foi observar se havia alguma menção à questão racial nos desenhos dos programas e como foram apresentadas as definições sobre o público a ser atendido por estas políticas.

Um primeiro elemento que gostaria de pontuar é a definição sobre violência e criminalidade. Todos os programas compreendem a violência como fenômeno multicausal, e há um momento em que se escolhe o foco de atuação da política pública. Nos estudos a respeito de políticas públicas, a definição do objetivo é apontado como parte fundamental da formulação, pois possibilita o encadeamento das etapas posteriores de implantação, monitoramento e avaliação. Com um objetivo definido, é possível entender se a política está sendo efetiva e eficaz, e caso seja percebido que não está, a orientação é que se altere os objetivos. O Programa Fica Vivo! definiu seu foco de atuação no controle de homicídios. Neste sentido se aproximou mais do *Ceasefire*, onde o foco é evitar os tiroteios e suas consequências, do que do *DESEPAZ*, que atuava tanto em relação a homicídios, quanto a acidentes de trânsito e porte de armas, além de fortalecer políticas sociais de habitação e educação.

Um segundo ponto é que os três programas relacionam ações de prevenção e de repressão. No Fica Vivo! e no *Ceasefire*, a Segurança Pública é quem é responsável pela

execução do programa. Já o *DESEPAZ* é um programa da Prefeitura que já articula, desde sua concepção, diferentes secretarias com igual participação e importância.

A violência é vista como um fenômeno que atinge todas as pessoas, mas as ações de prevenção são destinadas a grupos que estão “na linha de frente” dos dados estatísticos. Esta observação abre a discussão para um terceiro ponto que é sobre a concepção de políticas universais e políticas focalizadas. O Fica Vivo! é focalizado pois trabalha com o público jovem de regiões específicas, e dentro deste recorte, atende jovens de 12 a 24 anos. As questões de raça e gênero, são vistas como transversais mesmo com a informação de que morrem mais jovens negros e do sexo masculino.

De acordo com Candiotto (2007), Foucault trata no livro *Vigiar e Punir* da genealogia das tecnologias de poder que estão presentes em várias instituições sociais e operam por meio do poder disciplinar. Essas tecnologias se reproduzem a partir de saberes humanos determinados, como medicina, psicologia, educação. Os saberes normalizadores produzem uma nova economia do poder, que objetiva a maximização produtiva dos corpos, que deve ser entendida a partir dos quadros legais de acúmulo de riqueza e dos mecanismos ilegais de utilidade produtiva e conveniência política. Nesse sentido, a delinquência se torna um ilegalismo lucrativo para a burguesia, pois fornece a possibilidade de circulação do dinheiro (do tráfico, da prostituição, etc). Candiotto (2007) diz ainda que para Foucault, o aprisionamento é o meio mais adequado para produzir delinquência, pois de maneira geral, são as mesmas pessoas que retornam às celas prisionais. Então, o fracasso da prisão na ressocialização do indivíduo, passa a ser o efeito desejado. A normalização da delinquência aparece como justificativa para a atuação de controle e regulação por parte do Estado. No livro *Segurança, Território, População* Foucault (2008) considera que a questão colocada é como manter a criminalidade dentro de padrões social e economicamente aceitos para determinado funcionamento social. O que conta é o custo da repressão e da “delinquência”. É praticamente uma relação econômica.

Luiz Eduardo Soares (2003) considera que a instituição polícia não passou pelo mesmo debate a respeito de seu destino como ocorreu com outros órgãos públicos no processo de redemocratização no Brasil em 1988. Segundo o autor, essa omissão, condenou a polícia à reprodução de hábitos de violência arbitrária, de tortura, chantagem, extorsão, humilhação dentre outros. Para Soares (2003) a negligência com esse setor se apresenta como estratégia para a perpetuação do modelo de dominação social, por isso é importante que o Estado Democrático de Direito encontre alternativas de políticas de segurança pública que estejam de acordo com os princípios dos direitos humanos.

Marcos Rolim (2007) observa que, de forma geral, a segurança pública tem sido tratada sob o discurso da “lei e da ordem”, em que os governantes repetem paradigmas de contenção, que implicam na criação de novos tipos penais, aumento das penas e agravamento da execução penal, elevação das taxas de encarceramento, novos presídios e no aumento dos investimentos nas forças policiais. Além disso, grande parte da mídia, políticos conservadores, e opinião pública, tem expressado a demanda repressiva, exigindo mais rigor contra os criminosos. O desafio ao se pensar segurança pública é a necessidade de se articular uma ampla reforma política e cultural.

Em síntese, entendo que as aspirações em favor dos Direitos Humanos encontram no tema da segurança pública, cada vez mais, sua prova mais urgente e difícil. Ou bem tais aspirações democráticas e solidárias constroem alternativas concretas de políticas de segurança, permitindo, desta maneira, a demonstração prática de um caminho diverso àquele formulado pelo “discurso da lei e da ordem”, ou bem são as garantias que nos restam que estarão ameaçadas (ROLIM, 2007, p.6).

As políticas de segurança pública estaduais são alvos constantes de denúncias por parte de movimentos ligados aos direitos humanos. Esses movimentos trazem discussões sobre a condução do Estado de questões como o sistema prisional, o aparato policial, o genocídio da juventude negra, a criminalização da pobreza, a tortura, dentre outros.

Uma pesquisa do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL) de 2001 sobre programas de prevenção à violência no Brasil, mostrou que esses programas têm em comum o

recorte da população alvo pela localização geográfica e pela faixa etária, o objetivo desses programas, no geral, “não é o de proteger o grupo vítima da alta taxa de homicídios, mas sim proteger ‘a sociedade’ do perigo dos jovens”. A pesquisa apontou ainda que os maiores problemas enfrentados por essas iniciativas está relacionado tanto à desconfiança da população em relação à polícia, quanto na resistência da própria polícia em modificar a natureza de seu trabalho.

Necessário se faz lembrar aqui das aulas ministradas por Foucault (2008) sobre a mudança da função da polícia dentro do Estado, conforme as mudanças de tipos de governabilidade. Se o Estado vê as altas taxas de homicídios e de violência em geral como um fenômeno de saúde pública e seu objetivo é apenas o controle da população e não a garantia de seus direitos, a polícia entraria com a função de impedir que certo número de desordens se produza. Embora sua teoria seja generalizante sobre o papel da polícia no Estado, ela indica pelo menos um fator explicativo a mais para o fenômeno da forte presença da polícia em projetos de cunho preventivo e de pacificação (OLIVEIRA, 2014, p.55).

Foucault (2005) ao analisar os mecanismos de biopoder que surgem na sociedade moderna, pensa que o racismo, apesar de não ter sido criado somente na modernidade, passa por uma relevância essencial neste contexto moderno/colonial: a sua promoção através do aparato técnico do Estado. Mesmo que a existência e a promoção do racismo possa já ter sido experimentada em contextos históricos anteriores, na modernidade ela se converte em uma tecnologia de dominação e sujeição dos corpos a fim de “proteger” uma dada sociedade. Então, para Foucault, o racismo surge enquanto tecnologia de controle e sujeição ao poder soberano do Estado:

O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. (FOUCAULT, 2005, p. 304).

Logo, a percepção da questão do racismo não deve ser entendida somente como práticas individualizadas ou de determinação cultural, mas também como práticas institucionalizadas e incorporadas pelo Estado como um mecanismo de poder sobre os corpos, tanto um poder de vida quanto um poder de morte, isto é: o poder soberano moderno que se institucionaliza por mecanismos racistas como forma de manter seu próprio poder e instaurar medidas que incentivem o próprio poder.

Capítulo 3

Cotidiano de Trabalho de uma Técnica Social

Segundo o dicionário online de português, cotidiano é o que ocorre todos os dias, é a “reunião de atos habituais e permanentes que uma pessoa desenvolve no decorrer do seu dia” (DICIO, 2018). O cotidiano revela operações, esquemas e ações, que se manifestam de variadas formas, por gestos, falas, repetições, rupturas. O dia a dia de trabalho em uma política pública possibilitou viver e observar interações que revelavam práticas como racismo, machismo, homofobia, dentre outros. Ao mesmo tempo, permitiu entender a organização burocrática, o processo administrativo de coordenação de recursos e demandas, que vinham tanto do governo, no sentido do partidário, da sociedade civil organizada, dos destinatários das políticas, da sociedade de maneira geral.

O racismo, como outras formas de violência, pode expressar-se nas relações sociais de modo sutil. Muitas vezes aparece em um modo de falar (ou de calar); em uma pergunta; em ações diretas que podem reforçar estereótipos e papéis sociais. Apresento-lhes um exemplo: nos últimos dias de trabalho, encontro uma técnica social (branca) e lhe digo de minha vontade de entrar para o mestrado. Tem uma tradição, pelas bandas de Minas Gerais, que instrui desavisados a não falar de conquistas que estão por vir. A ideia é a seguinte, só fale abertamente de algo, depois que está certo. Para ninguém “gorar”, “botar olho gordo”, enviar energias negativas e alterar o curso das coisas. Desse modo, falei com essa técnica de forma vaga – não disse que já estava em um processo de seleção e que esperava apenas a confirmação do site para ter certeza que tinha passado. Continuando, esta técnica, depois de eu expressar minha vontade, disse: “Você sabe que precisa estudar muito para passar no mestrado, né?!”. Recebi aquela pergunta com surpresa pois ela não precisou perguntar nada de minha trajetória acadêmica ou em que pé estavam meus planos. E trouxe uma pergunta/afirmação que dizia de uma não entrada no mestrado ou de uma demora até que tal situação se concretizasse. Foi uma situação “comum”, conversa cotidiana, que expressou uma

concepção de pouca capacidade de pessoas negras, a certeza de que não podem (ou não devem) acessar ambientes acadêmicos como pesquisadoras.

As percepções que serão apresentadas nos tópicos seguintes à introdução têm elementos da memória de cadernos de anotações utilizados no dia a dia do trabalho. Foram três anos e cinco meses em um mesmo território, convivendo com um grupo de técnicas (os), gestoras (es), supervisoras (es), e gerência, oficineiros (as) e jovens. Conservei meus cadernos de anotações de todas as reuniões. Tinha o hábito de escrever para não esquecer informações importantes que orientavam o trabalho e serviam como fonte na fase de elaboração de relatórios mensais, qualitativos e quantitativos. Em alguns momentos anotava pensamentos relacionados ao que sentia nas situações. Esses cadernos têm falas de jovens, percepções sobre visitas às oficinas, atendimentos individuais, reunião com oficineiros.

Neste capítulo apresento a base metodológica da autoetnografia, que sustenta a exposição das questões da maneira que foram organizadas; apresentarei elementos do trabalho com os jovens para um maior entendimento do cotidiano como técnica social do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!; discutirei situações em que a questão racial apareceu de modo evidente; falarei da relação com a polícia; e por fim, abordarei a morte dos jovens no território em que trabalhava. Optei por não identificar as pessoas envolvidas, pois importa mais, neste trabalho, a reflexão e a produção de conhecimento sobre as situações.

3.1 Autoetnografia e Relato de Si

A base metodológica/conceitual que sustenta a confecção do capítulo é a autoetnografia. A autoetnografia está relacionada à “constituição de subjetividades específicas que ocorrem através de processos de interação com outras subjetividades específicas” (VERSIANI, 2005, p. 21). Abre-se como uma possibilidade de interlocução de saberes. A autoetnografia, segundo Versiani (2005), é o:

Processo de construção do conhecimento em que o pesquisador não se exime do fato de pertencer ao “objeto” que investiga, de considerar-se imerso nele, colocando lado a lado, tanto sua experiência pessoal e profissional, quanto suas perspectivas teórico-críticas como forças motrizes de suas indagações e da escolha de seus objetos de pesquisa (VERSIANI, 2005, p. 172).

A etimologia da palavra remete a três elementos, que, demonstram uma forma específica deste fazer. Autoetnografia vem do grego: *auto* significa *self*, “em si mesmo”; *ethnos*, “povo ou grupo de pertencimento”; e *grapho*, “escrever, a forma de construção da escrita”. Autoetnografia “refere-se à maneira de construir um relato (‘escrever’), sobre um grupo de pertença (‘um povo’), a partir de ‘si mesmo’ (da ótica daquele que escreve)”. (SANTOS, 2017, p. 218).

Grosso modo, podemos dizer que a autoetnografia é um método que se sustenta e se equilibra em um “modelo triádico” (CHANG, 2008) baseado em três orientações: a primeira seria uma orientação metodológica – cuja base é etnográfica e analítica; a segunda, por uma orientação cultural – cuja base é a interpretação: a) dos fatores vividos (a partir da memória), b) do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) de pesquisa e c) dos fenômenos sociais investigados; e por último, a orientação do conteúdo – cuja base é autobiografia aliada a um caráter reflexivo. (SANTOS, 2017, p. 218).

Esta dissertação, desde a introdução à conclusão, passa pela exposição da subjetividade de quem a escreve e dos entrevistados, passando pelo diálogo e análises da teoria que a sustenta. A construção de um saber sobre o assunto tratado tem relação com a autorreflexão em conexão com as trajetórias de vida, de trabalho e caminhos intelectuais. Eu, como pesquisadora, estou inscrita no contexto analisado, sendo parte da ação e influenciando em seu curso. Tanto por pertencimento ao grupo racial negro, quanto por provocar tensões nas relações de trabalho com o grupo racial branco. Essas tensões aconteciam principalmente pela tentativa de discussões sobre racismo em um contexto onde o principal debate era “juventude”. A categoria “juventude” era tratada como experiência universal, qualquer outra categoria, era deslocada para um eixo transversal.

É interessante observar que as definições sobre juventude foram se alterando ao longo da história, assim como os entendimentos sobre infância e adolescência, e ganharam contornos sociais e jurídicos. Juarez Dayrell, um pesquisador da temática juventude, prefere o uso do termo condição juvenil, para este autor, condição vem:

do latim *conditio*, refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade, e também se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação. Assim, existe uma dupla dimensão presente quando falamos em condição juvenil. Tanto se refere ao modo que uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, como também à sua situação, ou seja, o modo em que tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc. (DAYRELL, 2009).

O conceito de condição juvenil nos permite analisar tanto as questões simbólicas, quanto questões materiais, históricas e políticas relacionadas à juventude na contemporaneidade. A condição juvenil é vivida de maneiras diferentes, onde origem social, níveis de renda, locais de moradia interferem de maneira decisiva sobre a juventude. Podemos dizer que diferentes segmentos juvenis formam um complexo caleidoscópio no qual se entrelaçam indicadores sociais reveladores. Neste sentido, o uso da categoria juventude como experiência universal para uma política pública, carrega uma contradição, pois em algum momento será necessário dizer de qual juventude se fala, em termos de classe, gênero, raça, local de moradia, contexto de vida. No Fica Vivo!, não há um atendimento a todos os jovens de Minas Gerais, é para jovens moradores de regiões com altos índices de homicídios.

O método autoetnográfico tem sua peculiaridade no reconhecimento de que a inclusão da experiência do pesquisador possibilita uma análise e compreensão de fenômenos micro e macro. A autoetnografia revela um conhecimento “fruto da informação privilegiada” (SANTOS, 2017). Esta concepção de informação privilegiada é tratada por Bell Hooks em um texto em que ela discute o papel das feministas negras no movimento feminista. Reproduzo o trecho que defende a particularidade do olhar de mulheres negras:

Nós, mulheres negras sem qualquer “outro” institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela. Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente). É essencial para a continuação da luta feminista que **as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia**. Estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na construção da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é única e valiosa (HOOKS, 2015, p. 204) (Grifo meu).

A autoetnografia pode ser usada para descrever e criticar normas arraigadas. E, no caso da discussão deste capítulo, será usada para abordar elementos do cotidiano do trabalho como técnica social no Programa de Homicídios – Fica Vivo! Santos (2017), descreve em seu artigo, quatro razões elementares para se realizar o método da autoetnografia:

1) realizar uma crítica mais contundente, fazer contribuições e/ou estender a pesquisa e teoria existente; 2) abraçar a vulnerabilidade como uma maneira de compreender as emoções e melhorar a vida social; 3) interromper tabus, quebrar silêncios e recuperar vozes perdidas e desconsideradas; e 4) tornar a pesquisa acessível a diversos públicos (SANTOS, 2017, p. 231).

Um dos desafios que acompanham este método de pesquisa se refere a como trazer esse elemento “auto”, o “*self*”, o “si mesmo”, de modo ético e analítico. Para dialogar a respeito deste desafio, utilizo a discussão de Judith Butler sobre o relato de si. No livro *Relatar a Si Mesmo: Crítica da Violência Ética*, a autora faz um amplo estudo sobre filosofia moral, mostrando como é complexo o relato de si. E de como este relato se relaciona a questões de moral e ética. Ao fazer um relato de si, o “si mesmo” vai perceber que está localizado em uma “temporalidade social”, em que a história própria carrega em seu bojo a história de uma relação. Butler (2015) argumenta que só começamos a narrar a nós mesmos frente a um “tu” que faz a pergunta. É o que a autora chama de cena de interpelação, que pressupõe a existência de um outro. Essa pergunta pode gerar a narrativa de si, ou pode também deixar de ser respondida. Mas, mesmo a recusa, está relacionada à cena, a relação

com esse outro. Butler afirma que contar uma história sobre si é diferente de fazer um relato. O relato pressupõe uma forma narrativa que considera o “si mesmo” e os outros que passaram por situações similares.

O ato de relatar a si mesmo, portanto, adquire uma forma narrativa, que não apenas depende da capacidade de transmitir uma série de eventos em sequência com transições plausíveis, mas também recorre à voz e à autoridade narrativas, direcionadas a um público com o objetivo de persuadir. A narrativa, portanto, deve estabelecer se o si-mesmo foi ou não foi a causa do sofrimento, e assim proporcionar um meio persuasivo em virtude do qual é possível entender a ação causal, mas constitui o pré-requisito de qualquer relato que possamos dar da ação moral. Nesse sentido, a capacidade narrativa é a condição para fazermos um relato de nós mesmos e assumirmos a responsabilidade por nossas ações através desse meio (BUTLER, 2015, p. 24).

A narrativa possibilita uma perspectiva e uma temporalidade que permite a construção de uma alegoria. Não pode ser considerada como a “verdade”, nem mesmo como a recriação exata da situação exposta. O relato possui elementos parciais ligados a memórias e ao fato de existirem histórias anteriores ao sujeito, por isso a situação não pode ser totalmente recriada no sentido de uma verdade. Reconhecer essa característica da narrativa é admitir que o relato está aberto à reflexão, tanto de quem diz, quanto de quem ouve. Gera possibilidades de indagações. Nesse sentido a narrativa faz uso de uma linguagem e busca uma articulação entre o “eu” e o “tu”. Colocar a construção narrativa nestes termos favorece a compreensão de construção deste capítulo. No livro, Butler aprofunda a discussão no sentido filosófico sobre o sentido ético de construção do relato, e sobre as possíveis desigualdades na cena de interpelação. Quando reflito sobre a trajetória de pesquisa, percebo que estou dialogando com um grupo diverso: do ambiente acadêmico, dos movimentos negros, e possivelmente de pessoas relacionadas a políticas públicas. Mas, no sentido da cena de interpelação, não chego a quem faz a pergunta sobre “mim”. A quem interessa saber como o racismo opera no cotidiano de uma política pública?

3.2 O Trabalho como Técnica Social e um Breve Histórico da Região de Atuação: o Bairro Primeiro de Maio

Foram quatro anos e oito meses de trabalho no Programa Fica Vivo!, exercendo duas funções diferentes no eixo de proteção social. Iniciei como agente de campo, profissional que acompanhava “de perto” o andamento das oficinas. Esta primeira função exerci ao longo de 2010, na região oeste de Belo Horizonte, conhecida como Cabana do Pai Tomás, quando estava finalizando a graduação. A agente de campo visitava as oficinas e passava o tempo necessário para averiguar se a atividade ocorreu dentro do cumprimento das regras mínimas do contrato. Oficineiros (as), deveriam oferecer, além da atividade, o lanche para os participantes, manter um número mínimo de jovens, ter didática para tratar de questões referentes à juventude, violências e criminalidades.

Como era uma função para controle, não éramos bem-vindas nas oficinas ou no Núcleo de Prevenção. Éramos contratadas como “fiscais” e não entendíamos algumas opções por permanência de oficinas e oficineiros (as). Anos depois, exercendo a função de técnica social, foi que compreendi a lógica. O trabalho com oficineiros (as), era parte das funções da equipe técnica, então um problema de oficina estava relacionado a escolhas e apostas erradas por parte da equipe responsável. Essa aposta é uma orientação metodológica do programa, que vale para todas as pessoas que podem ser “desligadas”, quer dizer, seus contratos eram desfeitos. A ideia é que antes da desistência total, se construa todo um caminho de tentativas. Essas alternativas, se não derem certo, levam ao “desligamento” da pessoa. Muitas situações se resolviam com a mudança de alguns elementos, como local de trabalho, acompanhamento frequente, etc. Se não dessem o resultado esperado, utilizava-se a última opção, encerrava-se o contrato.

Ainda enquanto agente de campo, não tínhamos espaço dentro do Núcleo de Prevenção. Ficar lá por um tempo maior que o necessário para a troca de informações era tido como absurdo. Por isso andávamos muito pela região. Estabelecíamos convivência com

moradores, comerciantes, e oficineiros (as). Em alguns locais, éramos mais conhecidas que as pessoas da equipe técnica. Nesse sentido, havia uma demanda direcionada para nós, e como não era nossa função, não sabíamos como lidar. A única coisa que fazíamos era repassar a demanda para a equipe técnica. A parte interessante deste trabalho foi a possibilidade de fazer as atividades junto com os jovens, eu participei de algumas oficinas, como dança de rua, capoeira, basquete e grafite. Isso me deixou ainda mais próxima de jovens e oficineiros (as).

Todas as relações estabelecidas com moradores (adultos e jovens), oficineiros (as), provocaram um encantamento pelo programa Fica Vivo! E, fizeram crescer o desejo de realização de um trabalho que envolvesse pensar e executar políticas públicas. Me candidatei a um edital, no final de 2010, depois de formada, e passei no processo para técnica social. Foi minha primeira entrada nessa função, fiquei por seis meses na região sul de Belo Horizonte, no Aglomerado da Serra, depois mudei-me de cidade e sai do programa. Na Serra, conheci uma equipe de oficineiros (as) muito forte, atuante e presente em todas as conversas sobre a condução das atividades e estratégias de melhoramento do trabalho. Foram (e ainda são) pessoas muito inspiradoras. No final de 2012 voltei a fazer processo seletivo para técnica social. Essa segunda entrada foi a grande base para o processo de observação das questões aqui apresentadas.

Em minha primeira passagem pela política de prevenção, foquei em aprender a lógica de funcionamento do Programa Fica Vivo! Precisava entender como atuaria naquele contexto enquanto cientista social. O trabalho era de intervenção social, e, o curso que fiz, ensinava apenas sobre pesquisa. As bases para intervenção vieram da experiência de trabalhos diversos, ligados à arte, cultura e participação em grupos e movimentos. Na segunda passagem eu havia reunido informações e experiências que proporcionaram o exercício de um olhar crítico sobre o funcionamento da política de prevenção, sobre objetivos, público-alvo, forma de organização e atuação. Fui trabalhar na região norte de Belo Horizonte, no bairro Primeiro de Maio. Apresento abaixo um breve histórico da região.

A ocupação da regional norte de Belo Horizonte iniciou por volta de 1928 através de áreas desapropriadas que antes abrigavam propriedades rurais. A desocupação serviu, a princípio, para a construção de um matadouro para abastecer a cidade. O matadouro foi instalado em 1937 próximo à região que hoje abriga o Hotel Ouro Minas.

O matadouro municipal teria grande importância na constituição da região do Primeiro de Maio, constituindo forte referência social e cultural. O prédio grande, o cheiro de carne, a presença constante de urubus e a passagem das boiadas a caminho do matadouro marcaram a memória dos primeiros moradores (CRISP, 2012, p. 10).

O matadouro foi desativado em 1968, pois passou a ser um problema sanitário para a população, foi transferido para Santa Luzia com a criação da FRIMISA – Companhia Frigorífica de Minas Gerais, em 1977.

O crescimento das regiões fora da Avenida do Contorno fez com que houvesse a construção de Vilas Operárias, que forneciam lotes menores, mais baratos e localizados na região periférica. O embrião do bairro Primeiro de Maio foi construído ao lado de uma dessas Vilas: a Vila Operária do Matadouro, nomeada posteriormente de Bairro São Paulo. Próximo ao bairro São Paulo, do outro lado da antiga BR 31 (atual Rodovia 262), começava uma Vila Operária com ausência de infraestrutura urbana e de serviços, sem traçado ordenado ou planejado, o que marcava grande diferença com o bairro São Paulo. Além disso, a crescente ocupação nos anos de 1950 aumentou as diferenças, gerou preconceitos e desconfianças com os moradores da Vila Operária.

O processo de regularização e legalização do Primeiro de Maio na década de 80 contou com a mobilização das associações de bairro e de bairros vizinhos como o Suzana que também reivindicava a legalização de terrenos invadidos. Esse processo contou com recursos financeiros doados por entidades católicas italianas. (CRISP, 2012, p. 10)

A presença de italianos influenciou o processo de criação de associações, mobilizações para acesso à escola, habitação, saúde, dentre outros, formação de lideranças

comunitárias, incentivo a atividades culturais. Toda essa movimentação tornou o bairro uma referência, marcando-o como um dos poucos da região periférica com tamanha expressão.

Dados de 2010, apresentados pelo CRISP, a partir de pesquisa do IBGE, nos mostram que há uma média de 32% da população na faixa etária entre 10 e 29 anos no Primeiro de Maio, e que mais de 70% dos domicílios possuem rendimento per capita mensal de até 1 salário mínimo (nenhum domicílio possui renda maior que 5 salários mínimos). O bairro Primeiro de Maio sofreu sucessivas intervenções urbanas em função de obras públicas, como a construção do túnel do metrô que atravessa o bairro e está logo abaixo de antigas moradias, estação de ônibus para atendimento da regional norte, ampliação de vias. O bairro é cercado por vias de trânsito intenso como Cristiano Machado e Via 240, está próximo à BR 381, e possibilita um rápido acesso à região central de Belo Horizonte. Suas ruas principais possuem um movimento grande de pessoas. Quando estamos próximos à Estação São Gabriel, esta movimentação se torna ainda mais evidente. Na divisa entre o bairro e a estação (que transporta pessoas de toda a região norte), há uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), um Abrigo para pessoas em situação de rua, um Centro de Saúde, uma unidade de Restaurante Popular, um Centro de Formação Profissional, sacolão, açougues, drogaria, bares, e comércio de drogas ilícitas.

3.2.1 O Trabalho com os (as) Jovens

As ações da técnica social envolvem criar as condições para o atendimento às (aos) jovens envolvidos nas dinâmicas de violências e criminalidade da localidade de atuação. Os atendimentos são variados e as oficinas são o principal mecanismo de atuação do programa, o meio mais eficiente de aproximação com os jovens. As oficinas podem ser de diversas modalidades, esporte, arte, profissionalizante. A escolha da oficina depende do que se identifica como interesse do público. Antes da implantação de uma oficina, há um levantamento dos interesses e locais com potencial para atrair jovens. A maneira como será

conduzido esse levantamento dependerá das características da região. Em minhas experiências, foi possível circular no território, conversar com grupos de jovens, lideranças comunitárias e instituições, e deste modo, identificar espaços possíveis para receber as oficinas.

O público-alvo do Fica Vivo! tem idade entre 12 e 24 anos. E é bem diferente atender/ atrair pessoas de faixas etárias tão díspares. As demandas do grupo de 12 a 16 anos, serão uma, de 20 a 24 anos serão quase opostas, e, tem ainda a faixa intermediária de 17 a 19. É uma ginástica interessante que envolve observação, escuta, e agilidade para mudanças necessárias, pois os jovens podem sair e não querer mais voltar. Esta questão da idade permite refletir ainda sobre o tempo de vida. Ouvi, mais de uma vez, a frase vinda de jovens, “tal pessoa é velha”, eu perguntei, “Mesmo? Quantos anos?”, “Ah, tinha 23 anos”. Eu ficava muito impressionada, como alguém com 23 anos pode ser uma pessoa velha? Acontece que estamos tratando de um contexto de extermínio de jovens, chegar aos vinte anos sem ser preso ou morto pode ser uma situação rara associada a alguma excepcionalidade.

O objetivo dos atendimentos é construir, junto aos jovens, alternativas de vida diferentes do envolvimento com a criminalidade. As oficinas são o primeiro passo. As oficinas são conduzidas por pessoas que tenham experiência na atividade proposta e, preferencialmente, tenham ligação com o território. Pois elas terão acesso aos jovens e aos espaços criando os laços entre comunidade e política de prevenção. O desenho do tipo de profissional ficou muito parecido com a proposta do *ceasefire* de Chicago, onde o grupo de interruptores da violência, era visto como tecnologia do programa. A proximidade com o território e com o público é uma ferramenta para garantir a efetividade da política. Esse grupo tem legitimidade para atuar diretamente com o jovem, para evitar violências e mortes que tenham relação com conflitos internos do território. Como, por exemplo, ações relacionadas à vingança, conflitos por pontos de vendas de drogas ilegais, etc. Como no *ceasefire*, essa potencialidade aumenta se a pessoa tem, em sua trajetória de vida, alguma passagem pelo universo do crime. O trabalho será empenhado com mais vontade e crença, se a pessoa constrói a narrativa de que a vida está melhor a partir do afastamento do mundo do crime.

Essa pessoa terá em sua construção discursiva exemplos, linguagens, que criam identificação com os jovens que ouvem suas proposições de modo diferente de quando “pessoas de fora” falam. No cotidiano com oficinairos (as), os jovens se abrem ao diálogo. Quando o trabalho realizado é consistente, a abertura do jovem será ampliada a toda equipe de trabalho. Cabe à equipe técnica identificar as pessoas com esse perfil para serem oficinairas, contratar e acompanhar o trabalho desses profissionais.

O atendimento da equipe técnica é o atendimento individual, é um diálogo com os jovens que tenham interesse em uma conversa sobre a vida e as escolhas. É quando buscamos compreender os elementos e contextos que ligam a pessoa ao universo do crime. E é o espaço em que apresentamos/construímos alternativas. Esse é o atendimento mais difícil de acontecer. Ele exige tempo e confiança na equipe técnica. Vai se desenhando à medida que os/as jovens entendam e analisem a atuação, forma de lidar com problemas e conflitos, respostas da equipe de trabalho. Cada jovem atendido/a traz um conjunto de elementos sobre sua vida e as alternativas vão sendo elaboradas. Outra forma de atendimento acontece pelo projeto local. São eventos, atividades de divulgação do Fica Vivo! para outros jovens que não acessaram o programa. São espaços de apresentação das oficinas e também um momento de lazer, de encontro, abertos, que ocorrem na localidade. As possibilidades são diversas, e muitas “mostram” para moradores e instituições o que o programa está fazendo ali. E alimentam o desejo de participação. Muitos jovens querem entrar nas oficinas e conhecer o programa depois que veem outros se apresentando.

3.2.2 Primeiras Questões Sobre Raça e Racismo

Em 2012, fomos contratadas para trabalhar em um Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) em fase de implantação. Para isso, escolhe-se uma região e realiza-se um diagnóstico. O CRISP é o responsável pela elaboração do documento que reúne informações gerais sobre a localidade, como população, número de jovens, número de

homicídios, equipamentos culturais e comunitários e instituições presentes. Após a realização do diagnóstico do CRISP, a equipe técnica responsável pela região inicia seu trabalho. As atividades consistem em conhecer e se apresentar a pessoas, grupos, lideranças comunitárias, instituições governamentais e do terceiro setor. Também faz parte destas ações se familiarizar com o território. A entrada inicial favorece escolhas como o melhor local para a realização das oficinas e localização do CPC; e, aponta possíveis oficinairos (as).

Ouvíamos, principalmente dos moradores, que a escolha daquele local era política, no sentido de busca de votos. Havia um planejamento de deslocar a Rodoviária de Belo Horizonte para o Primeiro de Maio, e, no intuito de mostrar à sociedade que ali era um lugar “controlado”, foi implantando um Centro de Prevenção à Criminalidade. As pessoas de lá tinham muita desconfiança em instituições. Não aguentavam mais o histórico de serem objetos, de fazerem parte de experimentos de estudos e de intervenções. E, para essa política, havia a dupla desconfiança, além de sermos mais um grupo de fora chegando, éramos da segurança pública, ou seja, na visão de moradores, éramos da polícia. Para muitas pessoas nosso espaço de trabalho era uma delegacia focada em prisão de adolescentes e jovens. Nossas primeiras ações foram uma tentativa de alteração desta imagem inicial.

Estar em um CPC de implantação fez com que os primeiros meses fossem bem peculiares. Cada evento influenciava no avanço ou recuo do trabalho. Como disse em outro momento, são dois programas que atuam no território, o Fica Vivo! e o Mediação de Conflitos. Cada programa tem suas diretrizes e atuação, e cada CPC organiza ações conjuntas entre os programas a partir da leitura de demanda e possibilidades de ação nos territórios. O início do trabalho nesta localidade, teve mais recuo do que avanços. Isso porque a outra técnica que integrava a equipe do Fica Vivo! foi ameaçada por um morador. Essa situação trouxe reflexões sobre o que significava ser uma mulher negra naquele contexto. A técnica que sofreu a ameaça era uma mulher branca, estávamos as duas na sala com esse morador, entrevistando-o, ele era candidato a oficinairo, se declarava como pardo. Ao longo da conversa, ele falava olhando nos olhos de cada uma. Quando se dirigia a mim, tinha um tom

amigável, fraterno. Quando se dirigia à outra técnica, mudava o jeito, falava de atos violentos praticados por ele. Ficou neste jogo até conseguirmos encerrar a entrevista. A ameaça envolveu o uso de símbolos e estereótipos. Ele usou mecanismos de alteração de voz, de olhar diferente, queria intimidar e conseguiu.

Minha maior questão naquele momento foi indagar porque eu não senti a ameaça direcionada à minha colega de trabalho. Depois entendi que houve uma interpretação de minha parte baseada no meu passado. Lembrei que vi muitas cenas parecidas ao longo da vida. Principalmente nos momentos de acesso a serviços públicos. Muitas vezes, os moradores de periferia, tem acesso aos piores atendimentos de servidores públicos. As pessoas criam estratégias de garantia de atendimento. Uma maneira de acessar o direito ao serviço, é alterando a forma de tratamento, que vai de uma graduação do padrão “educado” ao “nervoso”. A técnica é mudar o tom de voz, o modo de olhar. A resposta da pessoa indica se a pressão está funcionando ou não. Muitas não esperam saber até onde é encenação e realizam o atendimento da maneira que deveria ser desde o início. No momento da entrevista, quando estávamos as duas e o morador, eu vi apenas atuação, a repetição desta lógica. Depois de muita reflexão, percebi que a questão do gênero, raça e classe foram bem fortes e o morador fez uso delas. Ele era um homem pardo morador da periferia acuando uma mulher branca moradora de um bairro de classe média. A questão da raça pesou, a meu ver, no olhar da técnica sobre a situação, ela era uma mulher branca sofrendo ameaças de um homem negro. E o morador tinha plena consciência de como era visto, e fez uso do estereótipo para causar a situação. Essa técnica saiu do programa. Recuamos com as ações externas, até mesmo porque não sabíamos da extensão da ameaça. Eu fiquei alguns meses apenas participando de reuniões e esperando a nova técnica chegar. Quando a equipe ficou completa, com a nova técnica e o estagiário, começamos o trabalho em toda a sua complexidade.

No meu último ano de trabalho houve outro encontro com o mesmo morador, ele voltou ao CPC com um projeto de intervenção no bairro e queria apoio. A proposta dele era transformar um viaduto que ficava perto do bairro em um espaço multiuso, que abrigaria

atividades esportivas, artísticas, horta comunitária, cursos e atividades de educação. Era uma proposta que não condizia com as possibilidades de ação do CPC, que decidia apenas sobre implantação/desligamento de oficinas e uso de recursos para projetos locais. A exposição da impossibilidade de realização do projeto por meio do CPC, não foi bem recebida por ele. Outras instituições haviam identificado que este morador precisava tratar aspectos de sua saúde mental. Este diagnóstico ocorreu porque ele foi preso no período dos protestos de 2013 por ameaçar colocar fogo em um ônibus. Ele voltou ao CPC diversas vezes para conversar com pessoas diferentes, diante de respostas muito parecidas, começou a ameaçar todos/as os/as funcionários/as. Porteiro, auxiliar de serviços gerais, técnicas, gestora, todas nos sentimos ameaçadas e inseguras. Ele levava objetos para ameaçar, e disse a um dosicineiros que iria me escalar.

Essa situação é emblemática porque desta vez eu senti a ameaça. Houve conversas tensas entre nós dois. O lugar inicial de confiança e empatia por eu ser negra e moradora da periferia, deu lugar a uma desconfiança sobre o lugar que eu ocupava, afinal, eu era representante do Estado. De algum modo ele entendia que eu deveria ser uma “infiltrada”, uma do lado de cá, do lado dele. Só que minhas ações denunciavam que não era bem assim, eu respondia como representante do Estado. Fui vista como traidora, estava no mesmo lugar que as outras pessoas “de fora”. Ficava receosa nas circulações e quase saí do Primeiro de Maio para trabalhar em outra localidade. Essas contradições não eram apenas dele, para aquela situação, eram minhas quando refletia sobre o que significa atuar em uma política de segurança pública. Muitas conversas com a supervisora, a gestora, os oficineiros (as) e jovens, influenciaram na decisão de permanecer. Outras pessoas da equipe preferiram não ficar expostas, uma saiu da política e outra mudou de localidade.

As reuniões eram um ponto alto do trabalho. E, foram nelas que percebi a maior parte das questões da pesquisa. Eram momentos em que raça e gênero se evidenciaram. Havia reuniões semanais entre nós da equipe do programa Fica Vivo!, onde discutíamos planejamento interno, problemas e construções de alternativas relacionados às oficinas,

oficineiros/as, jovens, percepção sobre as violências e criminalidades. Uma vez por mês nos reuníamos com a equipe do Mediação de Conflitos para pensar quais os pontos comuns do trabalho e elaborar ações conjuntas. Havia duas reuniões mensais no CPC, elas eram realizadas com a presença das equipes dos dois programas e da gestora. Uma das reuniões era para trocar informações e analisar as dinâmicas das violências e criminalidades, outra, para compreensão das ações do CPC no território e conversas sobre diretrizes e planejamento. Havia uma reunião de cada equipe com a gestão e mais uma com a supervisão metodológica. A supervisão orientava as equipes no sentido de garantir que as ações estavam de acordo com os princípios do programa. Em intervalos mais longos, fazíamos supervisão conjunta, que era realizada com a presença das duas equipes e das duas supervisoras metodológicas, uma de cada programa.

O Fica Vivo! mantinha uma parceria com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Essa instituição oferecia o curso de Aprendizagem Industrial em Processos Administrativos. Havia um processo seletivo que envolvia inscrição e prova com questões de múltipla escolha. Os jovens que passavam faziam o curso por três meses, e neste tempo recebiam auxílio-transporte e alimentação. Havia uma aula inaugural para explicar os procedimentos do curso e no final do período fazia-se um ritual de entrega de diplomas. Eu e outras técnicas fomos convidadas para a aula inaugural. A coordenadora pedagógica da instituição orientava sobre vestimentas e estética corporal desejáveis. Dizia sobre corte de cabelo para os adolescentes e jovens, cabelos presos para as adolescentes e jovens (não havia possibilidade de homens com cabelos compridos), proibição de uso de boné, chapéus, *piercings*, shorts, bermudas, dentre outros. Segundo a coordenadora, a instituição trabalhava com a preparação de adolescentes e jovens para o ambiente profissional. Era uma maneira de ensinar a cultura empresarial. Eu uso *dreads*, uma outra técnica estava com o cabelo crespo solto. Em um momento da exposição, a coordenadora apontou para nós como um exemplo e disse que com o nosso visual poderíamos trabalhar como vendedoras na Chilli Beans (empresa que vende óculos nos pátios de shopping centers). O único lugar possível para

pessoas negras que resolvem adotar um visual “exótico”. A insistência nessa parceria por parte do programa (já havia três anos) proporciona uma análise sobre o tipo de futuro que se imagina para os jovens da periferia. Era um curso desinteressante e sem perspectiva de atuação e acontecia em um local distante. Passava um recado de que tudo no visual e comportamento dos jovens estava fora “do padrão” considerado aceitável e tentava formar uma mentalidade de obediência.

Quando comecei a trabalhar no Primeiro de Maio, ouvia muito a frase: “as equipes foram escolhidas a dedo!”, ela era pronunciada principalmente pela supervisora e pela gestora. Havia quatro pessoas na equipe técnica, duas no Fica Vivo! e duas no Mediação de Conflitos. Em cada equipe havia uma pessoa negra e outra branca. Eu e minha amiga (chamarei de L.), a pessoa negra da outra equipe, brincávamos que havíamos sido escolhidas a dedo: as duas mulheres negras e pobres para lidar diretamente ou acessar o público atendido e as duas pessoas brancas para acessar e se reunir com as instituições. Na prática do trabalho, todas realizamos as funções que nos competia. Mas nós, eu e L., tínhamos um acesso à comunidade mais rápido, as pessoas confiavam em nós, mais do que nas outras pessoas da equipe. Quando trabalhei na Serra, percebi essa questão por outro viés, as pessoas responsáveis pelas instituições não me tratavam como técnica, quando muito eu era considerada estagiária. Mas, a maior parte, achava que eu era jovem atendida; eu, com todas as marcas que me constituem, só podia ser jovem da comunidade.

Esse apontamento de equipe escolhida a dedo ficou presente em nossas ironias, pois nós duas tentamos mais de um processo seletivo para sermos Gestoras Sociais e não passamos, ouvíamos que não tínhamos o perfil. Éramos pessoas que criticavam pontos do trabalho de maneira aberta e direta e falávamos coisas que diretoras, supervisoras e gerentes não queriam ouvir e nem debater. Isso é parte do motivo que explica a falta de perfil. A outra parte é óbvia: somos negras. E, em um quadro com uma média de 22 gestores sociais, havia três negros, a “cota” já estava preenchida. Tínhamos o “perfil” para atendimento, para o grupo

à frente da política no território, para o dia a dia com as pessoas da comunidade. Nunca teríamos o “perfil” de gestoras, não éramos quem eles queriam ao lado.

Um elemento importante sobre raça que observei no tempo de atuação como técnica social no Fica Vivo! pode ser entendido se visualizamos uma pirâmide. Na base dela está o público-alvo, majoritariamente de pessoas negras; as linhas acima seguem na seguinte ordem: grupo de oficinairos (composto, em média de 50% de pessoas negras), técnicos e técnicas sociais (por volta de 30% de pessoas negras); supervisores e gestores (1% de pessoas negras) e direção, coordenação geral ou superintendência da política (nos treze anos não houve nenhuma pessoa negra). De uma maneira geral, os supervisores, diretores e coordenação geral ou superintendente, são quem discutem e decidem as orientações da política junto a secretários e governadores. Uma das hipóteses que discuto na dissertação é que a experiência racial das pessoas que decidiram as orientações da política de prevenção à criminalidade, interferem no olhar e no tratamento dado a questões raciais. Esta atitude está relacionada à manutenção de privilégios do grupo de brancos em relação aos não-brancos. As pessoas fazem uso dos mecanismos à sua disposição para classificar o trabalho a ser exercido, de acordo com a raça, e, ao mesmo tempo, se esquivam a falar sobre racismo.

3.3 Capacitações Semanais e Trimestrais – ou “Ah, essa fala foi muito agressiva”

Participávamos de reuniões com a diretoria uma vez por semana. Esses encontros tinham outro nome, eram chamados de capacitação semanal, depois ficaram com o nome de Encontro do Núcleo de Promoção Social da Juventude. Esse também era o nome da pasta relacionada ao Fica Vivo! dentro da estrutura administrativa da política de prevenção. Além da capacitação semanal, havia a capacitação trimestral com a presença das (os) técnicas (os) da região metropolitana de Belo Horizonte e do interior do estado de Minas Gerais. Logo nos primeiros meses de trabalho, participei de uma capacitação trimestral para realizarmos um monitoramento e avaliação do programa. Essa ação foi conduzida por profissionais de uma

fundação do estado de Minas Gerais. Na ocasião o grupo de profissionais apontou que o objetivo do programa deveria ser alterado. Foram muito enfáticos neste ponto. Segundo os pesquisadores, não havia como saber se as ações do programa geravam a redução de homicídios. A proposta elaborada pelo grupo de pesquisadores foi de que o programa deveria ter como objetivo o atendimento aos jovens e realização de oficinas. Isso teve um impacto tão grande que depois dessa ação, e, pelos três anos seguintes, não ouvi mais nada sobre essa fundação no programa, nem mesmo sobre monitoria ou avaliação. O impacto foi devido ao entendimento de que era impossível mudar os objetivos do programa. Todo ele havia sido moldado para o controle de homicídios, falar da alteração para atendimento aos jovens e realização de oficinas era quase absurdo. E tem ainda outra questão, será que seria possível mobilizar a mesma quantidade de recursos para um programa com o objetivo mais “simples”, com outras características?

Outra capacitação foi com um grupo de movimento social que trabalhava com a juventude. Eram quatro pessoas, um homem negro, duas mulheres negras e uma mulher branca. Esse grupo organizou várias dinâmicas para discutir questões de gênero e raça. E, em todas as dinâmicas, as pessoas presentes tinham que se posicionar em relação aos temas. Uma das dinâmicas envolvia o ato de se manifestar a respeito do assunto tratado. Ao ouvir uma frase, as pessoas se movimentavam pela sala, havia o lado que estava a favor, o lado contra, e, no meio, as pessoas que não tinham opinião. Em cada um dos casos, contra ou a favor, era importante formular uma defesa para convencer ou auxiliar os indecisos a escolher um lado. As discussões sobre machismo não geravam muita polêmica, até porque a maioria das equipes à época era composta por mulheres que estavam envolvidas de alguma forma com a discussão feminista. Mas, as questões de raça geravam debates intermináveis. Havia poucas pessoas negras, e, dentre essas um número ainda menor que discute racismo. O apontamento do grupo que conduziu a atividade foi da necessidade de se trabalhar com a questão racial dentro do programa de controle de homicídios. Isso porque trouxeram informações diversas que falavam sobre a morte de jovens negros.

A atividade foi encerrada com o vídeo “Cotas: essa conversa não é sobre você”, texto de Tamara Freire, interpretado pela atriz Juliette Nascimento e dirigido por Jr. Borges. Reproduzo parte do texto abaixo:

Querido estudante branco, de classe média, que faz cursinho pré-vestibular particular: eu sei que é difícil quando alguém nos faz enxergar nossos próprios privilégios, mas deixa eu tentar mais uma vez.

Eu (e mais uma penca de gente, me arrisco a dizer) não me importo com o quão “difícil” será para você entrar naquele curso de medicina mega concorrido com o qual você sonha, porque, simplesmente, esta conversa não é sobre você.

[...]

Quando você esperneia pelos mil reais gastos todos os meses com a mensalidade do seu cursinho e que agora se revelam “inúteis”, eu não me comovo. Porque o que me comove são as milhares de famílias inteiras que se sustentam durante um mês com metade da quantia gasta em uma dessas mensalidades. É sobre essas pessoas que estamos falando, não sobre você.

Quando você argumenta que, na verdade, seus pais só pagam seu cursinho porque trabalham muito ou porque você ganhou um desconto pelas boas notas que tira, eu não me comovo. Porque o que me comove são as pessoas realmente pobres, que mesmo trabalhando muito mais do que os seus pais, ainda assim não podem dispor de dinheiro nem para comprar material escolar para os filhos, quem dirá uma mensalidade escolar por mais barata que seja. É sobre essas pessoas que estamos falando, não sobre você.

Então, por favor, reconheça o seu privilégio branco de classe média e tire ele do caminho, porque essa conversa não é sobre você. Já existem espaços demais no mundo que têm a sua figura como estrela principal, já passou da hora de mais alguém nesse mundo brilhar. (FREIRE, 2012).

Após a exibição do vídeo, o desconforto foi visível. A maioria das pessoas não gostou da forma como foi abordada a questão e consideraram o teor do vídeo agressivo. Esse vídeo foi rejeitado por outras pessoas brancas também. Foi postado no *youtube* e teve 255.368 visualizações e 16.700 avaliações, destas 14.000 foram negativas e 2.700 positivas. Diversos comentários racistas proferidos contra a atriz podem ser lidos na página. Técnicas e técnicos, em um momento posterior, conversaram bastante sobre a atividade como um todo. Sentiram muito incômodo, com o fato de terem de se posicionar, com o vídeo, com a indicação da importância de se trabalhar a questão racial no programa. Todos achavam que poderiam ser utilizados elementos didáticos na capacitação. Esse grupo de profissionais questionou a condução da atividade e a qualificação das pessoas que conduziram. Achavam que era

absurdo o fato de se discutir racismo no programa Fica Vivo! e ainda mais, que isso fizesse parte das ações com os jovens. As pessoas não aceitavam essa possibilidade. Para elas, o programa deveria manter a linha de atendimento a todos os jovens, independente da cor/raça dos mesmos. Uma pessoa falou comigo: “Mas, se atendermos só a jovens negros e começarmos a falar de racismo não estaremos sendo racistas?”.

Como a atividade foi avaliada de maneira negativa por causa da capacidade das pessoas que a conduziram, a capacitação trimestral seguinte contou com a presença de uma professora doutora de uma universidade. Essa professora se apresenta enquanto pessoa branca que estuda questões de gênero e raça e apontou questões históricas do racismo e a importância das pessoas brancas reconhecerem seus privilégios. Não houve qualquer questionamento sobre a condução da atividade. Nem debates sobre raça ou racismo no programa. Tentei levantar um debate apontando a diferença das reações frente ao grupo do movimento social composto por pessoas negras e diante da professora doutora branca. Houve apenas uma resposta evasiva por parte da direção que se orientou pela demanda das equipes técnicas de uma capacitação mais didática. E ainda, a repetição do objetivo do programa em atender jovens. As outras questões eram transversais e seriam discutidas a cada situação. Raça e gênero surgiram ao longo do tempo de programa de modos diferentes, formavam temáticas que geraram polêmicas e discussões, mas não tiveram elementos suficientes para alterar a metodologia do programa.

3.4 Discussão de Raça e Racismo com Oficineiros/as

No CPC Primeiro de Maio, discutíamos com muita frequência raça e gênero e tentamos agir com coerência na escolha deicineiros (as), na discussão das temáticas, na abordagem e orientação do trabalho. Eram catorze pessoas responsáveis pela condução das oficinas. Quatro mulheres e dez homens. Nove dessas pessoas eram negras, duas mulheres e sete homens. Como era um CPC de implantação, muitas pessoas não tinham nenhum tipo de

experiência com a política de prevenção. Por isso, no primeiro ano de trabalho, focamos no entendimento do que era ser oficinairo (a) no Fica Vivo!; como era a metodologia de ação, o que era a dinâmica das violências e criminalidades. Depois de consolidada a parte que envolvia os objetivos do programa, começamos outras discussões de temáticas que percebíamos como fundamentais, sobretudo raça e gênero. Trabalhamos estas questões em reuniões individuais e gerais. Foram pautas que avançavam pouco, isso porque eram questões mal resolvidas para o grupo, o racismo e o machismo. Ouvimos a seguinte frase em uma reunião geral: “Raça, religião e gênero, não se discute, é complicado discutir porque cada um traz a sua verdade”.

Vou trazer duas experiências com um oficinairo e uma oficinaira, ambos negros. Percebíamos que era um incômodo grande discutir racismo. Uma das oficinairas não conseguia trazer esse elemento para refletir sobre o impacto do racismo em sua história de vida. Tentamos conversas diretas, abordamos o assunto de modo sutil, ainda assim ela não falava sobre isso. O que fizemos foram inferências a partir da leitura de situações observadas. Esta oficinaira era bailarina e dava oficina de dança com base no balé clássico. Este estilo de dança foi criado no século XVII na França, um dos objetivos das apresentações era mostrar a força e beleza da realeza do país. No início, as mulheres que representavam tinham de ser magras, pálidas, tinham de exibir pureza. Havia uma idealização do feminino (ANJOS, et al, 2015). Este biotipo permanece no imaginário, no ensino e prática do balé, “O corpo ideal para o balé é magro, sem curvas, longilíneo, com membros alongados e finos” (ANJOS, et al, 2015, p. 444). Essa oficinaira era baixa, magra, com muitas curvas e com a pele escura, uma estética distante do ideal para esse espaço, imaginamos que deve ter passado por muitas situações racistas. Ela é muito dedicada ao estudo e ensino do Balé, mas não soubemos da participação dela em montagens que não fossem produzidas por ela mesma. Falar sobre o racismo, no caso dela, poderia acessar muitos traumas relacionados à escolha do campo de atuação, não foi uma lembrança que ela quis trazer de volta.

O outro oficineiro tinha alguma questão com o fato de ter uma mulher negra como “chefe”. Não éramos “chefes” de ninguém, mas coordenávamos as atividades e tínhamos poder de decisão sobre ações no território, contratações e desligamentos de oficineiros/as. Essa responsabilidade nos distanciava dos oficineiros/as no sentido de poder, pois o vínculo de trabalho deles/as poderia terminar pela nossa decisão. Não conseguimos abordar a temática racial nas conversas com este oficineiro. E, novamente, interpretamos a partir das informações que absorvemos ao longo de período de trabalho. Esse oficineiro não aceitava minhas sugestões e apontamentos a respeito da condução do trabalho, sempre criava algum atrito. Com a outra técnica, as conversas eram tranquilas e ele seguia as recomendações. A princípio, fizemos a alternativa de divisão das conduções de reuniões individuais com os oficineiros. Ela ficou responsável por acompanhá-lo. Depois, entendemos que poderíamos tensionar a relação para ouvir e identificar as questões envolvidas e tentar alternativas. Não funcionou. A situação chegou ao nível do desligamento, pois o oficineiro não conseguia mais conviver com aquela situação e não aceitava nenhuma sugestão de mudança para a permanência de sua atividade.

As duas situações mostram como é complexo o enfrentamento ao racismo. Trazer a questão racial para uma política pública envolve entender como o racismo opera, por quais mecanismos age. O racismo tem o poder de ser introjetado pelo grupo que é seu alvo. Os dispositivos são bem construídos, uma ação “na ponta”, como a que tentamos, é mínima. Muitas questões ficaram em nossas reuniões sobre as tentativas junto aos dois. Com quais elementos poderíamos trabalhar para chegar no assunto racismo com oficineiros/as e jovens? Se o programa trouxesse a discussão no nível institucional, teríamos outro tipo de relações e entendimentos no nível individual e interpessoal? Como é abordar a questão racial em uma política de segurança pública?

O tempo como técnica social me fez refletir se minhas posturas em reuniões com a diretoria eram as mais adequadas. Nesse processo de revisitar minhas anotações, li a seguinte pergunta e resposta escritas por mim: “Você quer ser mandada embora agora? Não!”. Eu intuía que minhas questões traziam tensões e inquietações suficientes para eu ser demitida.

Conversava com minha equipe para chegar a um equilíbrio sem adoecer. Queria manter uma postura crítica sem gerar constrangimentos. Ouvi, de um estagiário, que meu jeito de falar era muito “agressivo”, que mesmo que eu não estivesse brigando, meu tom de voz destoava. Ele fazia a comparação com o modo de comunicação predominante naquele ambiente. Nas reuniões, havia um modo de falar “branco”, possível de perceber principalmente entre as mulheres. Uma voz baixa, pausada, “doce”, aguda, de quem diz como se estivesse se desculpando por falar. Eu, por outro lado, tenho uma voz média para grave, falava nos espaços de reuniões de modo objetivo e direto, em tom alto. Meu modo de falar, as questões que trazia, causava espanto naquele ambiente, e não só porque a característica da fala era diferente. Esse não era o comportamento esperado para uma mulher negra, aliás, minha presença ali, já era algo muito difícil de lidar. Não é um posto profissional comum à maior parte das mulheres negras.

3.5 Dinâmica Social das Violências e Criminalidades

Nas discussões sobre as dinâmicas das violências e criminalidades, tratávamos de situações ocorridas no território que poderiam gerar conflitos e mortes; detalhávamos o contexto da ocorrência de homicídios; discutíamos históricos de variação do clima da segurança no território. Falávamos sobre notícias vindas de diversas fontes, como jornal, GEPAR (Grupamento Especial de Prevenção em Áreas de Risco), GIE (Grupo de Intervenção Estratégica). Analisávamos conversas aleatórias ouvidas em oficinas, atendimentos, circulação pela região, dentro dos ônibus. Saber ler os aspectos subjetivos, nos ajudava e entender as dinâmicas. Esse era um saber que deveria ser trabalhado por todas as equipes, pela gestão, supervisão e oficineiros (as). Nos espaços de oficinas, essa temática era abordada no sentido de desnaturalização das violências e mortes. Os conflitos e mortes que envolviam o comércio ilegal de drogas recebiam mais atenção nas conversas e reuniões. Eram situações que geravam reações imediatas, às vezes, a mudança de gerenciamento das bocas a partir da

morte ou prisão do antigo responsável; em muitos momentos, respostas violentas a usuários que não pagam suas dívidas. Outras situações de violência também apareciam, brigas envolvendo relacionamentos afetivos; violência doméstica; abuso sexual.

Feltran (2012) ao estudar o crime e o governo em São Paulo, e o surgimento do PCC (Primeiro Comando Capital), caracteriza o mundo do crime como “a matriz de referência de discursos, identificação de sujeitos, práticas e sentidos produzidos em forma de atividades ilegais da droga, do roubo de carro e dos assaltos especializados nas periferias” (FELTRAN, 2012, p. 234). Mesmo se tratando de outro contexto, utilizo aqui este conceito por abranger tanto as ações quanto as subjetividades das pessoas envolvidas no contexto criminal. E esse era o mote das discussões sobre dinâmica; tínhamos que abordar o crime e todo o contexto de acontecimento, redes, impacto na vida dos moradores. As informações que tinham conexão direta com o mundo do crime eram discutidas por nós enquanto equipe e também eram abordadas em reuniões com o GEPAR.

Depois de tantos anos longe do trabalho como técnica, percebo que a intuição dos moradores, que relacionava nosso trabalho à polícia, tinha muito fundamento. De certa forma, fazíamos o papel de polícia e reforçávamos a ligação entre violência e tráfico de drogas. Por que discutir as dinâmicas das violências e criminalidades é diferente da investigação policial? Oficineiros, jovens, responsáveis das instituições, lideranças comunitárias, todos faziam esta pergunta. E a outra, tão complexa quanto, o que significa fazer parceria com a polícia? As respostas estavam prontas, nem por isso elas convenciam. Dizíamos sobre o objetivo de entender a dinâmica para conseguir prevenir homicídios, daí buscávamos entender o contexto. Em relação à parceria, a saída era trazer a informação de que tínhamos parceria com diversas instituições, inclusive a polícia. Essa era uma saída para evitar o afastamento de jovens e o distanciamento das instituições. Quando o trabalho estava consolidado, falávamos de como o GEPAR atuava.

Para um melhor entendimento do que é esse grupo da polícia, apresento a descrição da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). De acordo com o site da PMMG:

GEPAR é um grupo, cujas guarnições são integradas por 03(três) ou 04(quatro) policiais militares em veículos quatro rodas, com emprego em áreas de risco, aglomerados/vilas, cujo trabalho consista em ações de promoção social, de polícia preventiva e de reação qualificada. Tem por objetivo principal trabalhar com a prevenção do crime de homicídio nessas localidades, além de observar o contexto social, trazer segurança aos moradores, resgatar/consolidar a credibilidade da comunidade local para com a Polícia Militar e evitar que a população tenha sua rotina modificada por imposição de pessoas ou grupos envolvidos na criminalidade”⁵.

O GEPAR, na comunidade em que eu trabalhava, era tão violento quanto os outros grupos da polícia. As pessoas traziam relatos sobre policiais do GEPAR subornando gerentes de “bocas”, batendo em jovens, ameaçando quem denunciasse ações abusivas. Então, a parte de polícia comunitária, de oferecer segurança aos moradores, estreitar laços, era quase inexistente. Só deveria existir um GEPAR, onde houvesse um CPC. Não era essa a realidade, havia GEPAR em diversas localidades que nem tinham a previsão de receber a política de prevenção de base local. Essa região em que trabalhei já tinha o grupamento oito anos antes da chegada do CPC. No fim de uma reunião com o comandante e alguns policiais, depois de um comentário de nossa gestora sobre sermos pessoas legais, o comandante nos informa que ele já sabia. Que se não fôssemos “legais” não sairíamos da companhia, ficaríamos presos lá. Ele nos fez entender que havia investigado cada uma das pessoas presentes. Se ele fez isso com pessoas que são parte da mesma secretaria em que ele trabalha, imagine o que não fazia com moradores dos bairros onde atuava.

A ROTAM (Rondas Táticas Metropolitanas), que é muito conhecida em Minas por suas ações violentas, também atuava no bairro. Não tinha vínculo com a política de prevenção, mas é parte da polícia. Está descrita no site da PMMG como:

O Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (ROTAM) constitui-se em força de reação e manobra do Comando-Geral da PMMG, podendo, portanto, ser empregado em qualquer local do Estado, onde ocorra grave violação da ordem pública. **É uma força especial capaz, totalmente adestrada**, pronta para atuar em qualquer parte de Minas Gerais mediante acionamento do Comando-Geral da PM e do Coronel

5 Fonte: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=692&tipoConteudo=subP>, acesso em 14/11/2016.

Comandante do Policiamento Especializado (CPE). De ágil deslocamento e atua diuturnamente recobrando as Unidades de Área e atuando principalmente no combate à grande criminalidade violenta. Dotada de policiais bem treinados e de armamentos de combate urbano como fuzis 223 (556) de fabricação da IMBEL e de pistolas 9 mm e fuzis para-fal 762. [...] A unidade foi criada dia 1º de fevereiro de 1978 após a extinção do antigo Batalhão de Rádio-patrolha (BRp). [...] A missão da ROTAM em Minas Gerais é ímpar e contribui para a paz em nosso Estado **"E QUEM CONHECE, CONFIA"** porque o lema principal da tropa é **"ROTAM, PARA SERVIR E PROTEGER"**. [...] O Batalhão busca diuturnamente o combate à macro-criminalidade, perseguindo, fustigando e prendendo os infratores em todo território do Estado de Minas Gerais⁶. (Grifo meu).

Em minhas últimas semanas de trabalho fui visitar uma oficina de grafite que acontecia (talvez ainda aconteça hoje) em um beco estreito e sem saída. No final dele há um espaço que se amplia. Quando estamos ali, ficamos de frente para as portas das casas. Nesse dia estávamos eu, o estagiário, o oficineiro, três jovens com idade entre 12 e 16 anos e duas crianças que estavam rondando a atividade com intenção de participar também. Era um dia comum de oficina e conversávamos coisas cotidianas enquanto as jovens pintavam latinhas. Surgem dois jovens correndo, eles se escondem rapidamente em uma das casas. Na sequência aparecem três policiais da Rotam com armas em punho, eles entram no beco à procura dos jovens. Os policiais ao perceberem que não encontrariam os jovens começaram a nos interrogar, queriam saber se havíamos visto alguém. Perguntaram primeiro para as crianças, com as armas em direção a elas. Depois nos olharam e perguntaram o que estava acontecendo ali. Respondi que “se tratava de uma oficina do Programa Fica Vivo! da SEDS, do governo do Estado, você conhece?” E o policial, disse: “muito importante esse trabalho que vocês estão fazendo, os jovens precisam!”. E começou a revistar a mochila do oficineiro, que também é negro e usa *dreads*.

Percebendo que não obteriam qualquer informação ali, começaram a invadir as casas, tentaram arrombar os portões que estavam fechados à procura dos jovens. As jovens e as crianças continuaram o que estavam fazendo da mesma forma. Percebi que era uma cena frequente na vida delas. Eles tiraram dois homens de uma das casas e começaram a revistar os

6 Fonte: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/rotam/conteudo.action?conteudo=566&tipoConteudo=itemMenu>

mesmos do lado de fora, entraram em todas as casas que puderam e reviraram tudo. Ficamos ali por um tempo para tentar inibir mais violência na ação da polícia. Ficamos lá por uma hora e meia e os policiais fazendo tudo isso. Fomos embora e eles continuaram lá. Depois soubemos que eles entraram na casa de uma moça que reclamou os seus direitos, eles a agrediram e jogaram *spray* de pimenta na moça e em sua mãe. Um dos jovens pensou que a polícia havia ido embora porque saíram do beco e do esconderijo. Os policiais ainda estavam na região que dava acesso ao beco e reconheceram o jovem, o pegaram, bateram nele e ele entregou onde escondia as drogas que vendia.

A cena descrita acima foi uma das últimas que presenciei enquanto trabalhadora do Fica Vivo! Essa cena, em particular, proporcionou muitas discussões, telefonemas e reuniões. No fim, não tivemos muito apoio institucional para levar a situação para locais em que se poderia discutir mecanismos para evitar violências e violações de direito por parte da polícia. Então, uma questão muito importante ficou em minha mente: por que as ações violentas, repressoras e racistas da polícia não são discutidas em um programa de controle de homicídios situado na mesma secretaria de governo?

3.6 Cotidiano de Morte

Nos tópicos acima, trouxe vários elementos sobre o dia a dia do trabalho como técnica social. Relutei muito sobre a pertinência de um capítulo sobre relatos de homicídios. Acontece que a morte de jovens também fazia parte do cotidiano do trabalho. Ao mesmo tempo que percebíamos uma construção e consolidação relacionada à confiança dos moradores, aproximação com instituições, trabalho comicineiros, reconhecimento do trabalho por parte dos jovens; recebíamos notícias de mortes dos jovens. Como disse em um momento anterior, as informações foram retiradas dos cadernos de anotações. Por isso, nem todas as notícias têm detalhes sobre o ocorrido. Muitas vezes as informações chegavam rápido e poucas vezes

recebíamos detalhes. Fiz escolha por casos de mortes de pessoas negras e pelo uso de nomes fictícios.

Dois jovens fizeram um assalto em uma região de classe média em Belo Horizonte, durante a fuga, atiraram em um policial que morreu. Foram perseguidos e identificados. Dois foram mortos, um durante a fuga e outro em casa, com um tiro no rosto. O terceiro ficou hospitalizado. Após o episódio, a polícia intensificou a abordagem a pessoas da região e dizia para os moradores: “o bairro é nosso!”.

(...)

João e Paulo, jovens com idade entre 20 e 22 anos. João tinha um carro de som e era muito popular na região, os dois estavam em um baile funk. Uma pessoa estava atrás de Paulo e recebeu a ordem de matá-lo, a informação que tinha era de que ele estaria de camisa vermelha. Os dois estavam com camisa de mesma cor. Os tiros acertaram os dois jovens que morreram no mesmo dia.

(...)

Tales, de 14 anos morreu afogado em um córrego que fica ao lado do bairro onde morava. Um outro adolescente, de 13 anos, Carlos, que foi ajudá-lo, também se afogou. No tempo que trabalhamos no CPC, a investigação não havia terminado. Houve investigação para a certeza da causa da morte. A única testemunha não conseguia falar sobre o assunto, era um adolescente que foi morar em outro local depois do ocorrido. Esse grupo de adolescentes foi para esse córrego para pegar frutas e nadar. A primeira ideia, que pareceu absurda para muitos, é de que nadavam nesse córrego, pois ele é poluído e recebe esgoto de outras regiões. Eles estavam lá, na beira do córrego e Tales pulou na água. Na versão oficial, veio uma tromba d’água e ele não conseguiu sair, Carlos foi ajudá-lo e também foi levado. O terceiro adolescente ficou sem ação diante da cena, voltou para casa e demorou horas até contar para alguém. Só depois do relato é que as famílias acionaram bombeiros e polícia e já não havia tempo de tentar salvá-los. Um dos bombeiros que resgatou os corpos fez um comentário de algumas marcas no corpo dos meninos que não condizem com afogamento, ele achava que

havia marcas de agressão. Mas, isso foi um comentário registrado apenas pela família dos meninos. Não foi para nenhum documento oficial. A mãe de um dos meninos ficou por muitos anos na tentativa de desvendar o que tinha ocorrido, perdeu a ligação com as outras pessoas da família e da localidade. Havia um relato que dizia que os meninos tinham algum problema com carroceiros que ficavam na região; e que haviam recebido ameaça de pessoas responsáveis pelo patrulhamento de uma área restrita do exército. Era nessa área que pegavam as frutas.

Capítulo 4

Estratégias de Não Nomeação da Raça e do Racismo

Para a compreensão das estratégias de não nomeação da raça e do racismo nos processos de formulação e implantação do Programa Fica Vivo! foram realizadas entrevistas com superintendentes/coordenadores e diretores que estiveram responsáveis pelo programa nos primeiros anos. As entrevistas foram realizadas por meio de uma pergunta orientadora, e, a partir das respostas, outras questões eram associadas. A pergunta central foi: como o homicídio dos jovens negros foi abordado na formulação do Programa Fica Vivo!? Começar pelo problema central de análise não é um método usual em pesquisas qualitativas. Acontece, que nesse caso em particular, interessava entender como o argumento seria construído a partir da pergunta que apresenta o dado raça como relevante. Já que a raça e o racismo são tratados como um assunto sobre o qual não se diz, como lidar quando ele é tratado abertamente? Quais reações e respostas suscita?

Uma informação importante é a cor/raça das pessoas entrevistadas. Depois de um tempo, já no momento de análise das entrevistas, percebi que não perguntei a raça/cor das pessoas. Não foi um ponto levantado. Entendi, que era tão óbvio para mim, que não me preocupei em garantir como uma questão da entrevista. Eu sabia quem havia exercido as funções, a informação da raça dessas pessoas era um dado para mim. Foi uma falha da pesquisa não solicitar a autodeclaração de cor/raça. Mas, como é um dado importante, falarei a partir da minha leitura. Foram dois homens e duas mulheres, todos brancos/as.

As respostas serão analisadas a partir da análise do discurso. A análise do discurso interroga os sentidos e articula o linguístico, o social e o histórico. Nessa perspectiva, o entendimento é de que o sentido é produzido. Segundo Vasconcelos (2005), essa é a perspectiva francesa da Análise do Discurso (AD), tendo Michel Pêcheux como principal expoente. Michel Pêcheux estabelece os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, compreendendo que existe uma ligação crucial entre prática política, ideologia e discurso.

Nesse entendimento, o discurso tem um caráter social pois ele é “o efeito de sentido produzido entre locutores” (Vasconcelos, 2005). O caráter social do discurso está relacionado ao contexto sócio-histórico de produção do mesmo. De acordo com os autores Caregnato e Mutti (2006) “pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia+história+linguagem” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p.680). A ideologia diz respeito ao posicionamento da pessoa, ao sistema de ideias que constitui a representação. A história está relacionada ao contexto sócio-histórico e a linguagem é responsável pela geração da materialidade, ou seja, trata-se do sentido que a pessoa atribui a um determinado fato.

Dentro das concepções da análise do discurso, “todo dizer é ideologicamente marcado” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p.681). O sujeito, neste contexto é assujeitado ao coletivo, não é individual. Ou seja, “esse assujeitamento ocorre no nível inconsciente, quando o sujeito se filia ou interioriza o conhecimento da construção coletiva, sendo porta-voz daquele discurso e representante daquele sentido” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p.681). Assujeitamento em análise do discurso é o “movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia”, uma condição necessária para que o indivíduo tenha ilusão de autonomia, para que se submeta livremente “às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida”. A ideia é ressaltar como o discurso funciona.

A AD trabalha tanto com o dito como com o não dito. O não dito está nas marcas do inconsciente que se revela em lapsos, contradições, indecisões. Elementos da ideologia e do inconsciente podem ser percebidos na análise do discurso pelas pistas presentes no próprio discurso. Vale ressaltar que se trabalha com o inconsciente do discurso e não do sujeito, a proposta é buscar pistas na materialidade e composição discursiva.

A AD trabalha a articulação entre discurso e ideologia a partir dos conceitos de Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI) com o objetivo de apreender o funcionamento discursivo e os efeitos de sentido produzidos pelos discursos em condições de produção específicas. Para a AD, a Formação Discursiva é a matriz de sentidos dos discursos, “lugar de constituição do sentido” (Pêcheux, 1997, p. 162) que não pode ser definido *a priori* como evidência ou lugar estabelecido, mas como “regiões de confronto”, que expressam antagonismos constitutivos das próprias

relações sociais. Só podemos atribuir sentido aos fatos porque estamos inscritos em formações discursivas que se materializam nas “injunções ideológicas” expressas em nosso discurso. As FD’s delineiam o que pode ser dito pelos sujeitos em suas práticas discursivas cotidianas (Pêcheux, 1997, p. 160).” (VASCONCELOS, 2005, p. 58).

Os discursos se originam de lugares discursivos que definem o conjunto: saber, poder. Deve-se dizer em função da posição que o sujeito da fala ocupa na sociedade, de forma a identificar a posição do sujeito no discurso. A proposta é identificar a Formação Ideológica que constitui o complexo de “valores, atitudes e representações” vinculadas a fatores que orientem a ordem discursiva, como, por exemplo, questões sociais, políticas, econômicas, culturais, que expressam suas posições ideológicas em uma determinada Formação Discursiva. “A Análise do Discurso não se fixa no sentido literal das palavras mas nos efeitos que produzem em condições discursivas determinadas” (VASCONCELOS, 2005, p. 59). A raça e o racismo, são entendidos nesta pesquisa como elementos pré-construídos, como saber da sociedade e enquanto produto de construção coletiva.

Quanto à posição do pesquisador, a análise do discurso pressupõe que a pessoa que pesquisa e interpreta a realidade social também faz uma leitura discursiva “influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências e vivências; portanto, a interpretação nunca será absoluta e única, pois também produzirá seu sentido” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p.681). Por isso, a maneira como a pesquisadora se apresenta (no sentido racial), está presente desde o princípio da proposta de pesquisa e sua subjetividade aparece. É um modo de deixar nítido que muitos elementos influenciam pesquisas em ciências sociais e direitos humanos.

Opto, mais uma vez, por não dizer o nome das pessoas entrevistadas. Elas serão identificadas como Entrevistada 1; Entrevistada 2; Entrevistado 3; Entrevistado 4. Essa numeração segue a ordem em que foram feitas as conversas. O discurso das pessoas entrevistadas foi analisado como estratégias de não nomeação da raça e do racismo. Cada pessoa trouxe um elemento diferente em sua construção que será analisada separadamente.

4.1 “A Discussão da Questão da Raça-cor é dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial”

Entrevistada 1: Então, quando você pergunta o recorte da juventude Negra, a questão nunca foi tratada dessa forma porque isso é um recorte que vem em consequência da qualificação do projeto. Todos os dados apontam que os homicídios são de jovens negros.

Aline: Sim.

Entrevistada 1: Desde sempre. E a gente sempre falou isso. Mas a gente nunca conseguiu articular com uma Coordenadoria de Igualdade Racial esse tema. Fomos várias vezes inclusive participar de conferência e de debates, mas, isso não é a agenda lá, o tema da violência. O que é assustador para a gente, como não era também no Morro [das Pedras]. Mas também não era [agenda] pautar a violência. Então, as políticas de igualdade racial não discutem violência. Eles discutem a violência policial, tem a violência às pessoas, mas de um ponto muito ideológico. Eu não vejo uma discussão do tipo: vamos reduzir o homicídio de jovens negros. Eu acho que isso é uma pauta objetiva que eu acho que tinha que ser tratada com os órgãos de Justiça. Não dá para ser só ideológico porque é um massacre o que acontece com os jovens. Não sai do lugar, por isso o discurso é muito ideológico e pragmático; não tem uma proposição, uma ação afirmativa no sentido de como proteger esses meninos. Campanha, gente, não funciona. Não protege vida. Então eu acho que falta uma agenda de programa, e isso o Fica Vivo! fez. Ele é um programa que está na segurança. A discussão da questão da raça-cor é dos direitos humanos, da igualdade racial, que devem levar essa pauta de alguma forma para a segurança, tipo os órgãos de defesa de direitos humanos, de cidadania falarem à segurança, porque está morrendo tanto jovem? Queremos um diagnóstico, queremos que apresente o porquê que os jovens negros é que morrem? Porquê? Nunca me fizeram essa pergunta, sabe?

Esta entrevistada já foi superintendente do Programa Fica Vivo! Ela tem muito apreço pelo programa e participou do processo desde as primeiras discussões no CRISP. Ela foi uma das representantes da Prefeitura de Belo Horizonte no grupo formado para discutir os dados de violência na UFMG, cujas discussões desencadearam o Projeto de Controle de Homicídios – Fica Vivo! Foi uma das entrevistas mais longas e detalhadas. Vários pontos sobre a condução da formulação ficaram nítidos a partir desta conversa. Em se tratando da questão racial, a entrevistada traz uma fala sobre quais as instituições deveriam discutir o homicídio de jovens negros. Esse é um ponto muito interessante: a discussão sobre a questão racial é atribuída a pessoas negras. Racismo é um problema de pessoas e instituições negras. Em um primeiro momento, afirma que isso deveria ser papel da Coordenadoria de Igualdade Racial. Em Minas Gerais, tem-se um Conselho de Promoção da Igualdade Racial que foi criado em 2009. Mesmo que seguissemos a linha de raciocínio que associa a questão racial a um problema de pessoas negras, seria difícil falar da participação de um órgão que sequer existia em 2003.

Quando se atribui a responsabilidade do extermínio dos jovens negros a pessoas e instituições formadas por pessoas negras, há o reconhecimento do problema. Acontece que vem, ao mesmo tempo, o apontamento de quem deve responder. Quem vive as consequências do racismo, inclusive as de extermínio, é que deve fazer algo. Como as pessoas brancas se colocam na categoria universal, e não tem questões em relação à sua “raça”, o racismo e suas consequências não são de seu “domínio”. Elas não se reconhecem como parte de práticas racistas.

O que a entrevistada chama de ideológico, é o mesmo que nós, pesquisadores e pesquisadoras negras, ouvimos na academia sobre ser “militante”. Na maior parte dos casos, uma pessoa negra que discute a temática racial, vai ser rotulada de “militante”. Foi como na descrição da capacitação no capítulo anterior; pessoas negras falando da importância de trazer a temática racial para o Programa Fica Vivo!, e foram classificadas como incapacitadas; uma pesquisadora branca que propôs o mesmo foi vista como uma especialista na temática. As

denominações “ideológico” e “militante”, são modos de operação do racismo na medida em que desvaloriza o saber e conhecimento do grupo classificado como negro. A própria entrevistada aponta que há uma discussão sobre violência policial e do Estado, mas a crítica a estes setores é colocada em nível menor de discussão. Há uma classificação das ações como sendo apenas de campanhas. Será que as ações são limitadas ou o conhecimento da entrevistada sobre o histórico do debate que é?

No final desta fala, a entrevistada volta ao ponto de que outras instituições são quem deveriam estar atentas ao racismo, não a segurança pública. Percebemos aqui o reforço do papel limitado das instituições de segurança. O curioso desta fala é que as ações do Programa Fica Vivo! se voltam para a construção de uma segurança cidadã. Neste sentido, se ocupa em incentivar outras práticas dentro das instituições policiais. Mas, quando a discussão é o racismo, esta ação já não é valorizada e volta-se à concepção hegemônica de segurança como controle da ordem. Então, outros assuntos, como raça e racismo, deveriam ser debatidos pelos direitos humanos e secretarias ou coordenadorias de igualdade racial.

Vale ressaltar que as coordenadorias de igualdade racial tem um papel muito importante dentro dos governos. Elas deveriam garantir que as recomendações levantadas pelo Estatuto da Igualdade Racial estejam sendo respeitadas. Geralmente esses órgãos não têm orçamento nem poder de influência sobre as ações das outras secretarias. Mantém-se uma equipe mínima para cuidar de toda a estrutura do Estado.

A Entrevistada, depois de um tempo, descreve uma ação desenvolvida no município de Belo Horizonte.

Entrevistada 1: Essa questão do homicídio de jovens negros eu acho que é um ponto muito atual, agora eu acho que pela primeira vez a gente conseguiu, nós fizemos um comitê em Belo Horizonte de proteção à vida dos jovens negros ou contra o genocídio. Não sabemos ainda o nome do comitê.

Aline: Legal.

Entrevistada 1: Esse comitê tem todo mundo, tem Fórum das Juventudes⁷, tem uma galera muito grande. E aí isso é uma questão que eu acho que ela precisa ser mais elaborada porque se o discurso ideológico tivesse algum resultado, nós teríamos mudado um pouco o cenário, pelo contrário, você reduz homicídio, igual está reduzindo em Belo Horizonte, está reduzindo muito homicídio, mas não reduz na faixa etária de 14 a 29 anos dos meninos negros. Então, tem que pensar isso de uma outra forma gente, eu não vejo outro jeito. Por isso que eu acho que o Fica Vivo! tem que contribuir fazendo uma reflexão junto com outros, porque sozinho também não adianta. Então, é isso que eu acho: que os movimentos, que os órgãos de defesa, as políticas de igualdade racial e de direitos humanos, eu acho que poderiam pautar nesse sentido. Quais são as ações que de fato podemos fazer para proteger os meninos.

Aqui foi um momento de entendimento de que as ações contra o homicídio de jovens negros devem ser amplas, envolvendo várias secretarias, sociedade civil, sistema de justiça e segurança. Isso, a partir da própria experiência do município, que já inicia uma secretaria de segurança com uma pasta específica para elaborar políticas e ações para a proteção da vida de jovens negros. Ainda assim, a entrevistada volta a se referir ao discurso ideológico. Será que ele tem sido praticado por quem?

Entrevistada 1: Eu não vejo isso em lugar nenhum, não é só aqui não. Eu vejo assim: as pessoas fazendo coisas comunitárias, muito individualizadas, uma faz um projeto aqui e outra ali. As Mães de Maio⁸ em São Paulo fazendo a defesa de seus filhos, mas não tem uma ação principal assim dirigida não, porque isso iria implicar em mudar uma formação policial, ia implicar tratar na comunidade disso de outra forma, com as pessoas, com as

⁷ Fórum das Juventudes da Grande BH é uma rede de grupos, movimentos, organizações e ativistas autônomos que desenvolve trabalho com jovens e/ou são integrados por jovens desta região.

⁸ Movimento fundado depois da morte de 564 pessoas ocorridas ao longo de 10 dias no ano de 2006. A maior parte das mortes foi causada por policiais. Familiares das vítimas do massacre formam este movimento que por justiça, direito a verdade, e combate a crimes do estado.

famílias. Ia implicar em Defensoria Pública defender essas mães da morte de seus filhos, ter uma resposta para a morte dos meninos, sabe? Implica em coisas que são ações necessárias e que ninguém está fazendo. Porque é responsabilidade de quem fazer isso? Porque se for discutir com segurança, é igual eu falo, os homicídios caíram, tá, os índices caíram, pronto, a segurança está resolvida. Mas como se resolve o problema da discussão da questão da raça, cor e etnia? Nem na escola se discute isso. Então, eu acho que tem um vácuo aí e é preciso a gente pensar um pouco mais nessa questão da letalidade juvenil de um modo geral, não é por causa da questão racial. É assustador o que acontece com os meninos negros, então eu acho que precisa ter um empoderamento, alguma outra forma de empoderamento, de enfrentamento, e eles não vão conseguir isso só pela segurança.

Volto aqui à questão inicial da pesquisa. Existe um conjunto de estudos e estatísticas que dizem do extermínio dos jovens negros. Uma pessoa responsável pela formulação e implantação de um programa tem esta informação, ainda assim afirma que “tem que pensar a letalidade juvenil de um modo geral, não por causa da questão racial”. A informação é evidente. E a solução apresentada por uma pessoa responsável pela gestão de uma política pública é o empoderamento, que significa a individualização do problema. Temos que empoderar os jovens para que parem de morrer, “fica vivo”, é imperativo de vida, a criação de mecanismos vindos da pessoa-alvo. E como fica a discussão da ação do Estado? Quem se responsabiliza pela morte dos jovens negros?

Abaixo percebemos a construção de uma comparação de como deveria ser a estratégia.

Entrevistada 1: Quando a gente começou o programa a gente tratou de uma agenda que não existia e por isso que estou dizendo que essa estruturação toda foi muito forte e ela teve várias estratégias e vários pontos de apoio que fez com que desse certo. Vários investimentos, tecnologia, pesquisa, dados, quer dizer, se você quer enfrentar homicídios de jovens negros, você tem isso tudo também. Tem que estruturar um programa para isso. Tem

que estruturar uma estratégia para isso, tem que trazer pessoas que possam falar disso de uma outra forma. Então, eu acho que é isso, o Fica Vivo!, ele teve um sucesso muito grande em seus três primeiros anos de redução de homicídios em mais de 60% em alguns lugares como no próprio Morro das Pedras, no Cabana, na Pedreira que teve redução de 65 homicídios para 4, 5, 10. Uma redução de 2, 3 na Pedreira. Então, criou-se mesmo alguma coisa ali. Eu creio que sim. Não é homogêneo porque não é igual em todo lugar. Mas não é homogêneo, e é bom que não seja homogêneo, estou dizendo que a redução de homicídios não é igual em todo lugar. E eu acho que não é por isso, eu acho que muita coisa, é muita ampliação para pouca estrutura, teria que descentralizar. Teria de ver uma forma melhor para dar um resultado para os lugares distantes, como Montes Claros. Lá eles poderiam pensar, aprendendo a tecnologia por conta da prefeitura e tal.

A discussão deste ponto é sobre o que estruturou o Programa Fica Vivo! É interessante que a Entrevistada 1 aponta que houve um conjunto de ações, inclusive com investimentos para que o programa fosse criado e implantado. Segundo sua análise, deveria ocorrer algo parecido em relação ao homicídio de jovens negros. Estamos em um contexto em que o racismo não é nomeado. Nem o racismo nem suas vertentes. Se o problema não é identificado, como vai ser “resolvido”? Quem vai “investir” tecnologia, recursos, pesquisas para o enfrentamento ao extermínio dos jovens negros?

Aline: Trabalhando no programa, fiquei muito atenta à questão dos homicídios dos jovens negros. Eu participava do movimento negro na área cultural, artística. Não me ocupava tanto da questão de homicídios. Depois que eu conheci o programa, pensei porque eu não me preocupava? Eu acho que agora tem mais pessoas dos movimentos negros atentas a essa questão da juventude negra. E tem vários movimentos em relação à violência, aos homicídios, ao genocídio, aí tem várias nomenclaturas dentro do movimento. Mas, pensando no programa, fiquei pensando como o dado aparece desde sempre. Quando ele é discutido, o

que acontece que ele não ganha algum destaque? Eu acho que é estrutural mesmo, que a questão racial é estrutural, é racismo estrutural e está em todos os lugares. Então, você tem que dizer para as pessoas que o racismo está em todos os lugares, inclusive nela, e na comunidade também. Mas, quando vocês estavam discutindo essa temática dentro desse grupo, o que você percebeu? Porque essa questão não ganhou corpo, não ganhou força.

Entrevistada 1: Acho que assim, a primeira coisa é que todo mundo que falava na época, a gente não tinha um estudo como tem o PRVL⁹, que é o programa de letalidade dos jovens negros que é um projeto criado no governo Dilma. Como tem aquele de favelas do Rio. É específico, não tem essa produção do Brasil. Você vê como a coisa é mais sacana. No caso do Fica Vivo!, todas as nossas tentativas, na época era a Esmacom, com a secretaria era uma coordenadoria da comunidade negra. E não teve sucesso, o pessoal estava interessado no FAN¹⁰. Você falou da cultura, é impressionante, quando se faz a discussão da questão da raça-cor, todo mundo fala de FAN. Entendeu? De valorização da cultura. Eu acho que a valorização é importante, mas eu nunca vi uma pauta no FAN sobre violência e racismo. Não tem, você já viu o FAN discutir violência e racismo? É festival de Arte Negra. A primeira vez que teve foi quando a gente chamou de pré-fan. Conversamos com a curadora e falamos, o negócio de jovem negro tem que estar no debate e não está.

O FAN é um Festival de Arte Negra, é um evento de grande porte patrocinado pela Prefeitura de Belo Horizonte. A proposta do festival é a difusão e valorização da arte negra. É muito interessante observar como a entrevistada volta ao argumento de que pessoas negras é quem deveriam estar atentas ao homicídio dos jovens negros. E outra questão, porque um festival de arte teria que abarcar todas as questões referentes à população negra? Este não é o

⁹ Programa de Redução da Violência Letal Contra Jovens e Adolescentes atua na sensibilização, articulação política e no desenvolvimento de metodologias de prevenção e mecanismos de monitoramento de índices de homicídios. É uma iniciativa do Observatório das Favelas.

¹⁰ Festival de Arte de Negra de Belo Horizonte, festival dedicado a valorização e à difusão da arte negra da diáspora, acontece desde 1995.

único festival de arte da cidade, existe um de dança, outro de teatro, e um de circo. Não há casos de cobrança que estes festivais discutam homicídios de jovens, eles têm a possibilidade de existir discutindo e fazendo arte. Já o FAN, tem que se responsabilizar por outras pautas.

Outra questão importante desta fala é que a entrevistada se esquivava da responsabilidade de responder à pergunta sobre como o grupo discutiu a questão jogando o tema para instituições, pessoas e eventos de pessoas negras. A todo instante ela reforça que o extermínio de jovens negros é problema restrito à comunidade negra.

Entrevista 1: Então eu acho que isso é uma questão das políticas públicas. Se você for ver o recorte raça-cor em qualquer política, inclusive nos dados, isso é muito crítico, na educação, não tem raça-cor, nos dados, você entende? É um negócio crítico. Mesmo a gente vendo isso, falando disso e repetindo um mantra: olha gente, são jovens negros da favela. Nós tivemos que fazer mapas e mostrar que era dentro das favelas os homicídios. Porque, de fato, eu acho que a favela nunca foi tratada como um espaço de direito à segurança. As pessoas não têm direito à segurança lá. E eu acho que mudou muito isso; aí, eu tenho que avaliar de forma diferente hoje. Não é do mesmo jeito, as pessoas estão mais conscientes do direito. Eu vou à Pedreira sempre; a gente está com o projeto lá naquela cena do uso de crack, e eu vejo as pessoas muito mais ligadas a uma comunidade. São moradores né? Falam em nosso transporte, nossa saúde mais, falam mais, se apropriaram dali, os próprios moradores. E eu acho que as políticas também foram dando uma encaixada. Favela era um lugar que ninguém ia, gente. Nem política, nem polícia, só ia polícia para isso, para dar o duro, como eles falam: vai lá, invade, chuta a porta. Então, eu acho que a gente mudou esse conceito de segurança e cabe hoje isso. Mas na época ninguém falava nessa questão, há dez anos atrás, é inacreditável né? Com os dados, como você diz, com tudo. Mas, você chama a coordenadoria da igualdade racial para discutir e: “vocês não tem essa pauta não?” - Não. Então, não está na pauta deles essa luta. Pela primeira vez a gente tem uma vereadora que faz essa discussão na câmara que é a Áurea. Nunca teve, então é uma coisa muito

impressionante, né? Como que é massacrante essa coisa do racismo, né? Que ela é tão incutida e as pessoas acreditam que elas não são racistas, então vai normal né? Continua rodando a vida, os processos e o problema mesmo, nada. Então, agora eu vejo que tem uma chance que eu acho que muito local, não vejo isso a nível nacional. Não com esse governo do jeito que está. Mas, no nível local, talvez isso seja até um movimento histórico interessante, não sei, tô divagando aqui. Mas, se você volta para o território, para o local para se organizar, talvez eu vejo uma grande chance de se colocar essa agenda da juventude negra que está morrendo por homicídio, estou falando de homicídio, da violência, porque tem outras causas de morte. Esse problema pode ser tratado no local, que no nível nacional, macro, eu não tenho esperança, guiada pelos dados de mortes de jovens negros, isto é quase um genocídio mesmo. Teria que ter uma política nacional, mas acho que a chance do local lidar com o problema é maior do que o nacional; no cenário que a gente está vivendo, então.

Então, a questão é essa, eu acho que depende de muito investimento, investimento em conhecimento, em formação, de equipamento com qualidade, de pessoal para ter um resultado; e minha tristeza é essa né? Esse senso comum, que morreu mais um menino negro na favela. Porque de fato, qual é o investimento, quando o pessoal vem até mim com as perguntas, com essa coisa ideológica, eu pergunto, qual é a luta de vocês? Tem que ter a luta por dinheiro, por alguma coisa mais prática para esse menino, qual a oferta para ele, gente? Eu não vejo, não vejo mesmo. Que você está oferecendo para esse menino? Porque se não, vai continuar morrendo. Qual que seria a solução hoje para os meninos nas favelas? Não assim, uma solução mágica, mas o que seria possível. Não pode só falar não, denunciar não, tem que ter um investimento. Alguém falava muito sobre isso, eu dizia você tem razão, mas bota dinheiro nisso, faz a emenda, cria meta, a meta é reduzir o homicídio de jovens negros; onde vai estar essa meta? Em qual política? Não existe. Não é meta de nenhuma política, então por aí você vê o problema que não tá na pauta do Fica Vivo!, mesmo sendo tão grave.

Neste momento, o discurso da entrevistada muda em alguns aspectos. Essa insistência na intervenção a nível local está relacionada tanto a um entendimento de gestão de política pública, quanto ao fato da criação da pasta de segurança pública no município. A entrevistada está como uma das pessoas responsáveis pela implantação da pasta, então, a conversa já é direcionada no sentido de justificar as escolhas da secretaria. Ainda assim, há uma insistência na ausência de instituições formadas por pessoas negras. Quando se faz referência a uma fala de pessoa ou instituição, há uma ênfase na falta de capacidade de demandas e direcionamento do problema. Isto apareceu desde as primeiras falas, quando a entrevistada diz que não se discute violência, mas percebemos que não era nos termos que o programa acreditava que deveria ser discutido. Depois esse entendimento volta quando diz da demanda por projetos de arte e cultura, e no fim insiste que a pauta apresentada tem um viés ideológico.

Outro ponto desta fala está relacionado à questão dos investimentos para políticas públicas. Aqui, a informação aparece como se fosse simples conseguir investimentos para diagnósticos. É como se bastasse a decisão e uma boa orientação da demanda. A entrevistada desconsidera o fato do Programa Fica Vivo! ter virado carro-chefe do governo Aécio Neves em 2003 e de ter recebido recursos do Governo Federal para sua execução. O conjunto que sustenta uma política pública tem relação com vontade política, pressão da sociedade, grupos de força e poder, recursos, dentre outros. A estratégia tratada aqui diz respeito a atribuir o problema ao grupo vítima do fenômeno. Acrescenta-se o fato de atribuir pouca capacidade a esse mesmo grupo de orientar suas demandas e alcançar resultados. Além de direcionar a questão apenas a pessoas e instituições formadas por pessoas negras, há o reforço da visão colonial sobre essas pessoas, que são vistas como incapazes.

4.2 “Proteção à Vida, do Direito à Vida Independente da Raça”

Entrevistada 2: Eu comecei como técnica, e tinha como superintendente a Entrevistada 1 e a ‘D’, como diretora. É muito interessante ver como você tinha uma

proximidade dessas figuras que estavam na coordenação na transmissão do que era o programa. Mas, a gente tinha como orientação a fala viva delas, dizendo assim: o jovem, a gente precisa construir um trabalho que permita que esses jovens vivam. Mas, a questão da discussão do genocídio da juventude, da juventude negra periférica, ele não era pautado. Era pautado muito a proteção à vida desses jovens. E quando a gente começava os trabalhos nos territórios, o que os dados mostravam que era sobretudo jovem com idade entre 12 e 29 anos, que eram os moradores das regiões, isso ficava visível. Então, não era necessário a gente ficar... isso não... não, não... era como se isso não fosse necessário de ser dito; tava colocado ali assim sabe? E tinha alguma coisa que era a vida dos jovens independente da sua idade, da sua cor e tudo, ela tinha importância. Então, acho que a discussão era muito mais em torno da vida do jovem, sem esse recorte (pelo menos no discurso) da prioridade em relação à raça.

O início desta fala é sobre a transmissão do que era o programa por parte da superintendente e diretora. Eu percebia uma característica nas pessoas que trabalhavam no Programa Fica Vivo! Havia uma espécie de amor pelo programa, de como era desenhado, do seu foco, da metodologia. Esse amor é como o de quem criou algo muito impressionante, as pessoas citadas fizeram parte de todo o processo, das primeiras reuniões ao desenho como política pública, e ainda conquistaram cargos de relevância nos primeiros anos de programa. Essa relação é, ao mesmo tempo, de defesa e proteção ao que foi criado para que permaneça do mesmo jeito; o que foi criado não pode ser alterado. E a mensagem mais importante que se passa adiante é de que o objetivo do programa é o de permitir que os jovens vivam. Isso realmente é passado com muita vivacidade. Estou trazendo este ponto porque questionar o programa em suas escolhas iniciais e desenho metodológico é como cometer um “pecado”. Pensando que a coordenação/direção do programa se manteve entre pessoas que estão desde o início, analiso que há uma garantia de manter as coisas como estão, sem mudanças. O uso da palavra “pecado” vem como uma provocação ao modo de organizar em Minas Gerais, que é

um estado conservador, que preza por suas regras e costumes. O silenciamento sobre o racismo é um dos costumes arraigados, o questionamento a quem está no poder é praticamente um crime, que receberá a punição devida.

Voltando aos elementos centrais da entrevista, a estratégia percebida na fala da Entrevistada 2 é a de trabalhar com a informação de “toda vida é importante”. Essa, uma outra forma de não nomear a raça e o racismo. Faz-se um apelo à vida. Toda vida é importante. É como se o fato de pautar a questão racial como fator fundamental para a vida ou morte de jovens, fosse ter de escolher entre uma ação universal ou particularizada, como se estivéssemos dizendo: só a vida dos jovens negros importa. Dizer que os jovens negros são os que mais morrem, não é dizer que são os únicos que morrem. Mas, essa argumentação é usada para mudar o foco e dizer que quem pauta este debate não se preocupa com as outras vidas. Neste sentido, é uma acusação de que quem pauta o genocídio da população negra tem uma visão limitada frente a um problema entendido como maior, o homicídio de jovens. Se todos os jovens morrem, porque uma política pública se pautaria apenas em um grupo?

Entrevistada 2: Eu tenho uma trajetória, mesmo que eu não venha de uma família rica, vivi em um bairro da região Leste de Belo Horizonte, eu estudei em escola pública e tal. Mas eu não tive uma trajetória, até o Fica Vivo!, de andar em favela, eu não tinha e nunca tive um amigo que morreu vítima de homicídio. A questão do racismo, eu percebo que hoje eu lembro de algumas cenas da escola, e hoje eu consigo falar: gente, aquilo que aconteceu! Mas, na época para mim era estranho aquilo, eu não entendi, eu não sabia o que era aquilo. A minha entrada nessas regiões, era de você falar das pessoas, pela realidade que ia se descortinando para mim, era tipo de querer conhecer. Porque não conseguiria fazer o trabalho sem conhecer aquela realidade, mas também algumas coisas que eu falava, gente! Eu não aprendi nada disso não na universidade. Eu não sei como intervir assim.

Analisando a não nomeação, esta fala chamou minha atenção. A Entrevistada 2, em vários momentos, não consegue dizer a palavra racismo. Ela tenta dizer de algo que ela presenciou na escola, que ela via que era “estranho”, que era diferente de sua experiência pessoal. Talvez na época, ela não soubesse mesmo do que se tratava, mas, depois de conseguir identificar, o nome não vem, não é pronunciável. Tem que permanecer no campo do não-dito. Depois de titubear, a nomeação acontece.

Entrevistada 2: Mais especificamente dessa questão da raça, eu acho que a partir de um determinado momento, que a discussão em torno do racismo vai ganhando mais força na sociedade, isso começa a aparecer mais também no programa. Acho que o programa fez esse movimento. Eu acho que a chegada de técnicos vinculados a questões fora do programa, movimentos, foi fazendo com que isso pudesse acontecer. Mas, eu acho que, eu não sei como que está hoje, mas sempre me pareceu muito... o que é questão de proteção à vida? Ela é... ela, vamos dizer... ela deveria ser o principal. Mas, talvez no meu caso, pela discussão do racismo não ser tão... ela vai tomar no corpo mais na sociedade. E, talvez, quem estava nos lugares, não tinha, vamos dizer essa vivência. [Quem estava nos locais de decisão] Fez isso que eu estou tentando dizer, que era da proteção à vida, do direito à vida independente da raça. Era para defender isso, mesmo que a gente soubesse que... eu não sei se era por isso... Os meninos estavam ali, a gente estava atendendo. Hoje eu fico pensando como que a gente poderia fazer uma discussão assim de sexualidade, que era importante fazer né? A questão, às vezes, até do trabalho. Fico pensando em como, nesses espaços, a gente poderia ter introduzido mais essa discussão. Uma conscientização, que é ver essa violência institucional, a questão do racismo institucional. Eu também, pensando em mim, alguém que não domina essa discussão, não tem vivência, mas como a gente poderia ter trazido se o pessoal não tinha nenhum domínio dessa discussão? Mas, como a gente poderia ter trazido ela mais para a vida, eu destaco a vida, sabe?

Mais uma vez a questão da vida como o mais importante aparece na fala da entrevistada. Toda vida é importante e deve ser protegida, não só a dos jovens negros. Na pesquisa, por exemplo, eu quis saber como a discussão sobre questão racial foi feita nos primeiros anos do programa, não houve uma cobrança sobre atender/ proteger jovens negros. A estratégia já vem como acusação para que o assunto mude de foco. A Entrevista 2 aceita a existência do racismo institucional, reconhece que são os jovens negros que morrem mais, e, a única mensagem que ecoa em sua fala é: toda vida importa. Se toda vida importa, qual a questão em aprofundar em um debate sobre quais pessoas morrem mais?

Tem uma fala que aparece timidamente aqui, que o Entrevistado 3 fala de modo mais direto, é a seguinte: “Os meninos estavam ali, a gente estava atendendo”. Os meninos que estavam ali eram os jovens negros. Uma outra estratégia de não nomear a raça e o racismo em políticas públicas, é o entendimento de que basta atender o público negro. Se atendemos a este público, a ação referente à questão racial está posta. Dentro desta lógica, não é necessário agregar outras ações ou discussões. Na análise da fala do Entrevistado 3 acrescentarei outras questões a esta análise.

Outro discurso contraditório em relação às práticas do programa, aparece da seguinte maneira: “como a gente poderia ter trazido se o pessoal não tinha nenhum domínio dessa discussão?”. O Programa Fica Vivo! se propõe a levar a discussão de violência, criminalidade e segurança pública para locais que não debatem este tema. Tem um posicionamento da importância de se debater sobre estas temáticas em diversas instituições. A Entrevistada 1, por exemplo, falou sobre a falta de discussão desta temática no ambiente escolar. Enquanto as técnicas e também as gestoras e supervisoras do programa têm como tarefa levar essa discussão para a rede de proteção social que apresenta grande resistência em debater sobre os assuntos homicídios, jovens, violência e criminalidade. O programa tem uma trajetória e metodologias de como abordar assuntos espinhosos junto a outras secretarias, redes, oficinas, jovens. Mas, quando se pensa na questão racial, o discurso de “não temos domínio sobre o tema”, é usado. Mesmo que apareça na fala a presença de profissionais que

introduziram a temática em espaços de reuniões, o que significa que, se um grupo desconhecia, existia outro que poderia compartilhar conhecimento. Além do grupo de profissionais de dentro da política, existem articulações possíveis com universidades, grupos de estudos, movimento social. O desconhecimento deve ser admitido, pois revela a importância de se criar outros mecanismos para acesso à informação, mas ele é usado como uma estratégia: o que eu não sei, não vivencio, não vou abordar. E esta estratégia se intercala com a anterior, pois quem conhece sobre raça e racismo é a população negra, ela que cuide deste problema.

Aqui há uma tentativa de dizer que há outros assuntos tão complexos quanto a raça e o racismo que não ganham espaço no programa, a sexualidade e a questão do trabalho. São parte dos outros temas “transversais” que sempre aparecem nos debates, reuniões e capacitações, mas são “resolvidos” de acordo com cada equipe de trabalho, não como orientação geral do programa. A estratégia aqui passa por dizer que racismo não é o único tema “espinhoso” que precisa ser abordado e pensado, existem outros igualmente importantes. Novamente, tenta-se incutir que existe uma vontade, por parte de quem questiona, de separar assuntos. Associada a esta estratégia está a camuflagem das discussões, pois se mudamos a palavra sexualidade para gênero, percebemos que a fala é sobre o genocídio/extermínio de homens negros, não há como separar esta discussão. Se olharmos com cuidado para o quadro, perceberemos que a morte de homens jovens e negros, têm impacto direto em mulheres negras, são mães, esposas, namoradas, irmãs, filhas, etc.

Aline: Eu acho superdifícil discutir racismo, em qualquer lugar, principalmente com pessoas brancas. E aí eu consegui pensar essa questão para o mestrado porque eu fiquei pensando muito em uma reunião que a gente fez com o pessoal do Okupa. De uma capacitação do Juventude Okupa a Cidade¹¹. A que eles falaram da questão racial. As

¹¹ Evento organizado pelo Fórum das Juventudes da Grande BH.

peessoas não conseguiram discutir. As pessoas ficaram muito, muito incomodadas. Mas, eu estou dizendo sim, que é difícil, até porque no Brasil as pessoas não admitem a questão racial, não querem discutir isso.

Entrevistada 2: Eu lembro da dificuldade. Eu fui no primeiro dia. Foi o pessoal do Fórum das Juventudes que foi falar. Eles começaram com um “Fora Lacerda”¹², e eu fiquei, ai meu Deus. Aquele foi um momento de tentativa de aproximar de movimentos sociais, porque com a criação do CRJ¹³, o Fórum tinha sido retomado. A gente precisava se aproximar dos movimentos que estavam ganhando força aqui na cidade. Eu lembro que eu não fui no primeiro dia. Depois, o pessoal foi trazendo esse retorno. Pela lembrança que tenho, o pessoal ficou assustado, né? Na hora que se falava da vitimização, da questão dos brancos. Aquilo para mim também foi marcante. Em alguns momentos, quando eu ia em outros seminários, eu era questionada por ser branca e diretora do Fica Vivo!, sendo que a morte era principalmente de jovens negros. Pessoas me questionavam no sentido de que não deveria ser eu a estar naquele lugar. E eu achava aquilo muito estranho, porque eu trabalhei tanto. Eu acredito tanto nisso. Eu acho que teve um efeito sobre mim de pensar a branquitude, ainda são várias questões, mas é um processo importante. E outro dia eu fui a uma audiência pública, Arnaldo Godoy e Áurea Carolina que estão puxando por causa de uma comissão de estudos. Fui na audiência pública e a maior parte das pessoas que estavam eram de movimentos sociais, governo, mas que também eram negras. Fiquei pensando: ai meu Deus, o que eu vou falar aqui? Essas coisas vão mexendo comigo. E aí, falando um pouco isso de como a minha história em relação com essa discussão, ela é uma história curta porque ela é uma história branca. Isso que eu falei no início: eu nunca perdi uma amiga, ou um primo, que tenha sido assassinado. E me parece isso, que o Fica Vivo!, mesmo alguém

¹² Márcio Lacerda foi prefeito em Belo Horizonte por dois mandatos, estando no poder entre 2009 e 2016. Sua primeira eleição envolveu uma aliança entre o então Governador Aécio Neves e o então prefeito Fernando Pimentel. Lacerda tinha grande rejeição por parte dos movimentos juvenis e os ligados a cultura. “Fora Lacerda” era um grito comum nos espaços políticos.

¹³ Centro de Referência da Juventude. Equipamento público gerido por município, estado e sociedade civil organizada.

que não nasceu na favela, não tenha uma trajetória próxima, se deixa afetar, no sentido do afeto e no sentido de transformação. Demonstra talvez o que precisa acontecer para que as pessoas se envolvam em uma pauta tão importante e tão grave, quem sabe. Mas, que eu acho que não seja algo simples e que eu fico me perguntando como a gente constrói um discurso que reúne pessoas em torno disso. Porque muitas também se afastam. Como a gente aproxima também governo e sociedade civil. Sociedade civil precisa muitas vezes ser radical mesmo. Mas, para estar dentro do governo, você precisa negociar, ser mais claro sem perder princípios. Sem compartilhar com ilegalidades, com violações de direitos e tal.

A Entrevistada 2, passou por diversos questionamentos sobre sua legitimidade para ocupar o cargo de diretora do Programa Fica Vivo! A princípio, ela não entendia, como que uma pessoa que acredita nesta política, que tem méritos para ocupar o cargo que lhe foi atribuído, pode ser questionada sobre sua legitimidade? Depois de um tempo sendo pressionada, percebemos uma tentativa de reconhecimento de um lugar e privilégios de ser uma pessoa branca no contexto racista. Não tenho como dizer apenas por meio das falas da Entrevistada 2, se é um discurso que a mesma traz como um princípio ou se está pronto para ser usado com pessoas negras que questionam o extermínio/genocídio de jovens negros.

Outro ponto interessante é a admissão de que as pessoas se afastam quando se discute a temática racial. A cultura do silenciamento, do não dito, da não nomeação, sobre a questão racial, está presente na sociedade brasileira, mesmo que alguém tente tratar do assunto, vai gerar constrangimentos. Dentro do governo, pensando em termos de negociação, como disse a Entrevistada 2, exige um longo caminho. Nesse caso envolve desafios como construir um discurso que agregue pessoas em torno da temática racial, dentro da lógica apresentada pela Entrevistada 2, seria algo como sensibilizar pessoas brancas, negociar o valor da vida dos jovens negros. Será que a valorização destas vidas passa pelo mecanismo de sensibilização?

Entrevistada 2: Como era interessante quando a gente conseguia fazer atividades externas e os meninos andavam aqui [região central de Belo Horizonte] e não sabiam nem onde era a Rua da Bahia, outros lugares da cidade. Quando era possível que eles conhecessem outros lugares da cidade, diziam de como voltar era diferente. Coisas que eu fui vivendo na minha vida. Eram coisas que a gente falava: como esses jovens podem ter acesso à cidade, a oportunidades e tudo? Quem sabe isso possa fortalecer essas trajetórias. A discussão mesmo em torno do... do... do... em torno do racismo, elas vão ficando mais fortes à medida em que elas vão sendo provocadas. A gente faz uma discussão sobre branquitude, eu fico pensando muito isso sabe? Como essas coisas foram mexendo comigo. Percebendo isso, eu não perdi ninguém. Nossa! Mas, como falar disso? Eu, como diretora nesse programa, preciso encontrar uma forma de falar desse lugar. Às vezes acontecia de você estar com outras pessoas e chegava alguém e falava: isso não é com você, não é dito para você, o que está sendo questionado é essa questão da branquitude, da estrutura. Mas, eu tenho algumas questões ainda em torno dessa discussão, por exemplo, do genocídio da juventude negra. Porque eu acho que, sim, é importante jogar luz nisso, acho importante que os movimentos sociais [falem disso], eu tenho perguntas se a política pública deve falar, tocar nisso, enquanto uma perspectiva de proteção à vida. Porque eu acho que é necessário falar que o direito à vida é um direito de todos, independente de raça, mas é claro que quando você faz um programa, quando você faz uma discussão, precisa estar mais claro que isso está posto desde o início. Que a gente está falando de proteção à vida, mas que é diferente a vida de branco e a vida de negro; a vida de um branco dentro da periferia e a vida de um negro dentro da periferia. Porque era visível como que alguns jovens tinham um maior acesso ou até os que estavam mais envolvidos com a guerra, como que alguns que saíam ou que viviam mais tempo, ou eles eram brancos ou eles eram, eu não como é a forma correta de dizer, eles eram negros de pele mais clara. Então, assim, isso também me chamava muita atenção. Como que isso também fazia a diferença. Mas como que é possível ter clareza disso, se orientar por isso? Eu tenho uma pergunta: se quando a gente fala do direito à vida, se

realmente a gente não tem que ser um programa, no caso do Fica Vivo!, de proteção à vida dos jovens de determinadas faixas etárias, moradores. Porque, quando a gente chega lá nessas regiões e vai atender, a gente vai atender jovens negros. Porque a população desses territórios faz com que isso fique mais evidente. Mas, eu não sei, acho que isso é uma coisa de discussão. Como que a gente deixa o movimento social na radicalidade e na possibilidade de diálogo? Mas também como você mantém isso separado e vive o conflito disso? É o genocídio da juventude negra, da juventude negra periférica. Mas, como eu chego numa política pública, mas tá, essa política vai pautar racismo, racismo institucional, violência institucional, mas ela é uma política pública para todos, para jovens de periferia, Eu acho que isso precisa de discussão, acho que a gente precisa conseguir fazer essa discussão. Mas como você falou, não é simples. Mas, eu acho que ela é necessária. E aí como o programa ele sobrevive a uma transição de governo, era isso que eu queria dizer, ele sobrevive a uma transição de governo, em função da capilaridade comunitária que ele conseguiu, por conta dos oficinairos que são moradores dessas regiões, alguns com alguma capilaridade político-partidária. Então, eu acho que a força que ele conseguiu nas comunidades e com alguns serviços dos municípios, fez com ele fosse importante nessas regiões. Então, ele tem uma força local maior do que ele tem uma força de gestão.

Essa fala apresenta os processos de reflexão da Entrevistada 2. De como ela percebia no cotidiano do trabalho que a maior parte dos jovens atendidos eram negros, de como morriam mais negros que brancos, de como jovens brancos tinham uma tendência maior de criar outras alternativas de vida. Percebemos aqui o reforço de que os jovens negros já eram o público da política pública. Há um discurso, por outro lado, de que a radicalidade é para o movimento social, pois a política pública deve ser mais amena, deve negociar seus pontos. A discussão do racismo é vista como radical, por isso deve ficar restrita aos movimentos sociais. A política pública tem um lugar estabelecido que não deve ser alterado, tem o público-alvo determinado, assim como assuntos sobre os quais trata e quem serão as pessoas responsáveis

pela coordenação. A estratégia aqui é dizer que tudo está no seu devido lugar, que a discussão racial é restrita aos movimentos sociais.

A Entrevistada 2 destaca a questão da universalidade da política pública. Acontece que o Fica Vivo! é um programa focalizado pois atende apenas pessoas dos territórios onde atua, além de ter delimitação da idade, são jovens de 12 a 24 anos, não é para todos os jovens, por isso não é um programa universal.

4.3 “Nós já sabíamos”

Aline: Nesse início, no planejamento, você consegue lembrar como foi essa discussão do homicídio dos jovens negros, como que seria abordada ou não seria?

Entrevistado 3: O Fica Vivo! desde o início tinha um desenho metodológico muito bem focalizado, o público jovem de 12 a 24 anos, antes de 12 a 18 anos, os adolescentes, residente nos territórios, das comunidades, das favelas onde os índices de homicídios eram maiores. Não havia necessariamente um recorte de raça porque já era nossa premissa que quem mora nessas regiões eram jovens negros, já tava muito claro no diagnóstico. Os estudos realizados por mim e pelo CRISP já apontavam que eram jovens residentes da periferia que estavam morrendo assassinados, negros, nós já sabíamos. Analisando as informações da juventude residente dessas regiões automaticamente, a nossa premissa é que os negros seriam automaticamente os principais autores, o público-alvo do projeto. Não havia uma preocupação em delimitar que seriam apenas negros. Nós nunca preocupamos com isso, que a maior parte dos jovens participantes seria negros do próprio local onde o projeto seja implementado.

Aline: O que motivou a minha pesquisa foi pensar essa questão do dado mesmo. Já aparece no projeto a quantidade de jovens que morrem, e isso não aparece de alguma forma, como ação, não? Como eu vou dizer: tipo, tá, a gente não vai atender os jovens negros. Mas como seria, como algo que pudesse dizer mais sobre o que isso significava, eu queria

entender se houve alguma discussão nesse sentido. Não só a maioria daqueles jovens eram negros e automaticamente seriam atendidos, mas como isso poderia ser alguma ação. Fazer parte da formação das pessoas, inserido como uma informação na metodologia. Teve alguma discussão nesse sentido?

Entrevistado 3: Não. No início isso não era uma questão que nos preocupava, nem essa, nem de gênero, a gente tinha clareza, até mesmo pelos estudos, que eram homens que eram vitimizados. Mas, o projeto em nenhum momento da metodologia dizia que iria atender homens e negros. Nenhum momento isto está escrito na metodologia, pelo que eu acompanho do projeto também não ficava delimitado. Porque o diagnóstico que a gente tinha em mãos naquela época de 2002 e 2003 é de que boa parte desses homicídios relacionados aos jovens das periferias, jovens negros, estava relacionado à atuação das gangues armadas que atuava nessas comunidades. E o plano de fundo era o tráfico de drogas. O diagnóstico já apontava, já sinalizava que essa letalidade dos jovens negros na periferia tinha uma raiz, tinha uma matriz que era a participação deles, a inserção direta ou indireta com o tráfico de drogas e também gangues juvenis. Por isso que um dos vieses, um dos eixos metodológicos do Fica Vivo! desde o início foi uma ação de repressão qualificada. O Fica Vivo! era ação social, esporte, cultura, música, inserção dos jovens no mercado de trabalho, mas também era no sentido de desmobilizar e enfraquecer as gangues do tráfico nessas regiões. Para nós era uma premissa fundamental se não você não conseguiria recrutar, cooptar com esses jovens uma trajetória de vida alternativa ao crime. A nossa preocupação maior não era a questão de gênero e nem mesmo de raça, isso nós não problematizávamos, isso nós em nenhum momento diagnosticamos que havia genocídio de negros, no sentido que jovens negros da periferia estavam sendo assassinados por alguma ação governamental do Estado, por exemplo. Nós tínhamos clareza que a maior parte desses homicídios não era relacionada à ação da polícia por exemplo, como em outros estados. Em Minas Gerais esse não era o maior problema. Nós tínhamos clareza que eram jovens negros matando outros jovens negros. O diagnóstico sociológico que nós estávamos fazendo, onde nós estávamos atingindo em Belo Horizonte,

naquele momento histórico, era o de maior nível de homicídio na cidade, 2002, 2003. Principalmente até 2004. Um crescimento vertiginoso da incidência desse tipo de assassinato. Nós nunca tínhamos assistido nessa cidade antes. É um fenômeno que havia um apelo público muito grande por medidas, apurações completas. Havia uma pressão dos meios de comunicação, das entidades da sociedade civil, nossa! Dos acadêmicos, dos especialistas. Alguma coisa tinha que ser feita, alguma política pública tinha que ser adotada. Mas, reafirmo que não havia uma problematização assim específica para a questão de raça. Não, de alguma maneira, a variável mais decisiva era os jovens residentes de territórios de alta vulnerabilidade social, era a expressão que a gente usava com mais frequência.

O tráfico de drogas foi identificado como o maior responsável pelos conflitos e mortes entre jovens dessas regiões. Vale notar que não houve uma discussão ampla nem mesmo para este ponto, me refiro ao que é considerado como tráfico de drogas. É o varejo realizado pelos jovens da periferia? Como foi discutida a circulação das drogas além das fronteiras (entre estados e entre países)? O foco de ação da segurança pública foi contra gangues, foi a realização de prisões e apreensões junto ao público que eles já sabiam qual era. Para isso, conta-se com a polícia que realiza a repressão qualificada, com tecnologia, viaturas novas, um novo batalhão e a união entre polícia civil e militar. A estratégia aqui é atribuir as mortes ao tráfico, então o que é fortalecido é o combate ao tráfico de drogas, combate ao tráfico é prisão, apreensão dos responsáveis pelo comércio no nível do varejo. É a política “contra as drogas” que tem alvos pré-determinados.

Essa entrevista foi estranhamente objetiva. Eu fiz algumas tentativas para tentar ouvir mais sobre a discussão da raça naquele momento. O “não discutimos” foi tão contundente, que a saída que encontrei foi falar do programa e da relação com a polícia. Essas partes foram importantes para a construção do capítulo sobre a formulação do programa. Acontece que lendo a entrevista para análise, percebi que esta fala reflete algo muito importante, que é ao mesmo tempo uma estratégia de não nomeação e uma estratégia de ação do Estado. Como

estratégia de não nomeação do racismo está o dado evidente, se nosso público-alvo é de pessoas negras, logo, não precisamos de nenhuma outra reflexão ou ação. É uma informação perceptível por todas as pessoas, o recurso público está destinado ao público mais “vulnerável”.

Este discurso, reafirma também que o processo de formulação de política pública é uma política de Estado. No caso do Fica Vivo!, é uma política de controle de homicídios, logo de controle da vida e da morte, de quem vai viver, e de quem deve morrer, como nos lembra Achille Mbembe. Formular uma política que está direcionada a um grupo específico, sem discutir toda a complexidade que permite a vida nas condições diagnosticadas, é reforçar o que se pretende para cada grupo e espaço da cidade. Para as periferias, com população composta majoritariamente de pessoas negras, ficam as ações da segurança pública de controle da vida e da morte, de prisão, apreensão, controle das subjetividades.

4.4 “Não é questão de estar morrendo por ser negro, eles estão morrendo porque são pobres, não é só negro, é pardo”

Entrevistado 4: A gente já tinha feito um levantamento de dados mostrando que um dos grandes problemas que você tem nessas comunidades é a ociosidade de jovens, você anda em um lugar destes, segunda-feira de tarde tá todo mundo que é jovem à toa, eles não estão nas escolas, eles ficam na escola um período parcial, mas ficam a maior parte do tempo à toa, ocioso. Isso era uma outra coisa que contribuía para os conflitos. Aí, a gente então criou dois grupos né, você trabalhou no Fica Vivo!, você conhece, esse que era intervenção estratégica, que fazia a polícia, a justiça funcionar, e o outro que era o de apoio social, o mais preventivo, que aí começou a criar formas de ocupar os jovens desses locais. Então, se criou a ideia das oficinas, dos cursos, de abrir as escolas no fim de semana, de um monte de coisa.

Aline: Sim. E aí, tipo, para pensar na pergunta do mestrado, lendo sobre esse processo inicial do programa, eu percebi que já tinha uma identificação de que a maioria dos jovens que morriam eram negros, e aí não dá para perceber nos documentos, nos anos que trabalhei, não tinha uma discussão mais específica, sobre a questão racial, ou não houve uma discussão, uma ação, e tal.

Entrevistado 4: Tinha. Tinha pelo seguinte, porque essa é uma questão que eu acho que o movimento negro está discutindo um pouco mal, poderia ser de outro jeito porque eles estão discutindo a questão racial, existe, agora ela se confunde muito com a questão de classe e econômica, porque, o que acontece? Morrem muitos negros, mas a gente fez até algumas análises, que mostrava que muitos morrem é pela condição socioeconômica. E aí o que acontece? Como os negros no Brasil ocupam uma posição socioeconômica mais baixa, e aí sim você tem uma discriminação muito mais grave, não é questão de estar morrendo por ser negro, eles estão morrendo porque são pobres, não é só negro, é pardo. O pobre, ele está mais suscetível a morrer porque ele mora nas comunidades violentas, onde a presença do Estado é muito rarefeita, onde você não tem uma boa educação, onde você não tem uma boa estrutura. Se você for branco e tiver nessas mesmas condições você vai morrer mais, o problema é que você tem um preconceito anterior no Brasil, que é o marco que os negros acabam ficando. Mas então, você tem esse problema no Brasil que a questão racial se confunde muito com a questão econômica. Que é uma tese antiga lá do Florestan Fernandes que já falava disso, e é uma questão racial grave porque o impacto que você vai ter, o sujeito vai ter menos oportunidades de ascensão social e acaba ficando né, o sujeito ocupa menos né, não só negros, mas também brancos e pobres, né, e pardos, tem que ver os pardos aí nessa história. Então, por isso que a questão racial não acabou sendo o foco, porque não era para ser sabe, era para ser cuidar dos jovens pobres que vivem nas periferias urbanas, que eram vítimas de homicídios independentemente de ser negro ou não. Mas, a grande maioria é de negros, porque a grande maioria de negros mora nesses lugares, estão nas piores posições.

Porque isso é um problema, aqui no estado de Minas, por exemplo, não tem muito isso, na verdade, a questão racial se confunde muito com a questão econômica, então é difícil você falar né? Por exemplo, um dos caras mais importantes nessa questão racial, ele fala que é o Willian Justi, ele fala que na verdade o problema não é racial, o problema é o que ele chama de concentração de desvantagens, é o fato de o cara estar vivendo em local com muito crime, é o fato de estar vivendo em um lugar com presença rarefeita do Estado, é o fato dele estar vivendo sem moradia, e tem também a questão de raça. A questão de raça, na verdade, é que os negros concentram muito essas desvantagens, mais que os brancos. Então não é, é, claro que tem a ver com raça, mas não é só com raça, só que acabou concentrando. O caso do Brasil isso é mais... ainda mais que a gente tem aí uma zona cinzenta entre brancos e negros, são os pardos. Que de maneiras diferentes são vítimas, aliás são vítimas da mesma maneira, tanto é que a gente usa negros e pardos juntos.

O Entrevistado 4 apresenta uma visão pouco romântica sobre a criação do programa Fica Vivo! A primeira desmontagem da ilusão sobre as intenções de criação do programa tão apaixonadamente defendida pelas primeiras entrevistadas é sobre o motivo de criação das oficinas. Para este entrevistado, a questão das atividades para jovens tinha o sentido de tirá-los das ruas, jovens ociosos nas ruas eram vistos como um problema. E não que estivessem fora das escolas, é que estavam na escola por um período apenas. As oficinas foram, em princípio, uma distração. O discurso deste entrevistado apresenta que a falta de espaços para lazer e cultura não eram um problema, e sim, os jovens estarem na rua. Novamente, há um deslocamento da discussão para questões individuais. Um jovem na rua briga com outro (s), isso gera conflito. Como diminuir isso? Criando espaços para distração, para ocupação do tempo livre dos jovens.

A primeira estratégia que aparece nesse discurso é atribuir as desigualdades à questão econômica. E, novamente, aparece a fala da falta de capacidade de pessoas negras em diagnosticar problemas e organizar as demandas. Para este entrevistado, o maior problema do

Brasil é a desigualdade econômica, e as pessoas negras, por uma terrível coincidência, são maioria nos territórios mais pobres, que não acessam serviços públicos de qualidade.

Outra estratégia de não nomeação fica evidente quando se discute a questão dos pardos, na fala deste entrevistado tem ligação direta com a construção da ideia de mestiçagem e do mito da democracia racial, os pardos ficam na “zona cinzenta”, é a representação da mistura das três raças. Ele é evocado como aquela pessoa sem identificação com a categoria preto ou com a categoria branco. A estratégia aqui se refere também a enfraquecer numericamente e em importância o grupo de pessoas negras e o impacto do racismo em suas vidas. Outra questão importante para analisarmos a fala sobre “pardos” é que o Entrevistado 4 usa os termos de acordo com o que interessa no momento, ora fala dos pardos como um grupo à parte, ora sendo parte do grupo de pessoas negras. O IBGE, para classificação de cor/raça, utiliza as categorias branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Pretos + pardos formam a categoria negro. Grande parte dos estudos acadêmicos adere a esta proposição, e quando se diz que jovens negros são os que mais morrem, está-se referindo ao grupo identificado como preto e pardo.

O Entrevistado 4 foi um dos formuladores do Projeto Fica Vivo!, trabalhou com dados e estatísticas, é sociólogo, e, em momentos oportunos, utiliza-se da estratégia da mestiçagem para justificar as escolhas da política pública. Foi como usar “senso comum” nas respostas a entrevista. Outro ponto importante é que em determinado momento da entrevista, o Entrevistado 4 perguntou se eu havia sido oficinaira do programa. As posturas em seu conjunto, proporcionaram a entrevista mais curta.

Considerações finais

Pesquisar raça, racismo e colonialidade do poder na construção de políticas públicas é uma tarefa complexa. Ao final deste estudo, fico com a certeza de ser uma abordagem muito necessária e que possibilita a abertura de um campo de conhecimento importante de ser explorado. Os estudos hegemônicos em ciências sociais, em especial os relacionados a políticas públicas, insistem em ignorar a centralidade da raça e do racismo na composição da sociedade, e nesse sentido, seguem produzindo dados e teorias da “lógica branca”, isto é, uma lógica política, cultural, social, econômica, baseada na manutenção do poder e de desigualdades que o sustentam. Vale ressaltar que, no caso brasileiro, os discursos e práticas racistas não são formulados exatamente em termos “antinegros”, vai ser difícil uma declaração que diga “você será morto porque é negro”. Acontece que a ausência de ataques diretos não significam que o racismo não exista, significa que sua capacidade de adaptação o permite continuar no pensamento e estrutura sem precisar ser nomeado. A consequência é evidente no grupo racial negro, mas, para a sociedade, de maneira geral, “não existe”.

A pesquisa possibilitou o entendimento de que a não nomeação, o silêncio, o não dito, fazem parte da operação do racismo no Brasil. Esta operação nos diz da plasticidade e capacidade de adaptação do racismo, permite que ele continue e se perpetue sem que haja respostas a seus efeitos ou mudanças estruturais que alterem *status* e privilégios. As estratégias de não nomeação da raça e do racismo na formulação de uma política pública da área da segurança pública, no caso, o Fica Vivo!, estão presentes da fundamentação científico/teórica até o cotidiano do trabalho “na ponta”. As estratégias estão em diversas etapas, na formulação da política, no campo de estudo escolhido, nos profissionais responsáveis, na concepção de segurança pública, no dia a dia do trabalho, nas falas justificadoras das ações do programa. Foi possível perceber, pelas questões levantadas, que os modelos teóricos e práticas para a construção da política foram norteamericanas. Esta influência proporciona uma grande legitimidade ao grupo que apresenta a proposta, percebemos aí o quanto o pensamento

colonial ainda é forte, pois a base de resolução para nossas questões será validada por experiências estrangeiras. Quando comparamos o *Ceasefire* e o *Desepez*, percebemos algumas diferenças importantes, e o programa Fica Vivo! foi mais influenciado pelo *Ceasefire* na concepção sobre violência, no entendimento de onde acontece a intervenção, na relação direta com a polícia, na prática de prisões e apreensões, dentre outros.

Iniciei a dissertação com situações da infância e adolescência para introduzir as questões relacionadas ao cotidiano de morte, racismo, segurança pública. Vou utilizar na conclusão mais uma situação, desta vez uma recente, que aconteceu no início de agosto de 2018.

Estava em uma praça na cidade de Mariana, interior de Minas Gerais. Eu e um grupo de amigos saímos de um restaurante e vimos alguns jovens sentados no chão da praça, olhando para baixo e muitos policiais militares em volta. Das pessoas que saíram do restaurante comigo, a maior parte era negra, nos olhamos com receio do destino daqueles jovens, pois situações como esta podem gerar abusos. No intuito de entender o que estava acontecendo e em uma tentativa de “proteger” aqueles jovens (eram sete, dois brancos), fomos para perto da cena. Ficamos ali conversando e os jovens continuavam na mesma posição, era uma noite fria e eles estavam sem os casacos. Havia um policial falando com eles algo bem baixo e em tom ameaçador.

Depois de um longo tempo resolvemos perguntar aos policiais o que estava acontecendo e eles nos disseram que fizeram uma busca na praça e encontraram drogas com dois jovens, os outros eram suspeitos de fazerem parte do esquema de vendas. Outras pessoas saíram do restaurante e foram para esta parte da praça também com o intuito de entender o que acontecia. Uma delas é uma advogada, branca, que trabalha na região. A partir do uso de termos jurídicos ela iniciou um questionamento da ação da polícia, neste momento um dos policiais começa a gravar o rosto das pessoas presentes e eu fiz o mesmo movimento, também tirei o telefone e gravei tudo, inclusive o rosto e identificação dos policiais.

Houve uma argumentação por parte da advogada de que apenas os jovens que foram encontrados com as drogas fossem levados para a delegacia e os demais liberados por falta de indício de autoria, dizendo que não havia necessidade de pegar nenhum dado. O policial pergunta se ela iria à delegacia como testemunha e a mesma afirma que sim, ela mexe na bolsa para pegar a carteirinha da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e percebe que não estava com ela, mas se lembra do número, não acontece nada. Ela continua com a argumentação e um dos policiais pede para ela falar baixo, ela afirma que estava um pouco bêbada e emocionada, e por isso falava naquele tom. Mais uma vez não houve reação dos policiais.

No meio desta conversa outro policial veio ao meu encontro e disse que precisava pegar minha identidade e da menina do meu lado. Questionei o motivo e segundo ele eu me enquadrava como testemunha por estar gravando. Eu disse que estava gravando porque o outro policial filmou nosso rosto e que não ia passar meus dados assim, sem saber o que significava. Ele disse que tínhamos o direito de registrar e que se eu me recusasse a me identificar, estaria cometendo uma contravenção penal. Quando ele disse isso, vieram outros dois policiais para perto, ele dizia e se aproximava fisicamente de mim, falando que, se eu não me identificasse, ele iria me conduzir à delegacia. Eu entreguei o documento por medo da ação da polícia. Percebi que se me recusasse mais uma vez, sairia algemada e espancada daquele espaço.

Trouxe esta história para pensar em como o racismo opera na “ponta” da segurança pública, na atuação policial. Há todo o esquema de intimidação policial, que está relacionado a um conjunto de símbolos facilmente lidos por pessoas negras, tom de voz, organização da pergunta, postura corporal, diferenciação explícita de tratamento de acordo com cor/raça, dentre outros elementos que envolvem a humilhação das pessoas negras e o controle das ações e reações. É uma atuação diária e cotidiana, existem estudos, relatos, dentre outros. O Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! está na segurança pública e tem parceria direta com um batalhão da PMMG, o GEPAR. Mesmo com a pretensão de ser um batalhão

diferenciado, o GEPAR atua como os outros. Um programa de prevenção à criminalidade tem parceria com a instituição que atua desta maneira com o público-alvo do projeto.

Gostaria de refletir sobre a construção de uma política pública que foi pensada para ser exatamente do jeito que é, política de prevenção à criminalidade, de controle de homicídios. As pessoas negras estão sujeitas a essas construções de políticas públicas e de entendimento sobre segurança pública. Nós somos o alvo das políticas de segurança pública, em todos os níveis, dos programas de prevenção, da repressão, do encarceramento, do controle da vida e da morte. Tudo isso é parte de um projeto de Estado. O programa carrega em seu nome o imperativo de vida, FICA VIVO! e responsabiliza a própria pessoa para o cuidado de si. Acontece que as situações cotidianas e estratégias de não nomeação da raça e do racismo demonstram o cotidiano de morte, que envolve tanto o dado real, com número de mortos, como a morte simbólica, dos vários níveis de operação do racismo.

Esta dissertação propõe uma espécie de giro decolonial a partir do questionamento da violência estatal operada na construção de políticas de segurança pública e no cotidiano de trabalho da política de prevenção à criminalidade do estado de Minas Gerais. A centralidade da raça e do racismo nas discussões sobre construção/formulação de políticas públicas podem ser pensadas a partir de um reposicionamento epistemológico e metodológico que utilizem essas categorias como chaves interpretativas da realidade. Importante pensar também na diversidade e representatividade de pessoas negras em todos os campos de formulação, implantação, monitoramento, avaliação e gestão das políticas públicas para que outras experiências e pensamentos sejam parte do processo, para que o racismo seja nomeado. Desta maneira será possível iniciar, minimamente, um processo de mudança.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança:** violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. Tese apresentada como exigência parcial para o concurso de livre-docência em Ciências Humanas, junto ao Departamento de Sociologia, da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down187.pdf>

_____. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a05.pdf>

ALVES, Márcia Cristina. **Programas de prevenção a criminalidade:** dos processos sociais a inovação da política pública. A experiência do Fica Vivo. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Políticas Públicas da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro (FJP), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas. Belo Horizonte, 2008.

ANJOS, Katia Silva dos; OLIVEIRA, Régia Cristina; VELARDI, Marília. A construção do corpo ideal no balé clássico: uma investigação fenomenológica. In: **Revista Brasileira de Educação Física Esporte**. São Paulo, v. 29, nº 3, jul/set, p. 439-52, 2015.

BAPTISTA, Josette. **Consolidação e cotidiano de uma instituição do império:** a polícia militar do Espírito Santo (1835/1889). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo em 2009.

BEATO, Claudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n4, 1999.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Belo Horizonte, Autentica editora, 1 ed., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a02.pdf>

CANDIOTTO, Cesar. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 24, n. spe. P. 18-24, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400004

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, nº 41, 1996.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; e MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise do discurso versus análise de conteúdo. **Revista Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, Out-Dez; 15(4): 679-84, 2006.

CARNEIRO, Anni de Novais. **Reflexões feministas sobre políticas públicas, gênero e raça**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2014.

Fonte:

http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Anni%20de%20Novais%20Carneiro.pdf

CRISP. **Diagnóstico quantitativo das condições socioeconômicas e padrões de criminalidade da região da Vila Primeiro de Maio**. Belo Horizonte, Minas Gerais, Setembro de 2012.

DAYRELL, Juarez. A condição juvenil no Brasil. **Revista anual do programa Fica Vivo!** Belo Horizonte, 2009.

DUARTE. Evandro Charles Piza. **Criminologia e racismo**: introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil. Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Direito da Universidade de Santa Catarina como requisito a obtenção do título de mestre em Direito. Florianópolis, 1998.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão de homicídio em São Paulo (1992-2011). In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 6, nº 2, p. 232-255, Ago/set, 2012.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Dissertação de mestrado do curso de direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____**Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Martins Fontes, São Paulo, 2008.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. In: **Aurora**. São Paulo, ano III, nº 5, dez., 2009. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/FREIRE.pdf>

FREIRE, Tamara. **Cotas: essa conversa não é sobre você**. Vídeo disponível na plataforma youtube. https://www.youtube.com/watch?v=1uC_a0lskfY

GELINSK, Carmen Rosario Ortiz; e SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. In: **Ciências Humanas**. Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. I e 2, p. 227-240, abr/out, 2008.

Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Defesa Social. Superintendência de Prevenção a Criminalidade. **Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! 2009**.

_____. Coordenadoria Especial de Prevenção Social a Criminalidade. Núcleo de Proteção Social da Juventude. **Fica Vivo! 2015**.

_____. **Projeto de controle de homicídios Fica Vivo! 2003**.

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 92/93, jan/jun, p. 69-82, 1988b. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>

GUERRERO, Rodrigo. **Programa Desarrollo, Seguridad y Paz, DESEPAZ de la Ciudad de Cali**. Programas Municipales para la prevención y atención de la violencia. Banco Interamericano de Desarrollo - Prefeitura do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 29-30 Julio 1999. Disponível em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/4935/Programa%20desarrollo%2c%20seguridad%20y%20paz%2c%20DESEPAZ%20de%20la%20ciudad%20de%20Cali.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999.

HOOKS, Bell. Moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, jan/abr, pp. 193-210, 2015.

LAURIS, Élida. **Uma questão de vida ou morte:** para uma concepção emancipatória de acesso à justiça. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 10, 2015, p. 412-454.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica e Sobre el gobierno indirecto**. Espanha: Ed Melusina, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília (org). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 18ª edição, 2001.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade:** novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

OLIVEIRA, Raissa Menezes de. **Homicídios de adolescentes negros instituições:** reflexões a partir do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre. Brasília, 2014.

ORTEGAL, Leonardo. Raça, criminologia e sociologia da violência: contribuições a um debate necessário. **Caderno do CEAS**. Salvador, n. 238, p. 527-542, 2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PASSOS, Tiago Eli de Lima. **Terror de Estado:** uma crítica a perspectiva excepcionalista. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia social da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre. Brasília, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em : http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

RACIONAIS, MC's. "O homem na estrada". **Raio X do Brasil.** Gravação 1993. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/79451/>

RIBEIRO, Frank de Paula e BENJAMIM, Raquel Corrêa. **Primeiro de Maio: memórias e imagens de um lugar.** Belo Horizonte: Editor autor, 2005.

ROLIM, Marcos. **A formação de jovens violentos: para uma etiologia da disposicionalidade violenta.** Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para o título de Doutor. Porto Alegre, 2014.

_____. A segurança como um desafio moderno aos direitos humanos. In: **Análises e propostas**, n. 34, junho de 2007. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/04807.pdf>

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. In: **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP. São Paulo, v. 24.1, p. 214 a 241, 2017.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e práticas de racismo: o que faremos com os brancos racistas?** Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor. Brasília, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Anibal Quijano y la perspectiva da la colonialidad del poder. In: **La critica de la colonialidad em ocho ensayos y uma antropologia por demanda.** Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

_____. **El color de la cárcel en America Latina.** Revista Nueva Sociedad Nº 208, mar-abril, 2007. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/3423_1.pdf

_____. **Raça é signo.** Série Antropologia 372, Brasília, 2005.

SILVEIRA, Andréa Maria. **Previnindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte.** Tese apresentada como requisito parcial para obtenção

do título de doutora em Ciências Humanas: Sociologia e Ciência Política. Belo Horizonte, 2007. Disponível em:

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/AMSA-7DAKTX/tese_andrea.pdf?sequence=1

SKOGAN, Wesley G.; HARTNETT, Natalie Bump; DUBOIS, Jill. **Evaluation of CeaseFire-Chicago**. Research reported the to National Institute of Justice, Office of Justice Programs, in 2008.

Disponível em: <https://www.ipr.northwestern.edu/publications/papers/urban-policy-and-community-development/docs/ceasefire-pdfs/mainreport.pdf>

SOARES, Luiz Eduardo. **Novas políticas de segurança pública**. Estudos avançados, n.17, v.47, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a05v1747.pdf>

SODRÉ, Muniz. **O Social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortêz Editora, 1992.

TESEER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Revista Educação**. Curitiba, nº 10, Jan./Dez, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100012

VASCONCELOS, Ruth. **O poder e cultura de violência em Alagoas**. EdUfal, Maceió, 2005.

VELOSO, Caetano; GIL, Gilberto. “Haiti”. **Tropicália 2**. Polygran, 1993. Disponível em: https://www.audiokat.com/discos/Tropicalia_2-Caetano_Veloso/3028

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 37, nº4, p. 57-72, dez. 2002.

VIEIRA DE MOURA, Paulo. Segurança pública, autoritarismo e estado democrático de direito no Brasil. In: DINIZ, Ariosvaldo da Silva; et al (orgs.). **As múltiplas faces da segurança pública: entre a pretensão dos direitos humanos e as resistências cotidianas**. João Pessoa: Ideia, 2016. Disponível em: <http://docplayer.com.br/85721099-As-multiplas-faces-da-seguranca-publica-entre-a-pretensao-dos-direitos-humanos-e-as-resistencias-cotidianas-joao-pessoa-2016.html>

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. FLACSO Brasil, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf

_____. **Mapa da Violência 4 os jovens do Brasil:** juventude, violência e cidadania. UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/MapaViolencia_IV.pdf

WILLADINO, Raquel; SENTO-SÉ, João Trajano; DIAS, Caio Gonçalves; GOMES, Fernanda; (orgs.) **Prevenção à violência e redução de homicídios de adolescentes e jovens no Brasil.** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2011.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 13, nº 3, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf>

ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo. **Contando a verdadeira estória da caçada -** através de uma sociologia racialmente consciente sobre a estratificação racial. Texto traduzido por pesquisadores do Núcleo de Estudo de Justiça e Atlântico Negro – Maré da Faculdade de Direito da Unb. Brasília, 2016.